



Federação Concelhia de Setúbal das Associações de Pais

ATAS

ENCONTRO EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS NOSSAS ESCOLAS

Escola Secundária D. João II, Setúbal

Setúbal, 21 de abril de 2018

junho de 2019



ATAS

ENCONTRO **EDUCAÇÃO INCLUSIVA** **NAS NOSSAS ESCOLAS**

Setúbal, 21 de abril de 2018

Organização:

COSAP

Setúbal
junho de 2019

Ficha Técnica

Título

Atas do Encontro “Educação Inclusiva nas Nossas Escolas”

Organização

COSAP - Federação Concelhia de Setúbal das Associações de Pais

Editor

COSAP - Federação Concelhia de Setúbal das Associações de Pais

1.ª edição

Junho de 2019

Composição e arranjo gráfico

António Carmo

Disponível em

<http://www.cosap.pt>

ISBN

978-989-20-8870-9



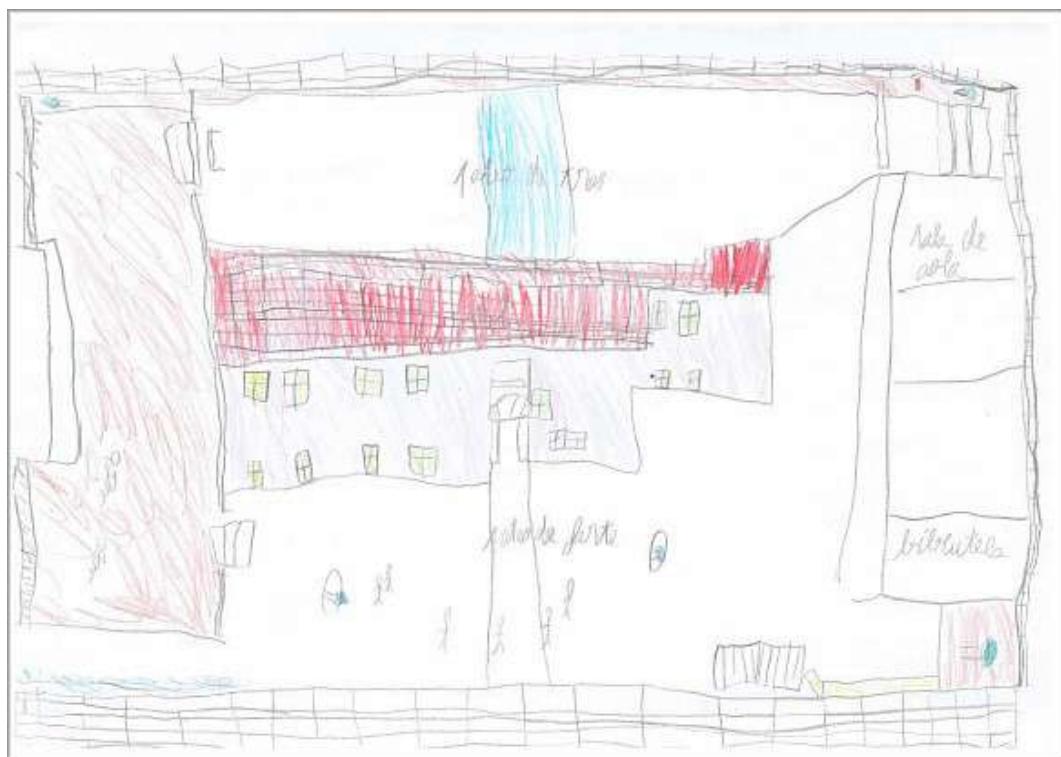
Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](#)

Índice

Agradecimentos	7
Prefácio	9
Nota de apresentação.....	13
Introdução.....	17
Educação Inclusiva nas Nossas Escolas.....	19
Programa.....	23
1. Sessão de abertura	25
1.1. Ramiro Sousa, Diretor da Escola Secundária D. João II	27
1.2. José Salazar, Presidente da APPACDM de Setúbal.....	29
1.3. Carmen Cristino, Vice-Presidente da APPDA de Setúbal	33
1.4. Celeste Paulino, Chefe da Divisão de Educação da Câmara Municipal de Setúbal	35
1.5. Bruno Silveira, Presidente da Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas Ordem de Sant'Iago	37
1.6. Orlando Serrano, Presidente da COSAP	39
2. Dinâmica Quebra-Gelo/Exercício de comunicação.....	41
3. Atas - Autonomia e Flexibilidade Curricular.....	45
3.1. Lígia Santos (COSAP).....	45
3.2. António Carmo (Professor).....	49
4. Da educação especial à educação inclusiva	57
4.1. Moderador: António Canhão, Diretor do Centro de Formação de Professores Ordem de Sant'Iago	59

4.2.	Helena Fonseca, Estrutura de Missão do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar	61
4.3.	João Costa, Secretário de Estado da Educação	65
4.4.	David Rodrigues, Presidente da Pró-Inclusão – Associação Nacional de Docentes de Educação Especial	69
5.	Atividades paralelas	75
5.1.	Animação APPACDM - Tuna	75
5.2.	Exposição / desenhos	77
5.3.	Natália Silva, Animadora socioeducativa	79
6.	Do discurso da escola inclusiva às boas práticas	81
6.1.	Moderação: Emília Baliza, Professora do Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama	81
6.2.	Ana Paula Guerreiro, Professora do Agrupamento de Escolas Luísa Todi	83
6.3.	Lurdes Ferreira, Professora da Escola Básica e Secundária Ordem de Sant'Iago	85
6.4.	João Paulo Amaral, Professor do Agrupamento de Escolas Lima de Freitas	95
6.5.	Rita Sousa, coordenadora do Centro de Recursos para a Inclusão da APPACDM	97
7.	Dos desafios às oportunidades	99
8.	Encerramento	107
8.1.	Gina C. Lemos, Investigadora do CIEd, Universidade do Minho.....	107
8.2.	Pedro Florêncio, Associação de Pais da Escola D. João II.....	113

8.3.	Luís Barradas, FERSAP.....	115
8.4.	António Farto, CONFAP	119
8.5.	Ana Sofia Antunes, Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência	121
9.	Anexos	125
9.1.	Helena Fonseca – Caminhos para uma educação mais inclusiva....	125
9.2.	David Rodrigues – O elogio de uma certa imperfeição.....	131
9.3.	Ana Paula Guerreiro e Carla Simões – Unidade de Ensino Estruturado, Um apoio à Inclusão	137
9.4.	Lurdes Raquel Ferreira - As Unidades de Apoio Especializado do Agrupamento de Escolas Ordem de Sant'Iago	147
9.5.	Rita Sousa - Centro de Recursos para a Inclusão da APPACDM de Setúbal	167
9.6	Relatório de Atividades 2017/2018.....	171

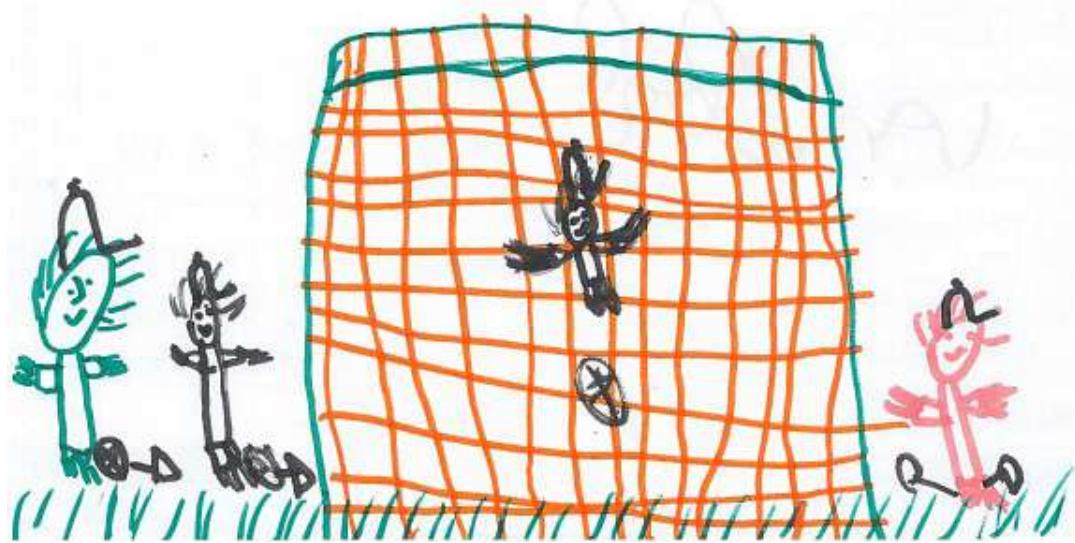


Agradecimentos

Expressamos a nossa gratidão e reconhecimento a quem de alguma forma participou direta ou indiretamente na concretização deste Encontro demonstrando mais uma vez que o envolvimento e participação de TODOS permite atingir resultados positivos.



මැයි මාර්තින් තෙවෙනුයා පෙන්



Prefácio

Educação Inclusiva: um compromisso que a todos convoca

Acreditando que o sucesso educativo só pode ser alcançado mediante a implementação de medidas de política, integradas e articuladas, os diplomas e instrumentos estruturantes de política educativa no domínio do currículo e das aprendizagens, recentemente publicados, permitem ancorar as práticas educativas e estabelecer um referencial educativo único que assegure a coerência do sistema de educação e que garanta a todos os alunos o direito à aprendizagem e ao sucesso escolar.

É neste contexto que são publicados o Decreto-Lei n.º 54/2018 e o Decreto-Lei n.º 55/2018, ambos de 6 de julho, a par do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória, da Estratégia para Cidadania e Desenvolvimento e das Aprendizagens Essenciais.

São estabelecidos nestes diplomas legais os princípios e as normas que garantem a inclusão enquanto processo que visa responder à diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos.

Perspetivar a educação inclusiva implica considerar as três dimensões que a mesma incorpora: a dimensão ética, referente aos princípios e valores que se encontram na sua génesis; a dimensão relativa à implementação de medidas de política educativa que promovam e enquadrem a ação das escolas e das suas comunidades educativas e a dimensão respeitante às práticas educativas, não podendo nenhuma delas ser negligenciada.

Chegou o tempo de desafiar todos: o tempo da escola inclusiva. É essencialmente este atuar sobre a matriz da escola que o Decreto-Lei n.º 54/2018 e o Decreto-Lei n.º 55/2018 trazem de distintivo face a diplomas anteriores.

A escola pública tem como missão garantir que todos e cada um dos seus alunos têm acesso às aprendizagens, que lhes permitem concluir a

escolaridade com os conhecimentos, capacidades e atitudes necessários à vida em sociedade. Este é o compromisso com a inclusão que a todos convoca.

A educação inclusiva implica uma visão de prevenção, com enfoque no currículo e nas aprendizagens, reconhecendo a diversidade dos alunos como uma oportunidade, mobilizando meios e recursos para promover aprendizagens de elevada qualidade.

Neste caminho de melhoria e de desenvolvimento contínuo, as escolas não podem estar isoladas. A procura e o estabelecimento de parcerias entre os diversos stakeholders da comunidade é determinante para a criação de boas práticas de inclusão e, por esta via, de sucesso escolar.

As linhas de atuação para a inclusão vinculam, assim, toda a escola a um processo contínuo de mudança cultural, organizacional e operacional baseado num modelo de intervenção multinível que reconhece e assume as transformações na gestão do currículo, nas práticas educativas, no envolvimento dos encarregados de educação, na sua monitorização e no desenvolvimento contínuo das escolas.

Para cada aluno há que mobilizar medidas e recursos para a construção de aprendizagens essenciais enquadradas pelo perfil dos alunos à saída da escolaridade. As opções metodológicas que a legislação propõe dão destaque às competências, à definição de objetivos significativos para a aprendizagem, à atuação dos alunos nos seus contextos educativos e ao acompanhamento dos seus processos de aprendizagem como garante para a equidade na promoção do sucesso educativo.

A equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva, definida no Decreto-Lei n.º 54/2018, com liderança pedagógica das escolas, constitui instrumento fundamental para a promoção de uma escola cada vez mais

inclusiva, ao promover o trabalho colaborativo, a implementação de uma abordagem multinível para o acesso às aprendizagens e ao currículo, focadas em intervenções de natureza preventiva, enformadas pelas evidências.

Colocar a ênfase no trabalho colaborativo e na conjugação de conhecimentos profissionais diversificados, exige rever o papel de cada profissional e trazer para a discussão a consultadoria como ferramenta pedagógica que irá revitalizar os ambientes de aprendizagem e a partilha de saberes no desenho e implementação da intervenção.

Ao colocar o trabalho colaborativo no centro da prática educativa o Decreto-Lei n.º 54/2018 vem encorajar os professores "a abrir a porta da sala", a aprender uns com os outros, a procurar respostas que implicam o envolvimento de profissionais de diferentes disciplinas, a promover uma colaboração intensa e sistemática para a corresponsabilização de todos nos processos de decisão. Não é mais o tempo de o professor trabalhar sozinho.

A opção metodológica pelo modelo multinível aponta para uma escola que planifica estrategicamente a sua atuação assente na flexibilidade curricular entendida como premissa para garantir o desenho de ambientes de aprendizagens mais flexíveis. Trata-se de uma escola que vai ao encontro de cada aluno, acrescentando liberdade de escolha e oportunidades para os alunos se envolverem em processos de tomada de decisão.

Ao propor respostas abertas, esta orientação inclusiva implica especial preocupação com o desenvolvimento profissional contínuo, o que obriga a que cada escola se debruce sobre a sua realidade e que, a partir daí desenvolva e implemente as respostas mais adequadas. Nesta perspetiva, a diversidade é o motor da comunidade educativa e não um travão no seu desenvolvimento.

O Decreto-Lei n.º 54/2018 diz-nos ainda que os pais não são "convidados da escola", que fazem parte da comunidade educativa e têm o "papel principal" nos processos de decisão sobre a vida dos seus filhos.

Os desafios que se colocam a uma escola que se quer inclusiva são assim, complexos, mas potenciadores de mudanças organizacionais e pedagógicas, que se pretendem sustentáveis ao longo do tempo.

Como escreveu o Professor João Costa, Secretário de Estado da Educação, no prefácio do Manual de Apoio à Prática, publicado pela DGE, o compromisso com a construção de uma escola inclusiva, uma escola na qual todos os alunos têm oportunidade de realizar aprendizagens significativas e na qual todos são respeitados e valorizados, uma escola que corrige assimetrias e que desenvolve ao máximo o potencial de cada aluno, é um desígnio nacional e um desafio para o qual estamos TODOS convocados.

Filomena Pereira, Diretora de Serviços - Direção-Geral da Educação

Nota de apresentação

A COSAP - Federação Concelhia de Setúbal das Associações de Pais e Encarregados de Educação tem por objeto congregar, dinamizar, defender e representar a nível concelhio as associações de pais e encarregados de educação.

Com um histórico de atuação desde 1996, de acordo com os estatutos publicados no Diário da República - III série, nº 211, de 11/09/1996, são objetivos da COSAP:

- Incentivar a criação de associações de pais e a sua dinamização;
- Promover o esclarecimento dos pais e encarregados de educação, habilitando-os ao cabal desempenho da sua missão de primeiros e principais educadores;
- Defender os interesses morais, culturais e físicos dos educandos;
- Intervir no estudo e resolução dos problemas respeitantes à educação;
- Pugnar pela dignificação do ensino em qualquer dos aspetos de qualidade, eficiência, disciplina e respeito pelos valores humanos em geral;
- Participar, na parte que lhe compete, na definição de uma política de educação e juventude;
- Fomentar atividades de carácter pedagógico, cultural e social.

No mandato de 2017/2018, a COSAP empenhou-se em gizar estratégias de ação que permitissem dinamizar e desenvolver atividades envolvendo as associações de pais e encarregados de educação, os próprios pais e encarregados de educação, os alunos, os professores e a Escola no seu todo, com a finalidade de alcançar um maior comprometimento dos principais atores que protagonizam o fenómeno educativo, em ordem a contribuir para que fosse melhorada a qualidade da educação ministrada aos alunos.

Após a edição das Atas do Encontro “O Desafio da Autonomia e Flexibilidade Curricular nas Escolas do Concelho de Setúbal”, disponíveis em: <http://www.cosap.pt/atas2018jan06encontro.pdf>, a conclusão das presentes Atas, decorrentes do desafio para a realização do Encontro “Educação Inclusiva nas Nossas Escolas”, que aceitámos pelo interesse e atualidade da sua temática, acabou por coincidir com o final de mandato de 2017/2018 dos órgãos sociais da COSAP. Julgamos pertinente apresentar, em anexo, o relatório de atividades do referido período e também os desafios aprovados na Assembleia Geral de 6 de novembro de 2018 que permitiram definir um conjunto de estratégias de ação perspetivadas para 2018/2019 e que, certamente, nortearão o trabalho futuro.

No sentido de garantir uma maior proximidade à comunidade educativa, particularmente aos pais e encarregados de educação, mas também à comunidade local em geral, nomeadamente fornecendo informações e fazendo a divulgação de eventos, a atualização do website <http://www.cosap.pt/> é uma preocupação constante. Todavia, neste momento, o canal de comunicação privilegiado da COSAP é o Facebook - <https://www.facebook.com/cosap.setubal> e naturalmente o endereço eletrónico geral@cosap.pt. Reiteramos o objetivo de aproveitar os recursos e a informação disponíveis nas plataformas eletrónicas existentes do movimento associativo parental, nomeadamente da FERSAP - Federação Regional de Setúbal das Associações de Pais (<http://www.fersap.pt>) e da CONFAP - Confederação Nacional das Associações de Pais (<http://www.confap.pt>).

Enquanto parceiros da escola, prestamos uma colaboração de forma voluntária e desejamos um caminho de qualidade para a educação e o ensino, tendo sempre em vista o superior interesse das crianças e jovens.

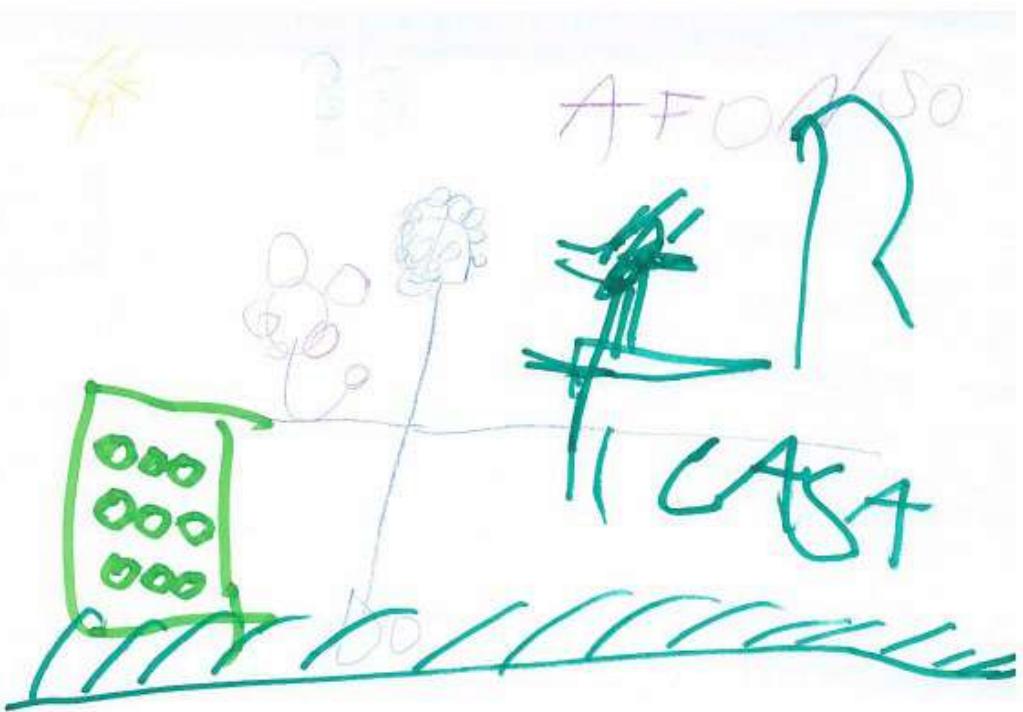
Em 2017/2018 desenvolvemos esforços para:

UMA EDUCAÇÃO PARTICIPADA NO CONCELHO DE SETÚBAL

Em 2018/2019 pretendemos ir mais além:



JUNTOS POR UMA MELHOR EDUCAÇÃO PARTICIPADA
NO CONCELHO DE SETÚBAL



Introdução

Perante a complexidade e a diversidade do mundo contemporâneo, sucedem-se os desafios educacionais face à necessidade de formar cidadãos preparados para integrar a sociedade do futuro. Um desses desafios é a concretização de uma escola inclusiva, onde sejam criadas respostas que possibilitem a todos os alunos um nível de educação e formação que permita a sua integração na sociedade.

De acordo com a UNESCO (2005)⁽¹⁾, a inclusão é vista como um processo de atender e de dar resposta à diversidade de necessidades de todos os alunos através de uma participação cada vez maior na aprendizagem, culturas e comunidades, e reduzir a exclusão da educação e dentro da educação.

A educação inclusiva recebeu maior destaque com a Declaração de Salamanca⁽²⁾, proclamada pela Conferência da UNESCO, realizada em 1994 e subscrita por 92 países e organizações. Esta Declaração define princípios, políticas e práticas no âmbito das necessidades educativas especiais, defendendo o direito à educação de todos os alunos em escolas regulares com base em práticas inclusivas. Daqui decorre a necessidade de a comunidade educativa proporcionar oportunidades equitativas a todos os alunos, independentemente das suas características pessoais, psicológicas ou sociais, em benefício de uma educação com qualidade. No Decreto-Lei n.º 3/2008⁽³⁾ “Um aspecto determinante dessa qualidade é a promoção de uma escola democrática e inclusiva, orientada para o sucesso educativo de todas as crianças e jovens.” (p. 154)

Em Portugal, os princípios da inclusão têm sido considerados nas reformas a nível da Educação Especial, que incluem a discussão pública envolvendo especialistas e profissionais da educação, várias instituições, pais e outros intervenientes no processo educativo.

Sendo os pais parceiros privilegiados das escolas na educação de crianças e jovens, o desafio da escola inclusiva é uma responsabilidade partilhada pelos vários intervenientes no processo educativo. Conforme fica expresso na redação do artigo 3.º do Decreto-lei nº 3/2008:

Os pais ou encarregados de educação têm o direito e o dever de participar activamente, exercendo o poder paternal nos termos da lei, em tudo o que se relacione com a educação especial a prestar ao seu filho, acedendo, para tal, a toda a informação constante do processo educativo. (p. 155)

A concretização da escola inclusiva implica alterações a nível do processo ensino-aprendizagem, mas requer também a capacitação de dotar adequadamente as escolas tanto de recursos materiais como humanos que permitam responder às necessidades dos alunos e criar uma educação eficaz para todos. Sabendo que o acesso à informação é facilitador da mudança, importa criar momentos de partilha e reflexão sobre a temática, divulgando boas práticas, apurando necessidades e criando condições para trilhar novos caminhos que conduzam às mudanças pretendidas.

Foi neste contexto que a COSAP – Federação Concelhia de Setúbal das Associações de Pais e Encarregados de Educação promoveu o Encontro “Educação Inclusiva nas Nossas Escolas”, no dia 21 de abril de 2018, no auditório da Escola D. João II, em Setúbal. O evento, aberto à comunidade educativa em geral, contou com o auditório cheio, propiciando um momento de esclarecimento e reflexão enriquecido pelas perspetivas de diversos intervenientes em torno da questão da inclusão.

A recolha dos regtos das diversas apresentações dos oradores convidados e dos participantes no Encontro tornou possível a elaboração deste livro de atas, como meio de divulgação dos momentos de partilha e

reflexão sobre a temática. Acreditamos que os testemunhos recolhidos e as diferentes perspetivas dos intervenientes podem constituir um instrumento de trabalho de grande utilidade e interesse no contexto de mudança que vivemos em educação.

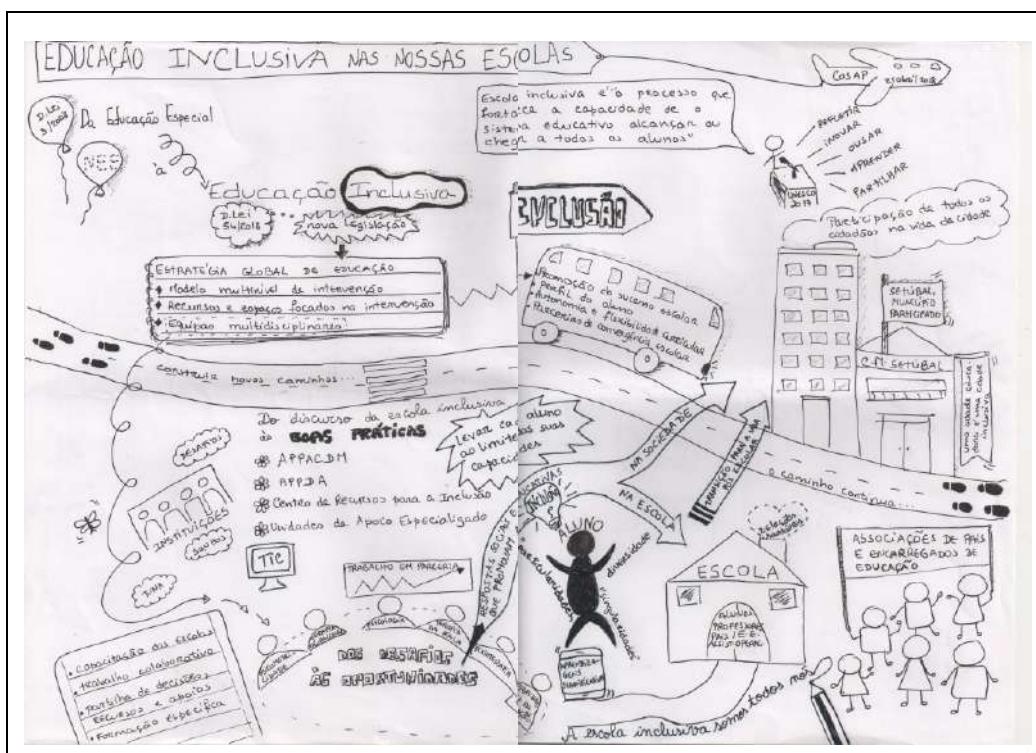
A organização COSAP

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- (1) UNESCO. (2017). *A guide for ensuring inclusion and equity in education*. Recuperado de <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002482/248254e.pdf>
- (2) UNESCO. (1994). *Declaração de Salamanca e enquadramento da acção na área das necessidades educativas especiais*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional. Texto adotado na Conferência Mundial da Unesco sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, Salamanca.
- (3) Decreto-Lei n.º 3/2008, de 7 de Janeiro. *Diário da República n.º 4/2008 – 1.ª Série*. Ministério da Educação. Lisboa, Portugal.

Educação Inclusiva nas Nossas Escolas

elaborado por Lígia Santos (COSAP)

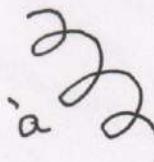


EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS NOSSAS ESC

Da Educação Especial

D.Lei
3/2008

NEE



Educação Inclusiva

D.Lei
54/2018

nova Legislação

Inclusiva

ESTRATEGIA GLOBAL DE EDUCAÇÃO

- ◆ Modelo multinível de intervenção
- ◆ Recursos e espaços focados na intervenção
- ◆ Equipas multidisciplinares

construir novos caminhos...

Do discurso da escola inclusiva
às **BONS PRÁTICAS**

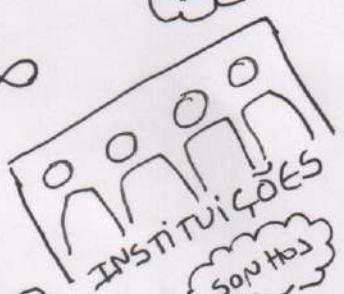
✿ APPACDM

✿ APPDA

✿ Centro de Recursos para a Inclusão

✿ Unidades de Apoio Especializado

Levar cada
ao limite
capacidade



TUNA



RESPOSTAS SOCIAIS E
QUE PROMOVAM A

• Capacitação das escolas
• trabalho colaborativo
• partilha de decisões
• RECURSOS e apoios
• Formação específica

psicologia
terapia ocupacional
psicomotricidade
terapia da fala
fisioterapia

DAS DESAFIOS
AS OPORTUNIDADES

OLAS

COSAP

21 abril 2018

inclusiva é "o processo que permite a capacidade de o sistema educativo alcançar ouvir a todos os alunos"



Participação de todos os cidadãos na vida da cidade

INCLUSÃO

- Promocão do sucesso escolar
- Perfil do aluno
- Autonomia e flexibilidade curricular
- Parcerias de convergência escolar

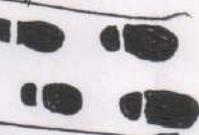


aluno
as suas
des

NA SOCIEDADE

TRANSIÇÃO PÓS ESCOLAR
PARA A VIDA

o caminho continua...



EDUCATIVAS
INCLUSÃO
ALUNO

diversidade

NA ESCOLA

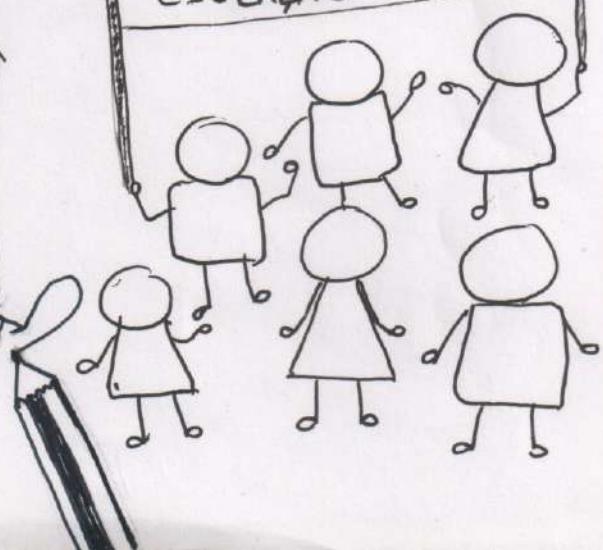


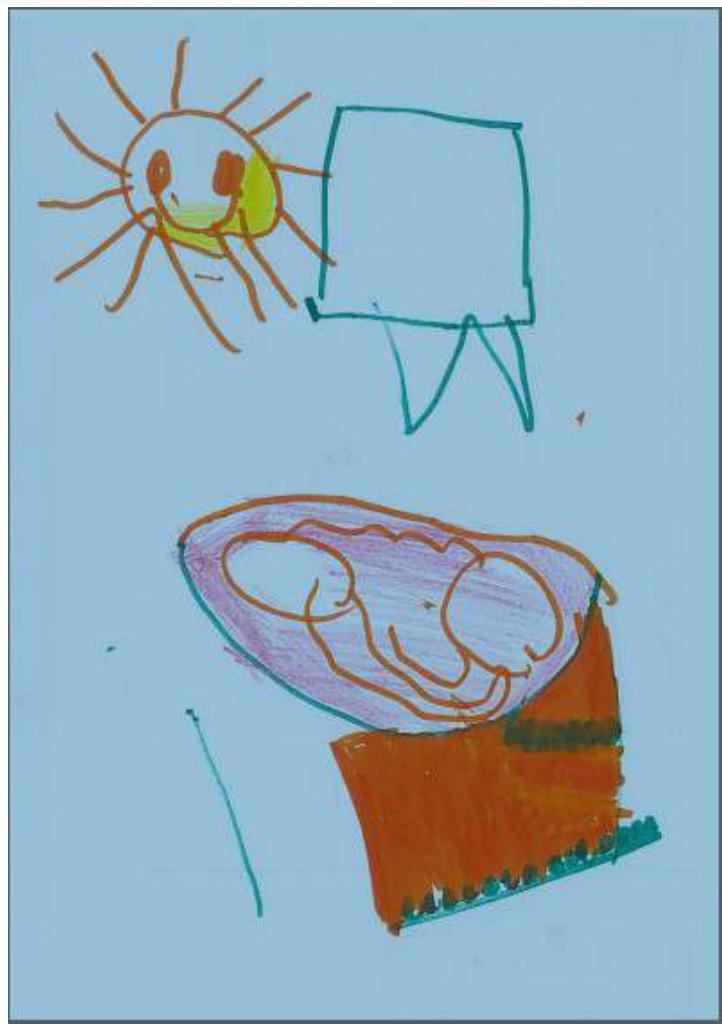
A escola inclusiva somos todos nós

PROFESSOR DA UNIÃO

APRENDIZAGENS SIGNIFICATIVAS

ASSOCIAÇÕES DE PAIS
E ENCARREGADOS DE
EDUCAÇÃO





Programa



COSAP
Federação Concelhia de Setúbal das Associações de Pais

ENCONTRO EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS NOSSAS ESCOLAS

21 de abril de 2018 ↔ 08:00 – 13:00

ENTRADA LIVRE MEDIANTE PRÉ-INSCRIÇÃO
<https://www.facebook.com/cosap.setubal>

GPS: 38.5314504,-8.8704222

AÇÃO ACREDITADA PARA EDUCADORES/PROFESSORES

Destinatários

Toda a comunidade educativa (pais e encarregados de educação, alunos, docentes, não docentes e profissionais de educação especial e saúde), comunidade local (juntas de freguesia e autarquias), investigadores e restante comunidade em geral.

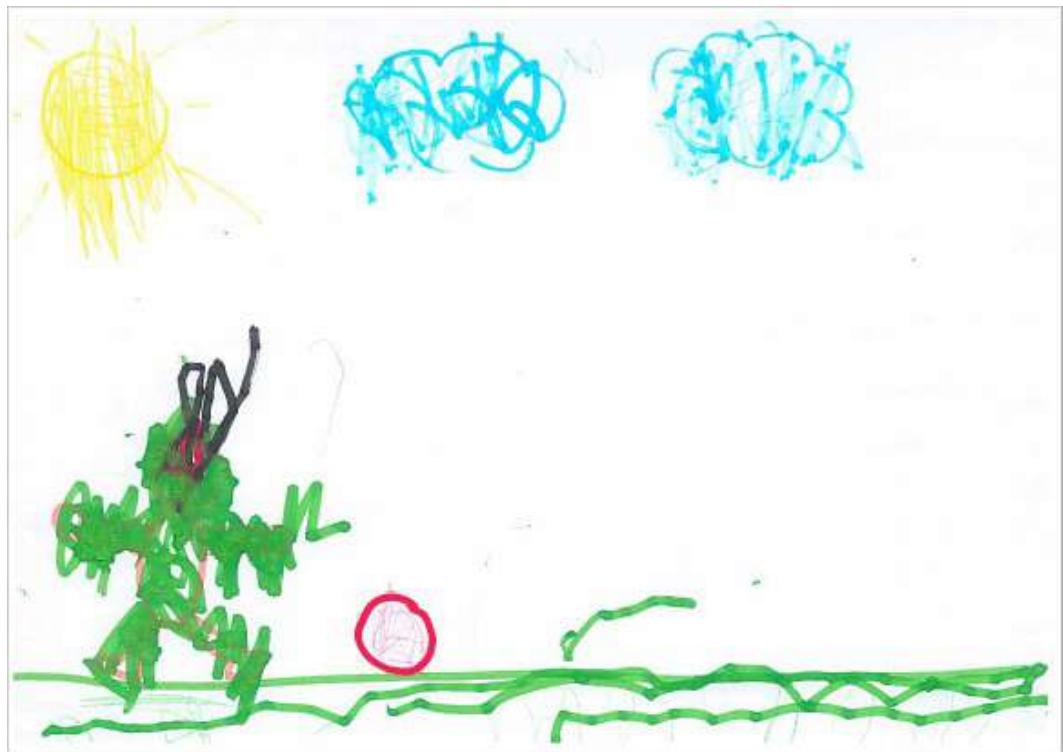
PROGRAMA					
8h00 Receção aos participantes					
8h30 Sessão de abertura *					
Ramiro Sousa, Diretor da Escola Secundária D. João II					
José Salazar, Presidente da APPACDM de Setúbal					
Carmen Cristino, Vice-Presidente da APPDA de Setúbal					
Ricardo Oliveira, Vereador de Educação da Câmara Municipal de Setúbal					
Bruno Silveira, Presidente da Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas Ordem de Santiago					
Orlando Serrano, Presidente da COSAP					
8h45 Apresentação das Atas do Encontro "O desafio da autonomia e flexibilidade curricular nas escolas do concelho de Setúbal"					
Lígia Santos (COSAP)					
António Carmo (Professor)					
9h00 Mesa redonda: "Da educação especial à educação inclusiva"					
Moderador: António Canhão, Diretor do Centro de Formação de Professores Ordem de Santiago					
Filomena Pereira, Diretora de Serviços de Educação Especial e Apoios Socioeducativos da DGE					
João Costa, Secretário de Estado da Educação					
David Rodrigues, Presidente da Pró-Inclusão – Associação Nacional de Docentes de Educação Especial					
10h00 Coffee break					
Animação APPACDM					
10h30 Mesa redonda: "Do discurso da escola inclusiva às boas práticas"					
Moderação: Emilia Baltza, Professora do Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama					
Ana Paula Guerreiro, Professora do Agrupamento de Escolas Luisa Todi					
Lurdes Ferreira, Professora da Escola Básica e Secundária Ordem de Santiago					
João Paulo Amaral, Professor do Agrupamento de Escolas Lima de Freitas					
Rita Sousa, coordenadora do Centro de Recursos para a Inclusão da APPACDM					
11h30 Mesa Redonda: "Dos desafios às oportunidades"					
Moderadora: Vânia Guerreiro (COSAP)					
Paulo Bico, Professor do Agrupamento de Escolas Lima de Freitas					
João Torres, Terapeuta da fala da APPIDA					
Dina Pereira, Assistente Operacional do Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama					
Paulo Anacleto, pai e encarregado de educação					
Samuel Natário, trabalhador-estudante					
12h45 Encerramento					
Gina C. Lemos, Investigadora do CIEd, Universidade do Minho					
Pedro Florêncio, Associação de Pais da Escola D. João II					
Luis Barreiras, FERSAP					
António Faro, CONFAP					
Ana Sofia Antunes, Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência					
* Condução do programa: Vânia Carvalho (COSAP)					

Após	APPACDM Setúbal	APPOA - Assoc. Port. para as perturb. do desenvol. e Autismo	FERSAP - Federação Regional de Setúbal das Associações de Pais	OMS - Câmara Municipal de Setúbal	Escola Secundária D. João II	Centro de Formação Ordem de Santiago



1. Sessão de abertura





1.1. Ramiro Sousa, Diretor da Escola Secundária D. João II

Temos de ter consciência que a escola pública, a escola em geral, está a educar e a formar os alunos, jovens cidadãos, num contexto de forte aceleração e transformação cultural e científica sem precedência na história.

A escola inclusiva é um processo constante e contínuo. Constitui um importante fator, um inegável contributo, no combate à desigualdade que tem vindo a aumentar nas nossas sociedades. A verdadeira escola pública, que é também inclusiva, constitui o principal elevador social - ainda - nas nossas sociedades.

A escola inclusiva é o primeiro indicador para caminharmos ao encontro de uma melhor e maior igualdade económica e social, numa sociedade com elevados níveis de democracia e liberdade.



APARECIDA MCE

APPADR - OSE
PESSOAS ECOLÓGICAS
NA QUINTA



1.2. José Salazar, Presidente da APPACDM de Setúbal

Os primordiais estatutos da instituição determinam, no seu artigo terceiro, ser objecto da associação “promover a integração na sociedade do cidadão com deficiência mental, no respeito pelos princípios da normalização, personalização, individualização e bem-estar”.

Ajustado o âmbito de intervenção (que nunca foi exclusivamente a área da deficiência intelectual), refrescado o vocabulário e actualizados os conceitos, aqui temos sintetizados os nossos propósitos angulares - de há 48 anos e de agora, de sempre!

Reflectir sobre a inclusão – na escola, na sociedade, no trabalho, na própria instituição; inovar e ousar na construção de novos caminhos e modelos; questionar e problematizar, desassossegar e inquietar - contem sempre connosco, activa e atentamente, sem preconceitos nem receios, mas também sem pressa em cavalgar a crista da última onda, sem trocar o essencial por mil acessórios que brilham fugazmente.

Vimos de longe e ajudamos a fazer o caminho que nos trouxe estes, que são os nossos dias. Assumimos, plenamente, as responsabilidades que nos cabem e aceitamos, sem reservas, que nos responsabilizem, que nos interpelem, que nos incomodem.

Com equivalente vigor e desassombro, ostentamos a qualidade de associação promotora de inclusão, que estribamos nas nossas realizações, das quais legitimamente nos orgulhamos.

Orgulhamo-nos da “Flores da Arrábida”. Empresa de inserção criada há quase oitos anos, assume a manutenção de cerca de metade dos espaços ajardinados da cidade, com méritos reconhecidos, mantendo uma percentagem acima de oitenta por cento de trabalhadores com

deficiências ou incapacidades entre os dezanove que constituem o seu quadro de pessoal.

Orgulhamo-nos da União Desportiva para a Inclusão e do seu contributo determinante, pelas suas dinâmicas próprias, mas também pelo seu efeito indutor, para a transformação de Setúbal num dos poucos concelhos onde todos podem praticar desporto organizado em quadros competitivos adequados, contributo reconhecido através da atribuição do galardão de melhor clube desportivo na gala do desporto de Setúbal do ano de 2016.

Orgulhamo-nos do Clube de Animação Jovem, criado há quase vinte anos para garantir a igualdade de oportunidades a todos os jovens no acesso a programas e actividades de lazer, cultura e desporto.

Hoje, dois dos seus grupos emblemáticos – o de teatro e o de percussão – são inteiramente inclusivos e ascendem, de forma continuada e sustentada, a níveis cada vez mais elevados de qualidade artística.

Orgulhamo-nos, e arrisco a controvérsia, da nossa escola de educação especial. Por vontade dos pais e das escolas do ensino regular, integramos os seus filhos, os seus alunos, numa escola que se reinventa para cada um deles sem que toda ela deixe de ser pensada para todos, incluindo-os total e incondicionalmente na totalidade das suas mais diversas vertentes.

Com eles construímos todos os dias uma escola com preocupações ambientais, viva, dinâmica e inserida na comunidade; com eles, também construímos, desde a sua primeira edição, o Festival de Música de Setúbal; com todos, sem excepção, desde o jovem com multideficiência até ao professor barrigudo e desajeitado, construímos, pelo décimo segundo ano consecutivo, senão a única marcha popular totalmente inclusiva, pelo menos aquela onde este conceito é levado mais longe sem transigências em termos estéticos e coreográficos; com eles e com as suas famílias

procuramos satisfazer as necessidades do presente, perspectivar e construir os múltiplos caminhos do futuro.

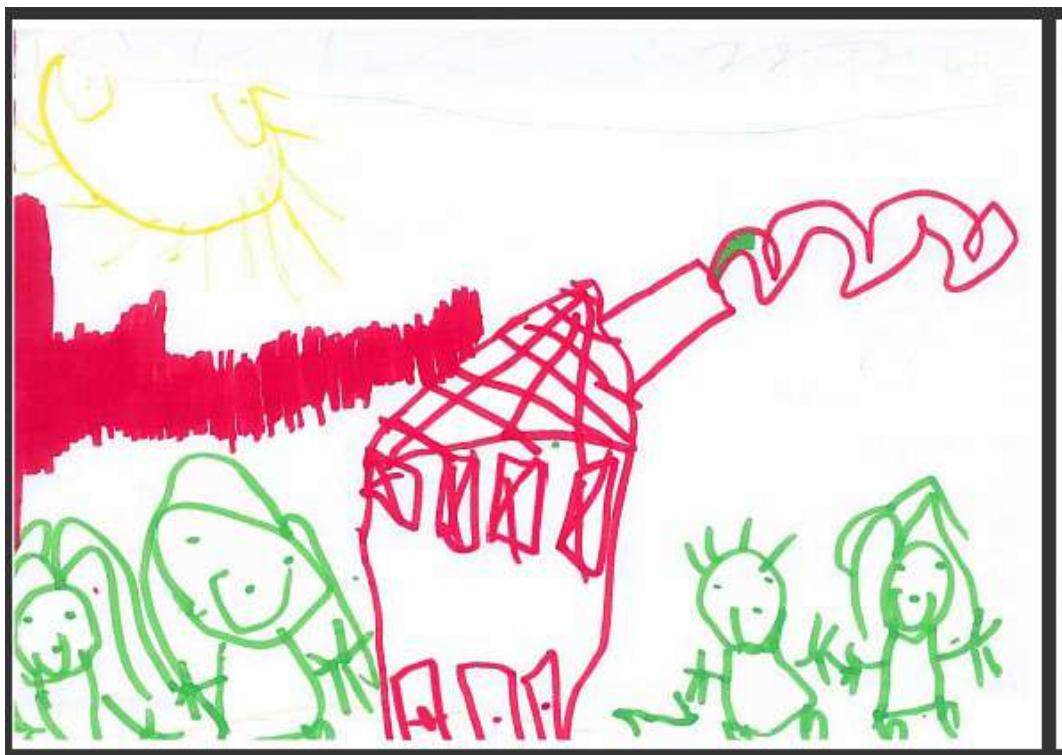
E para não ficarem dúvidas quanto à nossa atitude de base em relação à educação, recordo que, há cerca de vinte anos, desenvolvemos com algumas escolas, durante sete ou oito anos, o “Projecto IN”, através do qual incluímos nas escolas do ensino regular dezenas de alunos da nossa escola de ensino especial, mediante um modelo não muito diferente das unidades de apoio especializado, só criadas alguns anos depois, apenas complementado com algumas das condições adicionais características das escolas de educação especial.

A esta distância, sem poder pormenorizar, posso garantir-vos o êxito da experiência – para todos, incluindo aqueles em relação aos quais as suas famílias expressavam receios dos eventuais prejuízos causados em termos de rendimento escolar. Entre esses, alguns são, hoje, médicos, engenheiros, investigadores, terapeutas (duas fazem parte dos quadros da instituição).

Mais recentemente, participamos com entusiasmo e expectativa na criação dos centros de recurso para a inclusão, e, no ano lectivo em curso, temos investido muito na revitalização e renovação da estrutura que nos cabe gerir.

Concluindo: estamos convosco nas preocupações, nas aspirações, nas vontades; estamos convosco na construção de uma escola inclusiva; estamos, com quem o desejar, na construção de uma sociedade inclusiva.

Em nome destes valores e destes propósitos temos inovado, arriscado, construído todos os dias. Manteremos esta atitude. Contem connosco.



1.3. Carmen Cristino, Vice-Presidente da APPDA de Setúbal

A importância do trabalho em parceria com a escola como promotor da inclusão.

A APPDA-Setúbal acompanha atualmente cerca de 100 pessoas com PEA do distrito de Setúbal, e colocamos à disposição de pais e técnicos e da sociedade em geral não só informações relativas à problemática do autismo: indicações sobre os diferentes serviços dirigidos a esta problemática (diagnóstico, estratégias de intervenção, terapias, etc.) e legislação de apoio, bem como paralelamente dinamiza um conjunto vasto de atividades dirigidas às pessoas com PEA e suas famílias.

Neste momento a inclusão na escola regular é um direito fundamental para todas as crianças, independentemente das suas dificuldades ou especificidades e cabe às escolas criarem todas as condições para responder às especificidades de cada um, o que tem colocado grandes desafios a todo o sistema educativo.

Acreditamos que o trabalho em rede é agir e interagir num sistema onde todos os atores são fundamentais na resolução do problema, é rentabilização de recursos e de conhecimentos por forma a complementar as necessidades das escolas.

A APPDA-Setúbal possui um centro de competências para o Autismo, composta por uma equipa multidisciplinar com técnicos especializados na Perturbação do Espetro do Autismo que, para além de promover terapias especializadas, considera de extrema importância para o desenvolvimento e inclusão destas crianças e jovens, o trabalho com a família e com todos os intervenientes no processo educativo. Procuramos realizar o nosso trabalho com estas crianças e jovens em parceria com os técnicos, professores, educadores e outros profissionais, pois acreditamos que o

nosso trabalho só trará benefícios quando realizado em parceria com todos os que intervêm com a criança ou jovem.

Assim, a APPDA-Setúbal, reitera a disponibilidade em trabalhar em parceria com as escolas, Centros de Recursos para a Inclusão e em apoiar as famílias de crianças e jovens com PEA. Através do nosso serviço de Formação, estamos disponíveis para realizar ações de formação ou de sensibilização a toda a comunidade escolar e famílias.



1.4. Celeste Paulino, Chefe da Divisão de Educação da Câmara Municipal de Setúbal

Começo por cumprimentar a distinta mesa e todos os participantes neste Encontro promovido pela COSAP subordinado ao tema “Educação Inclusiva nas Nossas Escolas”.

Em nome do Sr. Vereador da Educação, Dr. Ricardo Oliveira, que, por motivos de ausência em representação do município não pode estar presente, agradeço o convite endereçado à Câmara Municipal para participar neste Encontro e debater tão importante matéria.

Setúbal, Município Participado, este é o nosso lema, a nossa marca. É também o mote e o princípio que baliza a ação autárquica e a vida democrática da cidade.

Quando falamos de participação, falamos de dar voz a todos, de planear para todos, de incluir todos. A participação dos cidadãos na vida da cidade, nas escolhas, nas decisões e também na apresentação de necessidades e de problemas tem sido uma preocupação constante e demonstrada em projetos autárquicos como Ouvir a População, Construir o Futuro, Nosso Bairro, Nossa Cidade, Setúbal mais Bonita e tantos outros.

Se todos considerarmos que a cidade está diferente, que Setúbal está diferente, muito se deve também à voz dos Setubalenses e Azeitonenses que se fazem escutar e considerar nas grandes e pequenas decisões.

Por outro lado, como Cidade Educadora de que nos orgulhamos de ser, procuramos desenvolver todos os esforços em promover uma educação para todos, tal como é proclamado no princípio 1 da Carta das Cidades Educadoras:

“todos os habitantes de uma cidade terão o direito a desfrutar, em condições de liberdade e igualdade, os meios e oportunidades de

formação, entretenimento e desenvolvimento pessoais que ela lhes ofereça”.

Assim, a pouco e pouco são suprimidos todos os obstáculos materiais e imateriais para que todos, sem exceção, possam ter uma educação, uma aprendizagem e sucesso educativo, proporcionando um desenvolvimento harmonioso e potenciador de todas as suas capacidades.

Uma Cidade Educadora é uma Cidade Inclusiva, que acolhe todos, garantindo a qualidade de vida de todos os seus habitantes e a sua plena integração.

É nisto que apostamos, é nisto que estamos comprometidos.

Mas, uma vez mais, não o fazemos sozinhos. O sucesso está também no desenvolvimento de parcerias com as escolas, agrupamentos, associações de pais, coletividades, associações, clubes e todos aqueles que aspiram a uma cidade melhor, cuidada, limpa, desenvolvida e oferecendo a todos e a cada um a oportunidade de ser feliz.

É por isso que estamos todos aqui e agora dando o nosso contributo e o nosso testemunho para que a educação em Setúbal seja verdadeiramente inclusiva, garantindo igualdade de oportunidades a todos, respeitando a diferença e educando para ela.

Bom trabalho!

1.5. Bruno Silveira, Presidente da Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas Ordem de Sant'Iago

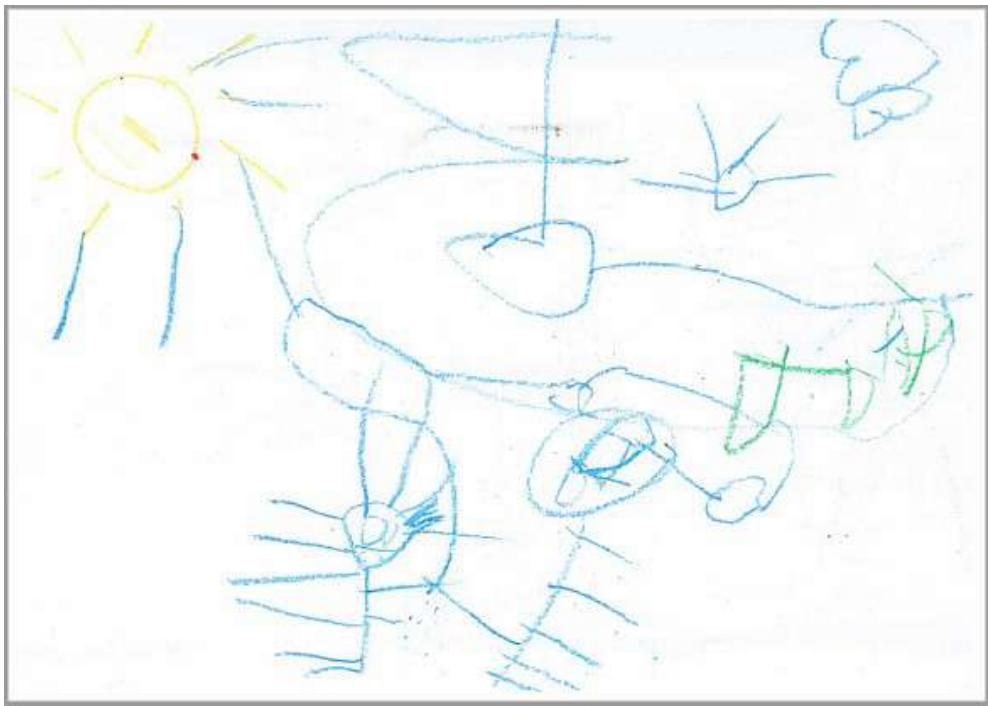
Começo por agradecer o convite feito pela COSAP, para vir a este Encontro dar o meu parecer sobre Educação Inclusiva, na qualidade de aluno e membro da Associação de Estudantes do Agrupamento da Ordem de Santiago, em Setúbal.

Na minha opinião, a inclusão nas escolas é muito importante e, como aluno, tenho uma perspetiva muito real sobre o que se passa dentro de uma escola no que respeita à inclusão. Hoje em dia, não são apenas os alunos com deficiências que precisam de ser incluídos numa escola, mas sim todos, porque todos os alunos são diferentes. No caso da escola da “Bela Vista”, precisamos de incluir muitas crianças e jovens, pois há muitos alunos que não são portugueses.

Acredito que a melhor forma de incluir todos os alunos começa por se trabalhar nas aulas, com os próprios professores. Se os professores se dedicarem a cada aluno de uma forma especial, de modo a que todos se sintam numa segunda casa. Se todos os professores trabalharem assim, já é um grande desenvolvimento para a inclusão nas nossas escolas. Não é só a dar aulas que vamos incluir os alunos, é também tornando os professores parte da família. Porque ser professor é fácil, ser parte da família de um aluno e ser parte da família de trinta alunos é um bocadinho mais difícil. Mas é assim que se incluem os alunos na escola. Ao estarmos a ser parte da família de tantos alunos, acabamos por estar todos em união, como uma família. Já não vai ser apenas uma escola, vai ser uma espécie da família em que os alunos vão sentir-se bem e pensar que saem de casa para entrar numa segunda família, que é a escola.

Parece-me que a nossa escola cumpre bem essa função de incluir todas as crianças e jovens. Na minha opinião, na escola Ordem de Santiago, os

professores estão a fazer bem essa tarefa de possibilitar que todos os alunos se sintam bem dentro da escola. É assim que eu acredito que se faz a inclusão. Assim, as crianças e os jovens vão gostar muito mais da escola.



1.6. Orlando Serrano, Presidente da COSAP

BOM DIA A TODOS,

Em nome da COSAP - Federação Concelhia de Setúbal das Associações de Pais e Encarregados de Educação gostaríamos de cumprimentar e agradecer a presença de todos.

Julgo que estamos todos de parabéns, por termos aceitado mais um desafio para refletir sobre a temática da Educação Inclusiva.

A COSAP tem muito orgulho por ter conseguido, em tão pouco tempo, reunir toda a comunidade educativa em dois importantes momentos de reflexão, que só foram possíveis de concretizar pela estreita colaboração entre a escola e a família.

Neste segundo Encontro, propomo-nos falar de inclusão, o que significa falar de mudança: mudança de atitude e mudança de dinâmicas de ensino/aprendizagem, porque é preciso fazer mais e melhor. Assim, todos nós, pais, docentes, comunidade educativa em geral, somos responsáveis por levar a cabo essas ações de mudança, que passam por uma oferta educativa que saiba valorizar a singularidade de cada aluno, de modo a garantir a igualdade e a equidade. Não pode, de facto, haver uma escola igual para todos, porque todos somos diferentes e necessitamos de estratégias adequadas à nossa melhor forma de aprender. Uma escola que oferece a mesma estratégia de aprendizagem para todos os alunos não pode ser considerada uma escola inclusiva, porque nem todos aprendem da mesma maneira.

A participação dos pais e encarregados de educação em colaboração com a escola é, sem dúvida, uma das estratégias para o sucesso educativo, não só dos alunos com Necessidades Educativas Especiais (NEE), mas de todos em geral. A ida dos pais à escola, assim como a sua participação nas diversas atividades é, como se sabe, motivador para os alunos. No

entanto, o sucesso do trabalho desenvolvido com crianças com NEE não pode ser considerado exclusivo da escola; este tem de ser definido, planeado, realizado e avaliado em parceria com a família, para que seja efetiva a sua continuidade em casa.

A temática será desenvolvida pelos participantes neste Encontro a quem, mais uma vez, agradecemos a sua disponibilidade de participação e desejamos a todos uma excelente manhã de enriquecimento, de reflexão e de partilha.



2. Dinâmica Quebra-Gelo/Exercício de comunicação



A opção de utilizar uma dinâmica de quebra-gelo

imediatamente a seguir à sessão de abertura teve como finalidade descontrair os participantes, mas simultaneamente levá-los a refletir sobre um dos temas transversais ao longo de todo o Encontro – a comunicação.

Estas dinâmicas podem flexibilizar-se e adaptar-se a diversos contextos e grupos. A dinâmica utilizada foi adaptada do “*Jogo da Galinha*” disponível no Portal do Marketing e do jogo “Diálogo Geométrico” (Yozo, 1995, p. 113).

OBJETIVOS:

- Reconhecer a importância de saber ouvir.
- Perceber a importância da comunicação bilateral.
- Aprimorar a capacidade de comunicação verbal e não verbal.
- Adaptar estilos de comunicação.

MATERIAIS:

- Folha de papel A4 branca;
- Esferográfica;
- Texto com as informações para a elaboração do desenho da escola.

REGRAS:

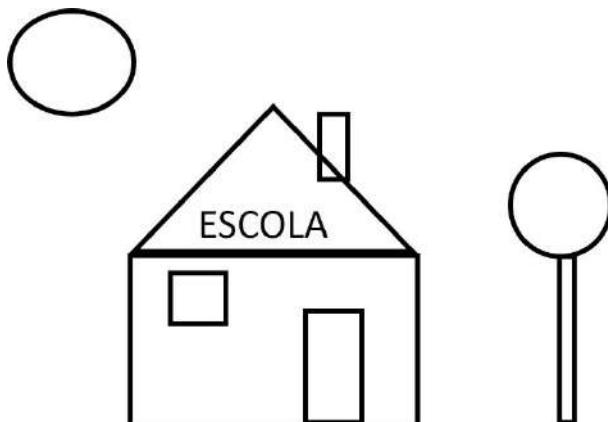
- Deve seguir as orientações do dinamizador(a);
- Não são permitidas perguntas ao(à) dinamizador(a);
- Cada participante faz o seu desenho sem olhar para o desenho do participante ao lado;
- O desenho deve ser executado à medida de cada uma das orientações do(a) dinamizador(a);
- O participante não deverá desistir de continuar o desenho;

- O(a) dinamizador(a) explica que irá fazer uma atividade para exercitar a capacidade de comunicação interpessoal.

TEXTO DE INSTRUÇÃO PARA A EXECUÇÃO DO DESENHO:

1. Desenhe um círculo com aproximadamente 2 cm de diâmetro no canto superior esquerdo da folha;
2. Mais ou menos 10 cm abaixo, desenhe um retângulo na horizontal;
3. Sob o retângulo, desenhe um pequeno retângulo na vertical a partir da parte inferior direita do retângulo horizontal;
4. Do lado direito do retângulo horizontal, desenhe um círculo ao mesmo nível da parte superior do retângulo;
5. Na parte inferior do círculo, desenhe um retângulo na vertical até ao mesmo nível da parte inferior do retângulo horizontal;
6. Desenhe um triângulo acima da parte superior do retângulo horizontal;
7. Desenhe um pequeno retângulo na vertical sob o triângulo, no lado direito deste;
8. Desenhe um pequeno quadrado dentro do retângulo horizontal;
9. Escreva a palavra “ESCOLA” no centro do triângulo;
10. Partilhe o seu desenho com todos os participantes.

DESENHO ESPERADO SEGUNDO AS INSTRUÇÕES:



No final da dinâmica solicitou-se aos participantes que refletissem sobre o facto de, apesar de receberem todos as mesmas instruções, os resultados obtidos terem sido, em alguns casos semelhantes, mas na maioria muito diferentes concluindo-se com a necessidade de se trabalhar cada vez mais a forma como todos comunicamos, concretamente no que diz respeito a crianças com necessidades educativas especiais e escolas inclusivas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Brändles, D.; Philips, H. (2006). *Manual de Jogos Educativos – 140 jogos para professores e Animadores de Grupos*. Lisboa, Portugal: Moraes Editores

Portal do Marketing. (2018). *Jogo da Galinha*. Acedido em 18 de abril de 2018, disponível em http://www.portaldomarketing.com.br/Dinamicas/Desenho_da_Galinha.htm

Yozo, R. (1995). *100 Jogos para Grupos – uma abordagem psicodramática para empresas, escolas e clínicas*. São Paulo, Brasil: Editora Ágora

3. Atas - Autonomia e Flexibilidade Curricular



3.1. Lígia Santos (COSAP)

Bom dia, caros participantes,

É com prazer que, em representação da COSAP, apresentamos as atas do Encontro “O desafio da autonomia e da flexibilidade curricular nas escolas do concelho de Setúbal”, que decorreu no dia 6 de janeiro no auditório da Escola Secundária Sebastião da Gama, em Setúbal.

O desejo de registar os momentos de partilha e reflexão que ocorreram durante o Encontro levou à construção deste livro de atas em formato digital. Uma das partes iniciais do livro são os agradecimentos, pois de facto tratou-se de um trabalho de cooperação, que resultou da combinação de vários momentos de dedicação por parte de todos os envolvidos, desde a fase de organização do Encontro até à concretização deste ebook.

O livro de atas inclui uma nota de apresentação da Cosap – Federação Concelhia de Setúbal das Associações de Pais e Encarregados de Educação, que dá a conhecer os principais objetivos desta entidade. A dinamização

deste Encontro, promovida pela COSAP, é uma das estratégias que permitem a concretização desses objetivos, ao fomentar uma maior proximidade à comunidade educativa em geral, e aos pais e encarregados de educação em particular, tendo em vista a melhoria da qualidade da educação das crianças e jovens do concelho de Setúbal.

No contexto atual de mudança do sistema educativo, relacionado com o projeto de autonomia e flexibilidade curricular, os momentos de partilha de informação, de comunicação e de reflexão revestem-se de grande importância. Foi esta lógica que esteve subjacente à realização do Encontro que originou este livro de atas. Um dos aspetos que se destaca ao longo do livro é o envolvimento, nesta iniciativa, de vários parceiros que protagonizam o fenómeno educativo e partilham responsabilidades neste âmbito.

A capa do livro tem como ilustrações os desenhos dos alunos de uma turma do 10º ano da Escola Secundária Sebastião da Gama, que aceitaram o desafio de ilustrar a temática do Encontro. A perspetiva dos alunos sobre esta temática é-nos apresentada de um modo muito expressivo e criativo.

No livro, além do programa do evento, podemos aceder ao registo das várias intervenções, gentilmente cedidas pelos oradores convidados. As intervenções estão organizadas de acordo com o programa. Inicia-se com os registos da Sessão de Abertura, com a participação do presidente da COSAP, do Vereador da Educação da Câmara Municipal de Setúbal, do Diretor-Geral da Educação e da Diretora do Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama. Seguem-se os registos da intervenção do Diretor-Geral da Educação, no primeiro painel, subordinado ao tema “Flexibilidade e autonomia curricular: uma educação de qualidade para todos”, que fornecem informação e orientações sobre o tema do evento.

O segundo painel do Encontro, denominado “Uma escola em (trans)formação”, visou a partilha de experiências de duas escolas do Concelho de Setúbal que aderiram ao Projeto Piloto de Autonomia e Flexibilidade Curricular e inclui as apresentações do Vogal da Direção da Academia de Música e Belas Artes Luísa Todi, da Diretora do Agrupamento de Escolas de Azeitão e do Diretor-Geral da Educação.

No terceiro painel, a mesa redonda “Caminhos”, foram incluídas as intervenções do Diretor da Escola Básica e Secundária Ordem de Santiago, da Diretora do Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama, do Diretor do Agrupamento de Escolas Barbosa du Bocage, da Diretora do Agrupamento de Escolas Lima de Freitas, do Diretor da Escola Secundária D. João II, do Diretor da Escola Secundária de Bocage, e da Presidente da CAP da Escola Secundária Dom Manuel Martins. Os registos destas intervenções incluem algumas reflexões sobre o Processo de Autonomia e Flexibilidade Curricular a partir dos entusiasmos, preocupações e ameaças que têm sentido no contexto educativo em que os intervenientes estão inseridos.

A sessão de encerramento inclui as considerações finais da Drª Gina Lemos, Investigadora do CIEd da Universidade do Minho, da Presidente da APEE da Escola das Amoreiras, do Presidente da CONFAP, do representante da FERSAP e do Presidente da COSAP.

O livro possibilita ainda a consulta das conclusões da COSAP sobre o Encontro, do relatório da ação acreditada e da análise de dados estatísticos sobre os participantes.

Em fase de reflexão, aceitámos um desafio lançado durante o Encontro: ensaiar uma campanha que estimulasse a maior participação e envolvimento dos pais na escola. Com este propósito, foram recolhidas e selecionadas frases que podemos ir descobrindo à medida que consultamos o livro. Algumas das frases foram generosamente ilustradas

por uma mãe, Ana Rita Andrade, com a cor e a imagem a conferir maior visibilidade à mensagem que se pretende transmitir.

Em suma, as atas do Encontro que aqui apresentamos, abordam um tema atual e pertinente e resultaram de um enriquecedor processo colaborativo e de reflexão, enriquecido com a perspetiva de vários intervenientes sobre a temática: alunos, pais, professores, decisores políticos e outros especialistas. Fica o convite para consultarem o livro e fazerem a vossa reflexão. Relativamente à parte técnica do ebook, passo a palavra ao professor António Carmo, responsável pela composição e arranjo gráfico.



3.2. António Carmo (Professor)

Bom dia a todos, é com muito gosto que aqui estou para vos apresentar as atas do Encontro “O Desafio da Autonomia e Flexibilidade Curricular o qual me deu muito prazer de fazer.

Quero agradecer a oportunidade ao presidente da COSAP, Dr. Orlando Serrano, dizer também que foi um desafio que só foi possível graças à disponibilidade e participação de todos os envolvidos.

Chegando a este momento permitam-me partilhar três perspetivas:

1. Composição;
2. Identificação de ideias-chave;
 - 2.1. Comunidade Educativa
 - 2.2. Currículo
 - 2.3. Práticas/Metodologias
 - 2.4. Aluno
 - 2.5. Inclusão
3. Desafios/Oportunidades.

Composição - Integração de vários elementos

- O livro de atas resulta da reunião de conteúdos muito interessantes, que decorrem:
 - das intervenções dos convidados
 - das opiniões e comentários das pessoas participantes
 - dos desenhos efetuados pelos alunos da escola, que são perspetivas de flexibilidade curricular
 - de ilustrações de encarregada de educação
 - das frases que decorrem das reflexões do Encontro

- de outras reflexões, resumos, comentários, agradecimentos, acreditação, avaliação, da COSAP e ainda das apresentações em Powerpoint.
- Elementos gráficos | Conjunto
 - Integração num ambiente
 - Facilidade de leitura
 - Mensagens e ilustrações cruzam-se com as comunicações
 - Partilha
 - Transparência
 - Diferenciação
- Desenhos



- Ilustrações



- Frases
 - Desafios para os EE
 - Desafios para as escolas
 - Desafios para a comunidade
- Apresentações de Powerpoint
 - Partilha
 - Transparência



- Ideias partilhadas - Comunidade Educativa
 - A comunidade educativa tem de fazer a sua reconstrução e reiniciar o caminho permanentemente
 - Trabalho em rede e colaborativo entre todos os parceiros
 - Reflexão coletiva → Consistência do processo educativo e melhoria da sua qualidade
 - Diagnóstico → Estratégia do XXI Governo Constitucional
 - Mudança da escola → Motivação dos professores

- Autonomia → Liberdade, responsabilidade e responsabilização
 - Alterar paradigma do acesso ao ensino superior
 - Escola não pode ser apenas Instrumento de Seriação e Segregação
 - Maximizar/melhorar a comunicação entre professores, órgãos pedagógicos, alunos e encarregados de educação
 - Amor, supervisão e atenção com os educandos...
 - Dinamizar a participação dos pais na escola – incentivar o voluntariado parental e a formação específica dos dirigentes associativos
 - Capacitação parental → Trabalho de parceria
- Ideias partilhadas - Curriculo
 - Formação global do indivíduo
 - Existência fundamental de um tronco base de formação comum
 - Aprendizagens essenciais
 - Várias dimensões do desenvolvimento curricular
 - Currículo deixa legado para novas gerações
 - Respostas educativas contextualizadas
- Ideias partilhadas – Práticas/Metodologias
 - Justa e efetiva igualdade de oportunidades
 - Caminho/descoberta (mudança) → processo de “desarrumação” de espaços, práticas e mentalidades.

- Aprendizagens relevantes, significativas com sentido para os alunos
 - Trabalho de projeto → metodologias ativas
 - Trabalho colaborativo → na planificação, coadjuvação, supervisão pedagógica
 - Processo de aprendizagem ao longo da vida
 - Prática Intergeracional com a comunidade educativa
 - Avaliação centrada no processo
- Ideias partilhadas – Aluno
 - Competências de pesquisa, avaliação, reflexão, mobilização crítica, autonomia de informação → Resolução de problemas.
 - A importância das *soft skills*
 - Jovens digitais em salas de aulas tradicionais
 - Perfil do Aluno
 - A educação e o ensino deve ser participado ativo e vivo
 - Sucesso escolar

- Desafios / Oportunidades

É importante salientar que se percebe que no decorrer da leitura as ameaças oscilam para desafios / oportunidades e comprehende-se a diferenciação de ritmos e estádios de aplicação da autonomia e flexibilidade curriculares. Daí a importância da partilha entre escolas e comunidades educativas.

Desafios/Incertezas/Ameaças	Oportunidades
<ul style="list-style-type: none"> • Organização dos Horários • Corpo docente • Insucesso escolar • Fragmentação curricular • Critérios dos Exames Nacionais • Formação de professores • Instabilidade das orientações centrais • Como articular metas, programas, aprendizagens essenciais, avaliação externa, percursos formativos próprios • Resistência generalizada à mudança • Fazer diferente 	<ul style="list-style-type: none"> • Horários do primeiro ciclo • Novas disciplinas • Articulação curricular horizontal e vertical • Autonomia e integração curricular • Racionalização de programas, visão mais globalizante, integrada e articulada do currículo • Conteúdos de contexto local • Diversidade de metodologias • Processo de avaliação • Maior diversificação dos instrumentos de avaliação

Para terminar, ainda algumas ideias com o espírito de inclusão que ligam com o Encontro de hoje.

- Ideias partilhadas - **Inclusão**

A pertinência da continuidade do Encontro - Do Desafio da Autonomia e Flexibilidade Curricular à Educação Inclusiva, também é demonstrada por algumas das ideias transmitidas em relação à Inclusão.

- Escola inclusiva → Sucesso escolar
- Garantir a qualidade de educação para todos e a igualdade de oportunidades num sistema de ensino democrático
- Diferenciação pedagógica
- Natureza inclusiva e multifacetada da escola
- Cidadania

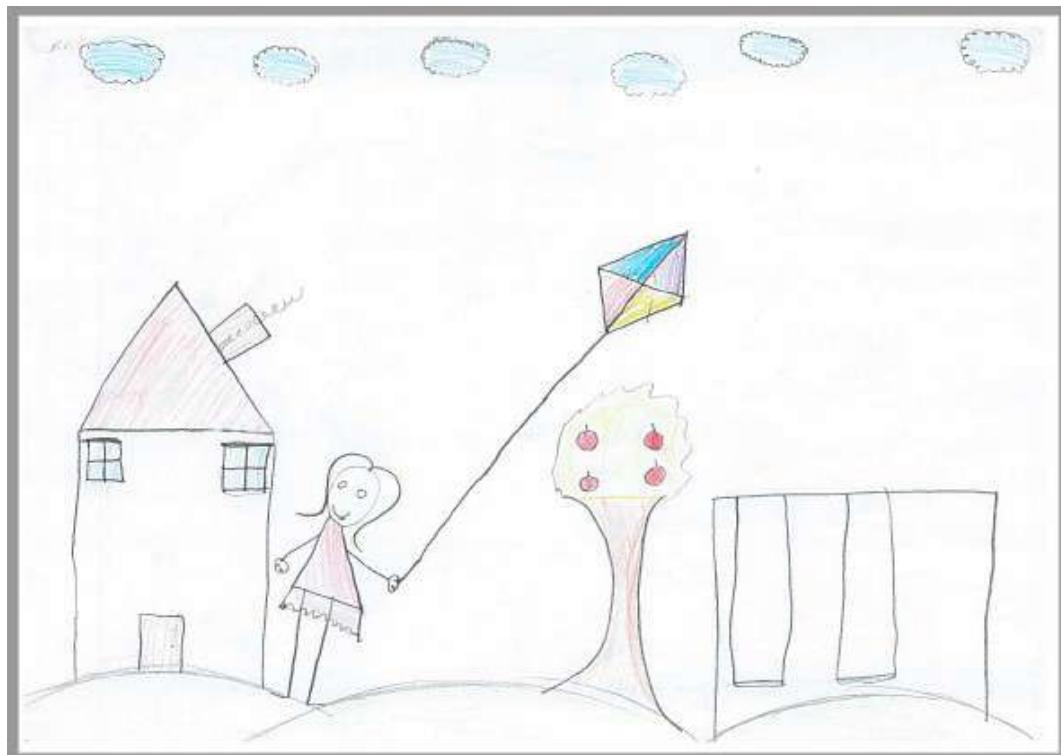
Para concluir, dizer ainda que temos aqui o resultado da *Autonomia* e *Flexibilidade Curricular*: *Flexibilidade Curricular* porque foge um pouco às normas das Atas; *Autonomia*, porque foi assim que foi realizado, com o apoio de uma grande equipa, destaco e agradeço a: Valentino, Gina Lemos, Lígia Santos, Ana Rita Andrade e Orlando Serrano.



4. Da educação especial à educação inclusiva



Mesa redonda





Mariam APPALAM - CSE



4.1. Moderador: António Canhão, Diretor do Centro de Formação de Professores Ordem de Sant'Iago

Na data de 6 de janeiro deste ano decorreu uma excelente iniciativa intitulada “O desafio da Autonomia e Flexibilidade Curricular nas Escolas do Concelho de Setúbal”, igualmente promovida pela COSAP, em que a temática da inclusão foi valor e assunto central nas diversas intervenções. Poder-se-á dizer que esse mote terá inspirado e motivado este novo Encontro que agora apresentamos através desta primeira mesa redonda, subordinada ao tema “Da educação Especial à Educação Inclusiva”.

No papel de moderador não me compete exercer posição a esta aparente oposição entre educação especial e educação inclusiva. Numa breve apresentação da temática, vou-me socorrer de alguns dados recolhidos do sítio oficial da Direção-Geral da Educação, sobre a evolução das necessidades especiais de educação, na comparação entre 2016/17 e 2017/18.

Desta consulta regista-se um aumento de 7% do número de crianças e alunos com necessidades especiais de educação com Programa Educativo Individual. Neste aumento geral verifica-se um aumento significativo nos escalões etários mais elevados com 15% no ensino secundário e de 8% no ensino básico, contra valores bem inferiores na educação pré-escolar (3%) e no primeiro ciclo (1%). Estes dados não deixam de levantar algumas possíveis questões relativas ao despiste atempado e oportuno das necessidades especiais de educação. No mesmo documento também se indica que os alunos matriculados nos ensinos básico e secundário apresentam muita dificuldade nas áreas “Aprendizagem Escolar” (52%), “Aprendizagem Geral” (47%) e “Linguagem” (31%).

No debate que se tem realizado, valorizando-se a necessidade de alterar a atual legislação para uma perspetiva mais inclusiva e integradora dos alunos e suas aprendizagens, estarão incluídas as necessárias medidas e soluções para a ultrapassagem destas dificuldades?

Nos tempos recentes temos denotado a ênfase em todo um conjunto de conceitos que parecem reforçar a coerência para esse tipo de intervenção mais inclusiva, através da necessidade de mudanças organizacionais nas escolas, reforçando a sua autonomia de gestão curricular, aumentar o trabalho colaborativo entre os professores/educadores, praticar a diferenciação pedagógica, reforçar de forma permanente os programas de capacitação dos profissionais de educação, entre outras reivindicações.

Assim se espera, para que os conceitos e propostas apresentadas possam na prática ser o verdadeiro suporte de respostas, visando a diversidade das necessidades e potencialidades de todos e de cada um dos alunos, para o alcance do seu máximo desenvolvimento pessoal e profissional.

Da matriz central deste mosaico, ressalta a temática central deste Encontro, “Educação Inclusiva nas Nossas Escolas”, iniciando-se com a sua primeira mesa redonda sob o título, “ Da Educação Especial à Educação Inclusiva”, assunto que será tratado por três especiais convidados que passo a apresentar: O Sr. Secretário de Estado da Educação, Dr. João Costa, o Prof. David Rodrigues - Presidente da Pró-inclusão/Associação de Docentes de Educação Especial e a Drª Helena Fonseca – Membro da Estrutura de Missão do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar, na Direção-Geral da Educação.

4.2. Helena Fonseca, Estrutura de Missão do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar

A Escola é o reflexo de uma sociedade, cada vez mais diversa, do ponto de vista social, económico, cultural, cognitivo e socio emocional. Neste cenário, pautado pela diversidade, a Escola terá de fazer o seu caminho para uma Educação mais inclusiva, promotora de práticas de equidade e democracia adotando, para todo e cada aluno, um perfil holístico e humanista, pautado pela verdadeira inclusão.

Uma educação e uma formação inclusivas e de qualidade, a todos os níveis, são essenciais para garantir a mobilidade social e a inclusão e proporcionar aos cidadãos os conhecimentos e as competências para singrar no mercado de trabalho, bem como promover o espírito crítico e uma compreensão aprofundada dos nossos valores comuns.

(Comissão Europeia, 2018, p.2)

A proposta de um novo diploma para a Educação Inclusiva assenta em princípios-chave dos quais se destacam, entre outros, a Educabilidade Universal, a Equidade e Inclusão, a Diversidade e Personalização, a Flexibilidade e o Envolvimento parental (conforme o artigo 3º da proposta de alteração do Decreto-lei nº 3/2008 de 7 de janeiro). Estes princípios induzem a articulação da Educação Inclusiva não só com o Perfil do Aluno, mas também, com as medidas estratégicas de promoção do sucesso escolar, a autonomia e flexibilidade curricular entre outras orientações e diplomas educativos que norteiam o sistema educativo português.

A nova proposta para a Educação Inclusiva assenta num sistema não categorial, centrado no processo de intervenção focado nas aprendizagens, estabelecendo um *continuum* de respostas educativas para todos os alunos. Estas medidas educativas integram um modelo multinível que abraça a complexidade, diversidade e interação entre as dimensões da

aprendizagem e do comportamento, organizando as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, atribuindo-lhe relevância e atualidade no sistema educativo.

Para um apoio integrado à operacionalização da Educação Inclusiva, entre os recursos organizacionais específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão, destaca-se a criação de uma equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva com composição diversificada, na qual os elementos permanentes incluem profissionais pertencentes ao contexto escolar conheedores da realidade de cada escola. Pretende-se que esta equipa tenha um olhar e uma ação interdisciplinar na avaliação das necessidades educativas dos alunos, na identificação das medidas de suporte à aprendizagem mais adequadas, na sua implementação, acompanhamento e monitorização. Uma das competências desta equipa e também dos docentes de Educação Especial é o aconselhamento dos professores na implementação de práticas pedagógicas inclusivas, tanto em sala de aula, como na comunidade educativa (conforme os artigos 11º e 12º da proposta de alteração do Decreto-lei nº 3/2008 de 7 de janeiro), importante para a adequação e sustentabilidade das práticas no seio da comunidade educativa.

No que se refere aos pais e encarregados de educação, esta nova proposta de Educação Inclusiva reforça o seu direito e dever de envolvimento e participação ativa no processo de avaliação - implementação - acompanhamento das medidas educativas, propostas em estreita colaboração escola-família. Os pais e encarregados de educação podem e devem participar na elaboração e na avaliação do programa educativo individual, solicitar a sua revisão, consultar o processo individual do seu educando e ter acesso a informação adequada e clara (conforme o artigo 4º da proposta de alteração do Decreto-lei nº 3/2008 de 7 de janeiro).

Um dos pontos fortes nesta nova proposta é a certificação da escolaridade obrigatória para todos os alunos no final do seu percurso escolar, segundo o artigo 29º, que no caso de alunos com adaptações curriculares significativas o certificado deve referir o ciclo de ensino concluído, o currículo constante do programa educativo individual e as áreas e as experiências desenvolvidas segundo o plano individual de transição.

O compromisso com a inclusão é de todos e de cada um, da escola e da comunidade, com o objetivo de responder à diversidade de necessidades e potencialidades de todos os alunos. O currículo e as aprendizagens dos alunos encontram-se no centro da ação educativa, para a qual é necessária a colaboração e corresponsabilização das lideranças de topo e intermédias da escola, dos docentes e técnicos especializados, dos pais e encarregados de educação, dos alunos, entre outros atores imprescindíveis para tornar a Escola mais inclusiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Comissão Europeia. (2018). *Proposta de Recomendação do Conselho relativa à promoção de valores comuns, da educação inclusiva e da dimensão europeia do ensino* {SWD(2018) 13 final}. Recuperado de <http://data.consilium.europa.eu/doc/document/ST-5462-2018-INIT/PT/pdf>

Grupo de Trabalho Interministerial. (2017). *Alteração ao Decreto-lei n.º 3/2008, de 7 de janeiro – Versão para consulta pública*. Recuperado de <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=ba529fdb-082f-4279-bfdb-00df9aa0a0a8>



Maria - AITAC-01 - CSE



4.3. João Costa, Secretário de Estado da Educação

Não há escola democrática se não houver escola inclusiva

Foi publicado recentemente o novo regime legal para a inclusão em sistema educativo, o Decreto-Lei 54/2018. Não estamos apenas perante um “substituto do 3/2008”, como às vezes se lhe refere, mas perante um compromisso legislativo com a consolidação de uma escola que potencia mais inclusão e por isso mais passos no sentido da democratização da escola.

Portugal tem um caminho notável na garantia de que todos têm acesso à escola. Os instrumentos legislativos ao nosso dispor, de que é exemplo o Decreto-Lei 3/2008, foram peças essenciais para garantir que todas as crianças e jovens estão integrados no sistema educativo. Contudo, integração difere de inclusão. A inclusão significa a criação de uma cultura de escola em que todos têm direito a aprender, em que se parte do princípio que todos nós temos potencial de aprendizagem, em que não se constrói uma escola assente num vago princípio de homogeneidade que torna invisível a riqueza da diferença.

A nova legislação assenta num conjunto de princípios de que destaco os seguintes:

1. Todos os alunos têm capacidade de aprender e por isso todos os alunos têm o direito de ser avaliados. Nem todos fazem o mesmo percurso, nem todos aprendem da mesma forma, mas nenhum aluno deve chegar ao final do seu percurso sem ver as suas aprendizagens certificadas – daqui decorre a eliminação da medida CEI.
2. As necessidades educativas específicas não são apenas de foro clínico. A maior parte dos alunos excluídos não têm qualquer

patologia, mas provém de contextos socioeconomicamente desfavorecidos. Neste sentido, pensar em dificuldades de aprendizagem não exige um diagnóstico clínico, mas em primeira instância uma identificação das barreiras à aprendizagem – estas podem ser cognitivas, sociais, emocionais, relacionais. Daqui decorre que não se ignorem informações clínicas, mas que estas não sejam uma condição a priori para o apoio aos alunos.

3. Os alunos com necessidades educativas especiais são alunos de toda a escola e colegas de todos os alunos. Não são a responsabilidade específica de apenas alguns. Uma escola inclusiva é aquela em que o professor destes alunos é o professor de todos os alunos. Por este motivo, cria-se uma equipa multidisciplinar em cada escola para apoio à inclusão, convidando-se cada escola a desenvolver uma cultura de inclusão que valorize a diversidade.
4. A inclusão é uma questão curricular. Não vale a pena pensar numa escola inclusiva se o currículo não for inclusivo e se a sala de aula não for um espaço de aprendizagem para todos. Assim, a legislação sobre inclusão ganha conteúdo articulado com os instrumentos de autonomia e flexibilidade na gestão do currículo, que permitem inovar pedagogicamente, trabalhar as aprendizagens de forma articulada, gerir tempos e espaços para que aqueles que não aprendem com os métodos ditos tradicionais possam encontrar motivação e contexto para aprender com novas abordagens. O Decreto-Lei 55/2018, que estabelece o currículo do ensino básico e secundário, é portanto um diploma-irmão do regime legal para a inclusão.

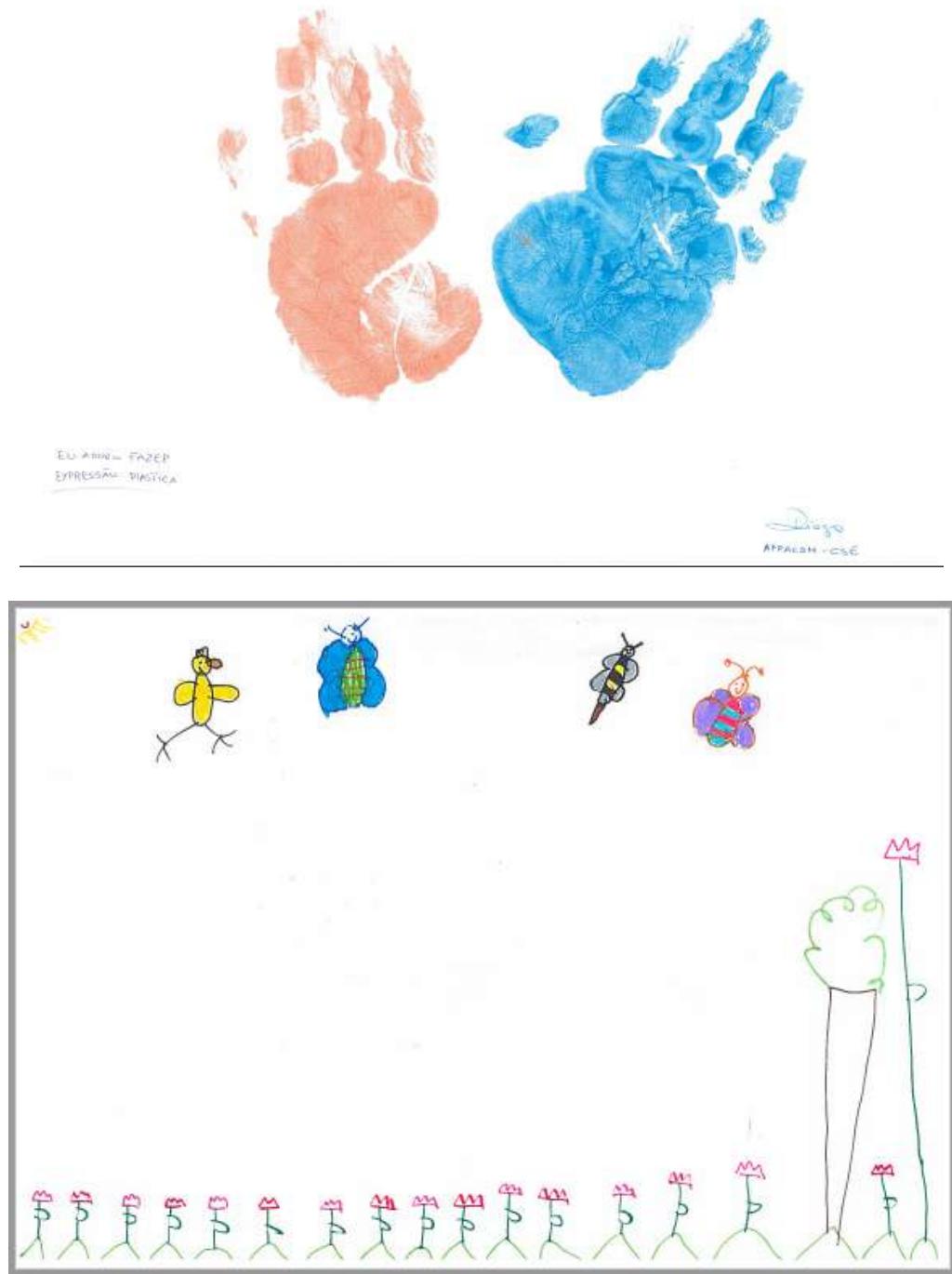
5. A legislação assenta, como é claro pelo que foi dito até agora, num desenho universal para a aprendizagem, que parte do princípio que todos aprendem. Para este fim, aplica-se uma abordagem multinível, não categorial, com medidas universais, seletivas e adicionais, num olhar centrado na adequação de medidas a cada aluno, numa perspetiva de individualização e não na aplicação de medidas a tipos de patologias ou a tipos de alunos.
6. A transição para a vida ativa é uma das preocupações desta legislação. Assim, todos os alunos com planos educativos individuais e com alguns tipos de medidas começam a preparar a sua transição para a vida ativa durante os três últimos anos de escolaridade.

Estes são apenas alguns dos princípios que definem a legislação agora em vigor. Este é um compromisso social com uma escola que é para todos, onde todos têm direito a estar.

Há matérias sobre as quais não se legisla, porque dizem respeito a mentalidades e atitudes, mas sobre as quais é importante falar-se.

Sendo este texto escrito no âmbito de uma iniciativa de Associações de Pais e Encarregados de Educação, nunca é excessivo apelar às famílias para que não sejam os primeiros agentes de exclusão, quando colocam pressão para não ter o seu filho na turma X porque tem lá um aluno cigano ou com deficiência ou com qualquer outra dificuldade. Sabemos que quanto mais heterogéneas forem as turmas mais os alunos mais fracos progridem. Toda a evidência aponta nesse sentido. É fundamental que criemos um consenso em torno da ideia de que a inclusão não é um problema dos excluídos, é um problema de todos nós, porque todos nós vivemos melhor numa democracia robusta e sólida. Como diz Gert Biesta: “a história da democracia pode ser escrita como uma contínua luta pela inclusão”. Adiar

a inclusão porque não estamos preparados é adiar o próprio processo democrático e prolongar assimetrias que a escola deveria ser a primeira a atenuar.



4.4. David Rodrigues, Presidente da Pró-Inclusão – Associação Nacional de Docentes de Educação Especial

Inclusão: o elogio de uma certa imperfeição

Muitas vezes usamos como metáfora para a nossa vida a ideia de uma viagem. Esta viagem não tem um destino certo e pré-determinado, mas é feita da procura, da escolha de possibilidades que nos podem fazer chegar mais perto daquilo que pensamos importante e que é tão valioso que “vale as penas” do caminho e compensa a determinação em nos aproximarmos do objetivo que está na nossa chegada. A vida é assim uma procura incessante (e forçosamente inacabada) de felicidade (e das múltiplas formas de que ela se pode revestir em cada pessoa). Esta postura é bem diferente da consideração de uma vida de conformação, de cumprir passivamente um destino que não pode ser mudado por qualquer ação própria.

O facto de a vida ser uma procura e ser forçosamente algo de inacabado suscita frequentemente reações inconformadas das pessoas que concebem a vida como tendo de ser algo de perfeito, planeado e previsível. Ouvimos frequentemente queixas de pessoas que gostariam que a vida fosse mais perfeita, menos imprevisível. São pessoas que manifestam que não querem entrar em processos que não conheçam bem como se vão desenrolar e que resultados vão ter: “Só participo em processos com um planeamento rigoroso e com resultados visíveis e esperados” ou “Não contem comigo para construir a casa enquanto se mora nela”.

Estas posições têm um impacto direto na forma como se concebe a Educação. Na verdade se entendermos a Educação como um processo de inovação (e não simplesmente de repetição), como um processo de educar

todos os alunos (em lugar de educar somente alguns) ou como um processo com relevância na vida dos estudantes (e não só “cumprir calendário”), esta Educação terá que se desenvolver numa **lógica da possibilidade** e não numa lógica da certeza. Entendemos que a lógica da possibilidade implica entender que os processos se desenvolvem em tempos diferentes, isto é, surgem e amadurecem em tempo distintos e nem sempre coordenados. Chamaríamos “heterocronia” a esta primeira característica da lógica da possibilidade. Uma segunda característica seria a incerteza temporal e de resultados. Na verdade, comprometemo-nos em processos em que temos dúvidas sobre quais os resultados e se conseguirão precisamente atingir um quadro preexistente de objetivos. Uma terceira característica da «possibilidade» é que se desenvolve numa lógica existencial (partindo do que se tem) e não numa lógica essencial (enumerando o que se considera indispensável).

E vista deste prisma, a Educação apresenta-se como um processo muito imperfeito. E podemos dar múltiplos exemplos. Temos a certeza que a avaliação dos alunos é correta e justa? Temos a certeza que tudo é feito - e no tempo certo - para promover a melhor Educação e aprendizagem para todos os alunos?

A Inclusão, como um processo educativo, partilha desta lógica de incerteza e de imperfeição. A Inclusão consiste na apropriação de instrumentos que permitam à pessoa pertencer a uma determinada comunidade e, mais do que isso, sentir que efetivamente pertence. Assim quando falamos de Inclusão falamos não só de um processo (deste processo de apropriação) mas também de uma finalidade que é a de efetivamente fazer parte de pleno direito de uma dada comunidade (uma turma, um clube, uma escola,...). Para desenvolver este caminho e esta finalidade inclusiva, deparamo-nos com caminhos muito difíceis e complexos. Na verdade,

nem sempre sabemos o que fazer, nem sempre há meios para fazer o que queremos fazer, nem sempre temos sintonia e acordo para o fazer, nem sempre vamos ter tempo para o fazer.

Para conseguir responder o melhor possível num quadro de tão grande incerteza, os sistemas educativos que se reclamam de valores inclusivos têm que maximizar as suas respostas através de tipos de organização e funcionamento da Educação que permitam fortalecer e qualificar as respostas que são dadas. Citaríamos três destas respostas.

A primeira é a **colegialidade**. É sobejamente conhecido o modelo de funcionamento “individual” do professor. E não é acaso: quando se revê alguma investigação sobre este assunto comprehende-se melhor porque é que a colegialidade é mais rara do que o trabalho individual. A investigação mostra (cf. Sheppard, 1993) que quando se trabalha em grupo os participantes a) têm a percepção que o grupo não acrescenta valor ao trabalho que poderia ser desenvolvido por uma só pessoa, b) que não existe uma relação entre o desempenho e os resultados alcançados e que c) a recompensa obtida por trabalhar em grupo é menor do que a que se obtém pelo trabalho individual. Temos de ter estes aspectos bem presentes quando queremos promover e organizar o trabalho em grupo e a perspetiva colegial de trabalho e decisão entre os professores.

A segunda é a **rentabilização** do que se tem. Muitas vezes a ânsia de enumerar o que falta oblitera a lucidez para recrutar o que se tem. Aproveitar e rentabilizar os recursos disponíveis é certamente o ponto de partida para iniciar uma intervenção e, a partir daí, conhecer melhor o que falta e como se deveriam usar os recursos que são necessários.

E finalmente o **conhecimento** que advém da reflexão sobre a experiência. A reflexão sobre a experiência amplia imensamente o conhecimento que é

útil e necessário para se poder colmatar as carências inerentes a atuar em ambientes com grande componente de imprevisibilidade.

Outros fatores, são, sem dúvida necessários para obviar a uma atuação em contextos educacionais tão imprevisíveis: trata-se de um “trabalho em progresso” em que todas as contribuições são bem-vindas e úteis.

Como em todas as empresas humanas a perfeição é algo a perseguir, é uma meta que guia a nossa ação e os nossos valores, mas procurar esta perfeição no quotidiano pode acarretar grandes contratemplos para o desenvolvimento de uma educação de qualidade para todos. Vejamos: procurar iniciar ou aderir a mudanças na escola só se estiverem reunidas todas as condições para uma mudança “correta” pode levar a que nunca se inicie este processo. Seria como, usando uma metáfora religiosa, não sair de casa para não pecar... É até interessante analisar as características tão “defensivas” implícitas nesta aparente ânsia de perfeição. Encontram-se argumentos para não participar em processos de inovação ou mudança da escola porque “só entram se houver condições” ou “não entro em processos de faz-de-conta”. Se não estiverem reunidas estas condições, há pessoas que nem entram e nem estão dispostas a militar para que estas condições melhorem e se tornem favoráveis. E aqui se recolhem múltiplos argumentos “Que posso fazer se o Governo não quer?”, “Que posso fazer se os pais não apoiam?”, “Que posso fazer se os colegas não se implicam?”, “Que posso fazer se os alunos não aderem?”, etc.

Gostaríamos de elogiar a coragem de agir em ambientes que estão longe de ser “perfeitos” ou “corretos”. Uma coragem que é olhar as incorreções como sendo pontos de partida, aspectos a melhorar certamente insuficientes, inacabados, imperfeitos, mas... reais. Em Educação sempre estaremos em trânsito para (esperemos...) uma situação melhor. Em

trânsito e não na chegada. Assumir que nem sempre todos estão connosco, que nem sempre o que fazemos tem de ter um respaldo “científico” inegável e indiscutível, assumir que o que fazemos é muitas vezes não um fruto do que existe, mas uma semente do que vai ser. Esta é a perfeição de trabalhar em processos humanos, por definição imperfeitos e em fase de construção e “trabalhos a decorrer”. Trabalhar em Educação e em Inclusão é assumir a lógica da possibilidade e não a lógica da certeza. É pensar quais as possibilidades que o trabalho colaborativo, a voz dos alunos, a inovação de estratégias, as novas abordagens de gestão do currículo, uma diferente organização da escola, uma relação diferente da escola com a família e a comunidade, enfim... quais as possibilidades que podem abrir portas a tantas e tantas mudanças “possíveis”. Mesmo arrostando com processos desfasados, mesmo arrostando com a incerteza dos resultados, mesmo partindo do (pouco) que se tem. Este caminho não é para trilhar sozinho. Mas quem estará ao nosso lado nesta incerteza, nesta imperfeição? Estarão, certamente, todos os que queiram, todos os que conseguirmos cativar para aproveitar o que temos e para levantar a voz a reivindicar o que nos é essencial para caminharmos para uma imperfeição melhor. É o caminho para esta “imperfeição melhor” que quero elogiar.

Como escreveu Thomas Jefferson «**Todo o ser humano deve ser olhado por aquilo que é capaz porque nenhum de nós é perfeito. E se só amássemos quem fosse perfeito, o mundo seria um deserto para o nosso amor.**»



5. Atividades paralelas

5.1. Animação APPACDM - Tuna



O nome da Tuna (“Tuna Unida Não Aceita Comemorações Sem Euforia”).

Este projeto tem como finalidade dar a conhecer este grupo à comunidade, valorizando a importância e a dedicação que estes jovens dão a todos os projetos que integram, demonstrando ainda que nem sempre as dificuldades são impedimento para a realização dos sonhos.

O grupo de alunos que fazem parte do Projeto Tuna apresenta características muito diversas, as quais são determinadas, essencialmente, pela combinação e gravidade das limitações que apresentam, pela idade em que surgem e pelas experiências vivenciadas.

Independentemente das capacidades de cada aluno, os desafios que estes enfrentam são inúmeros. Os maiores desafios deste grupo colocam-se ao nível da musicalidade e da movimentação autónoma.

Os adultos que integram o Projeto Tuna interagem com os alunos e esforçam-se por tentar organizar o ambiente de uma forma que seja facilmente compreensível e ajudá-los a envolverem-se em interacções que lhes possibilitem desenvolver todo o seu potencial.



5.2. Exposição / desenhos

Interpretação dos alunos em acompanhamento pelos Técnicos do Centro de Recursos para a Inclusão da APPACDM de Setúbal e Centro Sócio-Educativo

No âmbito da realização do Encontro “Educação Inclusiva nas Nossas Escolas”, os alunos abrangidos pelo Decreto-lei 3/2008 e em acompanhamento Terapêutico pelos Técnicos do CRI, após breve enquadramento por parte dos Técnicos, representaram de forma genuína uma escola que recebe todos os meninos.

Foram selecionados alguns alunos para a elaboração dos desenhos, tendo em conta o seu perfil de funcionalidade, para que os mesmos pudessem constituir as capas das pastas de documentação do Encontro, distribuídas a todos os participantes.

Cada desenho é único e especial, pois cada aluno representou o conceito de escola, de diferença e de partilha tal como o percepciona todos os dias.

A COSAP partilha com todos os participantes estes trabalhos, como exemplo de uma boa prática, passível de ser replicada em diferentes ciclos e disciplinas, como estratégia de incentivo e/ou reforço de aprendizagens e de integração plena na comunidade educativa.

Os autores dos desenhos são alunos do 1º ao 9º ano com necessidades educativas especiais ao abrigo do decreto-lei 3/2008 integrados nos vários Agrupamentos Parceiros do Concelho de Palmela e Setúbal, bem como alunos do Centro-Socioeducativo da APPACDM de Setúbal.

A COSAP integra assim neste documento de Atas, de uma forma aleatória alguns dos vários desenhos partilhados no Encontro.



5.3. Natália Silva, Animadora socioeducativa



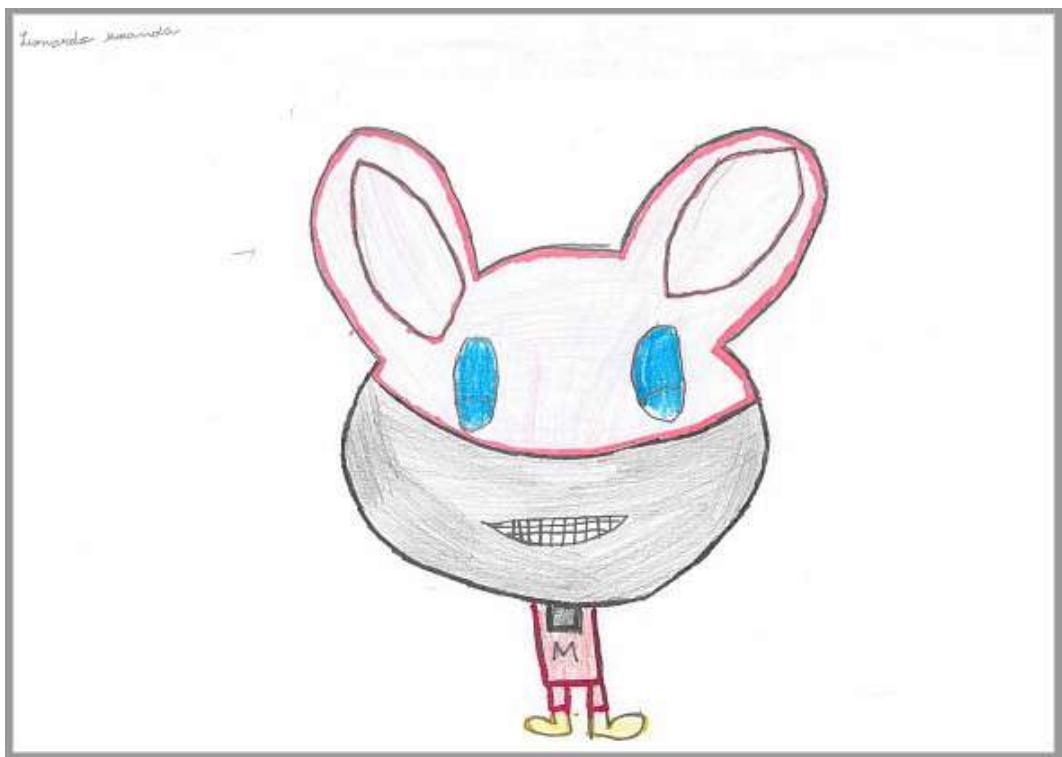
Contributo da Animação Sociocultural no Encontro "Educação Inclusiva nas Nossas Escolas", promovido pela COSAP - Federação Concelhia de Setúbal das Associações de Pais.

As atividades lúdicas decorreram neste contexto numa dinâmica prévia e cuidadosamente pensada e organizada pela Animadora Sociocultural Natália Silva, que pretendeu criar uma oferta de qualidade, promotora de segurança, bem-estar e divertimento a todas as crianças e jovens presentes.

Objetivo Geral: Assegurar o acompanhamento das crianças durante o período do Encontro.

Objetivos Específicos: Dar resposta às necessidades das famílias e das crianças;

Promover situações de lazer e de convívio entre crianças de diferentes grupos.



6. Do discurso da escola inclusiva às boas práticas



6.1. Moderação: Emília Baliza, Professora do Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama

O convite para a moderação da mesa sobre Inclusão e Boas Práticas, levou-me a recordar / evocar as quatro décadas de serviço docente e a evolução dos paradigmas.

As comunicações desta mesa centram-se em torno da Escola e das Práticas, apresentando pilares importantes, no momento atual, do melhor que se faz. Outro pilar importante a não esquecer são os Centros de Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação para a Educação Especial CRTIC, no nosso caso CRTIC Setúbal.

Convido-os a ler ou re/ler algumas obras que são marcantes dos diferentes momentos das práticas: a segregação, a integração e a Inclusão.

As práticas evoluíram, desde a segregação, e para rever esta fase

Sugiro que releiam o “Quinto filho” de Doris Lessing, “Um Antropólogo em Marte” de Oliver Sacks, e por fim em termos de Inclusão revisitemos os trabalhos do Professor Mel Ainscow e toda a literatura publicada pela Unesco.

O Prof. Mel Ainscow dizia-me que necessitamos de evidências. O que hoje vamos assistir são evidências do que fazemos, com o que temos. Temos que fazer o melhor que podemos com o que temos, e aprender com o erro.

A este propósito recordo a “Parábola dos Talentos” onde a perseverança e o trabalho dão resultados, afinal de que servem os talentos/oportunidades ou aptidões se os não usarmos?

Mia Pringle nos seus estudos sobre as Necessidades das crianças concluiu que as crianças que viram as suas necessidades satisfeitas (amor, segurança, novas experiências, elogios, reconhecimento e responsabilidade), apesar de terem uma condição de partida menos vantajosa tiveram evolução positiva quando as suas necessidades foram satisfeitas.

A Escola Inclusiva somos todos nós, aquilo que fazemos com o que temos, vai determinar o resultado.



6.2. Ana Paula Guerreiro, Professora do Agrupamento de Escolas Luísa Todi

Unidade de Ensino Estruturado: Um Apoio à Inclusão

Os alunos com Perturbações do Espetro do Autismo apresentam como características: Défices persistentes na comunicação, na interação social e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Nestes critérios estão incluídas as rotinas obsessivas, a hiper ou hipossensibilidade sensorial, entre outros comportamentos.

Noventa por cento dos autistas sofrem de alterações sensório-percetuais. A sua inclusão na escola torna-se particularmente difícil, já que apresentam défices profundamente marcantes, não só nas competências sociais e de comunicação, mas também uma hipersensibilidade aos estímulos sensoriais. Estas características, que apesar de apresentarem diferentes graus de severidade, são comuns a todos os que sofrem desta perturbação, pelo que é necessário adotar recursos e estratégias que facilitem a sua inclusão e autonomia na escola.

As Unidades de Ensino Estruturado para o Apoio à Inclusão de Alunos com Perturbações do Espetro do Autismo surgem em 2008, com vista a concentrar meios humanos e materiais que possam oferecer uma resposta educativa de qualidade a estes alunos.

O ensino estruturado permite: Fornecer uma informação clara e objetiva das rotinas; manter um ambiente calmo e previsível; atender à sensibilidade do aluno aos estímulos sensoriais; propor tarefas diárias que o aluno é capaz de realizar; facilitar a sua inclusão diária na sala de aula e nos diferentes ambientes da escola (refeitório, recreio, atividades desportivas...).

Ana Paula Guerreiro (AELT)

Carla Simões (AELT)



6.3. Lurdes Ferreira, Professora da Escola Básica e Secundária Ordem de Sant'Iago

Na sociedade atual muito se tem discutido a Inclusão e a Equidade, conceitos considerados imprescindíveis para o desenvolvimento da sociedade, da educação, da escola, em constante reconstrução. Este trabalho pretende transmitir uma ideia generalizada sobre aquilo em que tem consistido o trabalho desenvolvido nas Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita do Agrupamento de Escolas Ordem de Sant'Iago, em Setúbal, tendo como suporte, em anexo, a apresentação de imagens e o esclarecimento de alguns conceitos, fundamentado em considerações pertinentes que alguns autores teceram acerca da intervenção educativa, particularmente da intervenção em contexto de Unidades de Apoio Especializado.

O Decreto-Lei 3/2008 refere que as crianças e jovens apresentam necessidades educativas especiais decorrentes de alterações funcionais e estruturais de caráter permanente que se traduzem em dificuldades continuadas em diferentes domínios necessitando, por isso, da mobilização de serviços especializados para a promoção do seu potencial de funcionamento biopsicossocial.

No entanto, independentemente do nome atribuído às necessidades do aluno ou às barreiras que impedem a sua participação e aprendizagem, não podemos deixar que o rótulo lexical enfraqueça os esforços realizados pelas escolas no sentido de responder à diversidade dos alunos ou deixar de identificar fatores ligados às relações pessoais, às culturas, às estratégias de ensino e aprendizagem e que podemos modificar.

Responder à diversidade dos alunos inclui também alunos com multideficiência. Mas o que é a multideficiência?

Um ponto em comum na definição deste conceito é o facto de as pessoas com multideficiência manifestarem acentuadas limitações a vários níveis, terem necessidades muito específicas e requerem apoio permanente. Não se trata de um somatório de acentuadas limitações; as limitações sentidas pelas crianças influenciam o seu desenvolvimento, o seu comportamento e funcionamento em diferentes ambientes e a forma como aprendem.

As crianças e jovens com multideficiência apresentam um comprometimento cognitivo, associado a outros défices importantes, como dificuldades na locomoção e outros movimentos, limitações na fala, perdas sensoriais ou problemas de comportamento. Por isso, requerem apoio intenso e continuado. O acompanhamento de que necessitam não se confina à sala de aula. Necessitam de apoio constante de terceiros para poderem participar nas atividades diárias como a deslocação, a alimentação, a higiene, entre outras.

As Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita (UAM) foram criadas como uma resposta à necessidade de incluir na escola regular os alunos com problemáticas muito complexas, como o é a multideficiência.

Com a sua criação, pretendeu-se responder adequadamente à singularidade de cada aluno. As unidades especializadas, enquadradas legalmente pelo Decreto-Lei 3/ 2008, são consideradas como uma das modalidades específicas de educação. As UAM constituem um recurso pedagógico do agrupamento onde estão inseridas e integram docentes com formação especializada. O apetrechamento do espaço com mobiliário e materiais adaptados é garantido pela autarquia no 1º ciclo e os apoios específicos ao nível das terapias, da psicologia e outros, é assegurado por um Centro de Recursos para a Inclusão, através do Plano de Ação do CRI.

Entre os objetivos das unidades lemos palavras como: participação, adequações curriculares, participação dos pais, terapias e transição para a vida pós-escolar. O Decreto-Lei 3/2008 refere apenas mais um objetivo da UAM: “assegurar a criação de ambientes estruturados, securizantes e significativos para os alunos”. (Artigo 26º, nº3, alínea c)).

Em setembro de 2009, foi criada a Unidade de Apoio Especializado na Escola Básica com Jardim de Infância de Setúbal.

Pretendemos que os alunos com multideficiência pudessem realizar aprendizagens significativas, acerca de si próprios e do mundo que os rodeia, participar em atividades desenvolvidas com os seus pares sem necessidades especiais, alargando as relações sociais e as amizades, e tivessem a possibilidade de ter iniciativas, tomar decisões e fazer escolhas. Sempre com a preocupação de desenvolver a comunicação.

A Unidade inicialmente funcionou com seis alunos, duas assistentes operacionais, duas professoras, que articulavam diariamente com os pais, professores de turma, técnicos do CRI, sempre em colaboração com outras estruturas, como naturalmente a Direção do Agrupamento, o Departamento de Educação Especial, a Associação de Pais, o CRTIC, os clínicos que acompanham os alunos nos Hospitais, a EMAT, a ELI, Cruz Vermelha, Instituições de acolhimento (COI/ Casa da Alegria) a Autarquia...

O aumento da população de alunos com multideficiência levou à criação de mais uma Unidade no Agrupamento, na Escola Básica Um número 5 de Setúbal. Posteriormente, a continuidade do trabalho realizado com estes alunos e as oportunidades importantes que se vislumbravam para os alunos levou-nos a criar também uma Unidade para o 2º e 3º ciclos na EBS Ordem de Sant'Iago.

Acompanhámos alunos com diferentes problemáticas, como paralisia cerebral, spina bífida, atraso global do desenvolvimento sem etiologia

conhecida, atraso psicomotor grave, hidrocefalia, encefalomalacia, síndrome de West, ... No entanto, quando muito, estas apenas nos ajudam a entender que as crianças têm importantes necessidades físicas e psíquicas, mas cada um apresenta características distintas, ainda que com um diagnóstico semelhante.

O nosso primeiro objetivo foi o estabelecimento de uma boa relação com os alunos, para que os alunos possam sentir a confiança de que nos preocupamos sempre com o seu bem-estar e qualidade de vida.

Após a análise dos processos dos alunos e a par de reuniões com os pais e professores das turmas, procedemos à elaboração do desenho curricular dos alunos. Apesar do currículo ser individual, adequado às circunstâncias e ao perfil de funcionalidade de cada aluno, a nossa intervenção incidiu em áreas como a linguagem, a cognição, a motricidade, a estimulação sensorial, a autonomia e a socialização, entre outras.

As competências que desejámos desenvolver têm um caráter funcional, foram desenvolvidas de forma repetida e gradual, encontrando oportunidades para o aluno aplicar a mesma competência noutras contextos. Os currículos dos alunos não são estanques, permitem ajustes que podem ser feitos não só nos momentos definidos para a avaliação, pois a avaliação é feita de forma muito mais frequente, pela observação do desempenho do aluno diariamente. Esta observação é uma ajuda para mantermos alguma flexibilidade e encontrar estratégias inovadoras, criativas, para que as atividades propostas constituam desafios agradáveis para os alunos e resultem em aprendizagens, na capacidade de compreender melhor o mundo que os rodeia.

O Currículo dos alunos inclui também áreas académicas, desenvolvidas maioritariamente em contexto de sala de aula. Sempre apoiámos os

professores a elaborar esta parte do Currículo dos alunos. No início do ano letivo refletíamos em conjunto para definir as competências a alcançar e as estratégias que o nosso conhecimento sobre os alunos já nos permitiam recomendar.

Naturalmente, o relacionamento entre nós, profissionais e a interação entre cada professor e cada aluno, frequentemente observada por nós, contribuiu para uma riqueza de aprendizagem também para nós, docentes de educação especial. No final do ano elaborávamos uma proposta das competências a manter e a desenvolver para o ano seguinte.

Em cada trimestre, era redigido um relatório de avaliação mais detalhado, em conjunto com os intervenientes no processo educativo. Para além dos momentos pré-definidos para a articulação com os professores das turmas ou conselho de turma, estabeleceram-se inúmeros contactos informais, diários ou quase diários, em que aferíamos as reações dos alunos a determinada atividade, discutíamos aspectos que aprendemos a melhorar, situações a evitar, materiais que achávamos por bem construir para facilitar as aprendizagens, discutíamos aspectos legislativos e processuais a respeitar, necessidades sentidas, alterações nos horários ou nas planificações, enfim... Estes momentos informais, criados ao longo do ano, ao longo dos anos, foram determinantes para o bem-estar e sucesso dos alunos, da qualidade da intervenção educativa.

A colaboração entre os professores pode, e na nossa opinião, deve incluir também estes momentos que não são agendados, são espontâneos, surgem da vontade do indivíduo, da sua preocupação com a qualidade de vida do seu aluno e com qualidade do seu ensino, tanto para o aluno com multideficiência, como para os outros alunos, surgem do sentido de compromisso que cada profissional sente para contribuir decisivamente

para o sucesso de todos, todos pertencem à sua turma, também o aluno com multideficiência.

O professor de educação especial deve apoiar e fomentar a inclusão do seu aluno na turma, e o professor da turma deve sentir este apoio.

Então, procurámos criar oportunidades para os alunos vivenciarem experiências reais e significativas em diferentes contextos; para interagirem com pessoas e objetos significativos e terem ao seu lado parceiros que, não só os apoiem nas atividades necessárias, mas que também os levem a participar ativamente.

Os alunos participaram em dias festivos, em eventos relevantes, nas visitas de estudo... No entanto, a sua participação não se resumiu a esses eventos pontuais. O horário dos alunos contemplava a frequência diária da sala de aula e o aluno passava o seu tempo semanal em vários espaços da escola: a sala de aula, a Unidade, o refeitório, o recreio, o ginásio... tempo organizado num horário semanal.

No espaço pedagógico na Unidade, os alunos desenvolviam competências nas áreas já referidas: linguagem, cognição, motricidade, estimulação sensorial, autonomia... tanto através de um trabalho individual, como pela participação em projetos aí desenvolvidos que visavam o fomento de competências funcionais, como o Projeto de Cozinha e o projeto “Oficina Unidoce”.

Além disso, foram desenvolvidos projetos da iniciativa de outras turmas, de cursos profissionais, e foram desenvolvidos Planos Individuais de Transição de alunos em contexto de Unidade.

As rotinas regulares que se estabeleceram proporcionaram segurança às crianças e ajudaram-nas a antecipar os acontecimentos. A previsibilidade da sequência das atividades ajuda a tornar o ambiente educativo

securizante para a criança já que lhe permite ter algum controle sobre o ambiente e estar motivada para participar nas atividades maisativamente.

Introduzimos os símbolos pictográficos para a comunicação e procurámos desenvolver um sistema aumentativo ou alternativo de comunicação. No entanto, os alunos não aderiram à utilização destes símbolos como forma de comunicar, preferindo continuar a usar as formas de comunicação que para si eram eficazes, como o olhar, os movimentos, as expressões faciais, o toque e as vocalizações. Conheceram, no entanto, os símbolos que foram usados como meio para os ajudar a categorizar, discriminar e associar elementos. Para este objetivo contámos com outros recursos, como o software educativo, tal como o “GRID”, as indicações do Centro de Recursos TIC para a Educação Especial e a colaboração da Terapeuta da Fala.

Nós e os técnicos do Centro de Recursos para a Inclusão (APPACDM) com quem trabalhámos também sentimos necessidade de nos articularmos regular e frequentemente, sendo que o trabalho desenvolvido acabou por sofrer influências de parte a parte. Mais uma vez, o que contribuiu para haver uma efetiva colaboração foi a abertura para discutir de forma informal preocupações, encontrar estratégias comuns, combinar a continuidade de determinados exercícios. Isto também porque os alunos de facto beneficiavam das terapias de que necessitavam, como a Fisioterapia, a Terapia Ocupacional, a Terapia da Fala, a Psicomotricidade e a Psicologia. Frequentaram ainda uma sala de estimulação multissensorial, a sala Snoezelen, nas instalações da APPACDM na Quinta da Serralheira. No entanto, a periodicidade semanal destes apoios esteve sempre aquém das reais necessidades terapêuticas dos alunos.

Para todo o trabalho desenvolvido na escola com estes alunos foi imprescindível o apoio e a colaboração das assistentes operacionais, sem

as quais os alunos não teriam a atenção constante de que necessitam, a satisfação das suas necessidades básicas, a receção dos alunos do seu transporte para a escola, nem seria possível o respeito pelo horário dos alunos, o que implica a sua participação individual em atividades nas respetivas turmas, enquanto outros elementos permaneciam no espaço da Unidade.

Outro aspeto fundamental na organização das aprendizagens é o envolvimento das famílias, que permite a realização de aprendizagens significativas em contextos naturais e possibilita o fomento de uma maior autonomia do aluno nas atividades da vida diária advinente da participação nas atividades familiares e comunitárias e também o planeamento para o processo de transição para a vida ativa.

Concretizaram-se vários encaminhamentos para algumas instituições, como a APPACDM e o Rumo ao Sucesso.

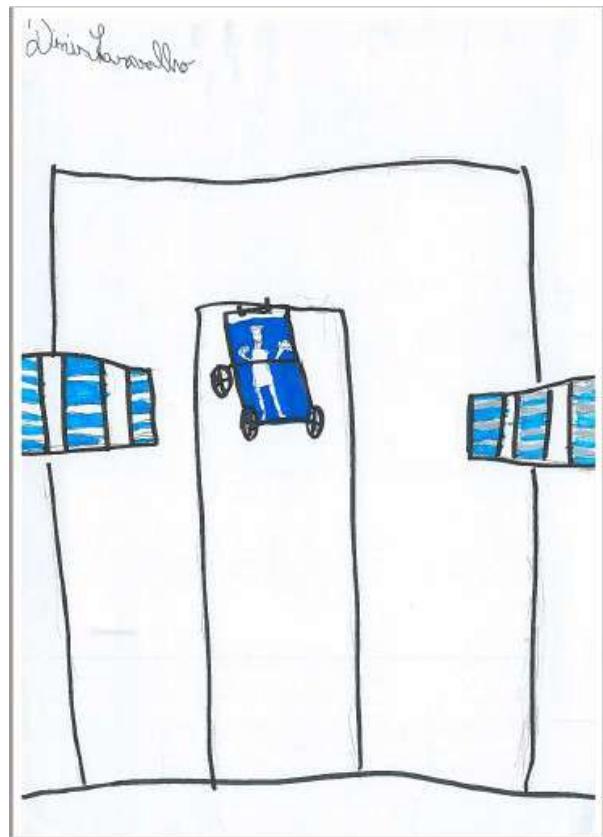
Sempre tivemos a preocupação de passar mais informações, numa perspetiva formativa, para apetrechar a escola com os conhecimentos que influenciassem atitudes futuras na prática pedagógica. Por isso organizámos encontros formais onde fizemos apresentações nas escolas e organizámos 2 Encontros de Educação Especial, intitulados “(Des)Construir a Escola Inclusiva”, que decorreram em 2015 e 2017.

Sentimos alguns constrangimentos, como foram os horários da turma não coincidirem na totalidade com o tempo de permanência dos alunos na escola, entre outros. Foram necessários vários momentos de sensibilização dos conselhos de turma para esta nova realidade que é a avaliação de alunos com multideficiência, em particular no segundo e terceiro ciclos do Ensino Básico.

No entanto, concluímos que existem benefícios que podem superar os constrangimentos: o contacto com os pares ajuda as crianças a projetarem o seu desenvolvimento, favorecendo as condutas de imitação e as aprendizagens. A criação intrínseca de valores como a tolerância, a compreensão, entreajuda e o respeito pela diferença, valores estes, tidos por essenciais para a construção de uma sociedade mais digna, ou seja, mais inclusiva, constitui outro dos grandes benefícios. Além disso, são muitas vezes os alunos com necessidades especiais que funcionam como um «catalisador» para o processo de uma educação inclusiva, constituem para os professores um desafio que os leva a rever as estratégias de ensino que utilizam.

Concluímos que: “A inclusão não é ‘misturar’ alunos, é pelo contrário conhecer cada um deles para que melhor possam partilhar o que são e o que sabem.” (Rodrigues, 2018, par. 3).

O Guide for ensuring inclusion and equity in education, elaborado pela UNESCO em 2017, refere que a tendência é a de valorizar o que se mede, como os resultados e o ranking. No entanto há necessidade de medir o que nós valorizamos, como as atitudes atrás referidas. Por fim, o mesmo documento afirma que a mensagem é simples: cada aluno é importante. O que é difícil é passar do discurso da escola inclusiva às boas práticas.



Referência:

Rodrigues, D. (2018, janeiro 6). *Educação: Um voto para 2018*. Público.

Recuperado de <https://www.publico.pt/>



6.4. João Paulo Amaral, Professor do Agrupamento de Escolas Lima de Freitas

A Nossa Escola Comum

A Nossa Escola Comum é um diálogo intertextual cinematográfico sobre o espaço de vida partilhado por tod@s nós.

É uma reflexão, com base num repositório de imagens e sons, sobre o caminho conjunto que os nossos passos têm seguido ao longo do caminho pela História.

Quem somos nós nesta Escola Comum?

Meros atores? Participantes ativos?

Como é e quem é aquele e aquela que se senta ao nosso lado?

Qual o valor da diferença e a indiferença perante os valores que marcam o nosso caminhar conjunto?

Tantas questões...

Somos tantos e tão frágeis mas, ao mesmo tempo, carregamos em nós o peso dos sonhos projetados no futuro?

Onde nos conduz o nosso tempo passado nesta Nossa Escola Comum?

Como viveremos o dia a dia nesta sala de aula que o futuro anuncia?

Tanto para pensar...

A Inclusão, nas suas formas contextuais diferenciadas que a Nossa Escola Comum encerra, não é apenas um caminho mas é o CAMINHO, o horizonte que se rasga e nos salvaguarda na defesa dos Direitos Humanos tão duramente conquistados e tão dificilmente respeitados.

A Inclusão que nos permite pensar que o mais importante da Vida, aquela Vida vivida nesta Nossa Escola Comum, sendo «...invisível para os olhos...»,

não é a percepção das diferenças que nos separam mas sim o entendimento das necessidades comuns que nos podem juntar.

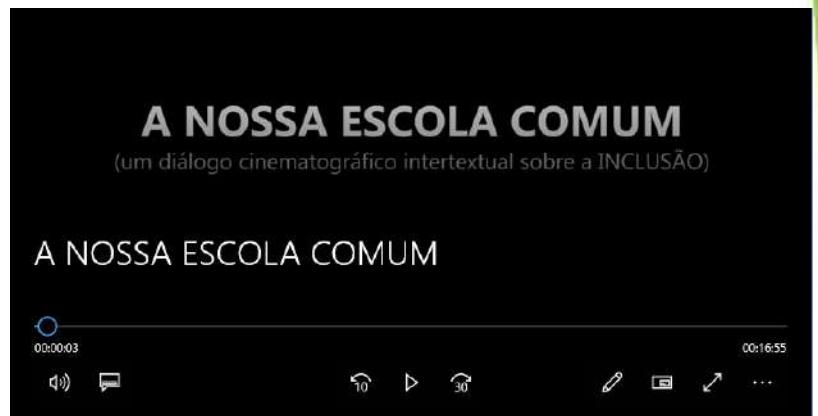
Construir pontes entre os homens, as mulheres e todos os seres vivos que coexistem no espaço e no tempo da Nossa Escola Comum.

A Inclusão sinal de Esperança e rumo a seguir num mundo que arde no desejo de se encontrar.

Tanto para aprender...

Tanto para fazer...

Tanto para caminhar...



6.5. Rita Sousa, coordenadora do Centro de Recursos para a Inclusão da APPACDM

O Centro de Recursos para a Inclusão é uma das respostas sociais da APPACDM de Setúbal que se destina ao acompanhamento de Crianças/jovens entre os 6 e os 18 anos com NEE de caráter permanente, ao abrigo do Decreto-lei 3/2008 de 7 de janeiro.

Trata-se de um serviço que resulta da parceria entre a APPACDM e os Agrupamentos de Escolas (AE) e que é sujeito à candidatura anual através dos Planos de ação mediante financiamento do Ministério da Educação e Ciência.

A equipa é constituída por Técnicos das áreas da Terapia da Fala (TF), Psicologia (PSI), Psicomotricidade (TSEER), Fisioterapia (FISIO) e Terapia Ocupacional (TO).

O principal objetivo do CRI é contribuir para a verdadeira inclusão dos alunos com NEE, tendo ação na sua avaliação, intervenção com vista à aquisição de competências que potenciem as suas capacidades académicas e funcionais, com perspetiva no futuro.

É também objetivo do CRI contribuir como parceiro ativo na implementação do Programa Educativo Individual do aluno, maximizando as suas potencialidades. São desenvolvidas ações de sensibilização para promover e desenvolver momentos de reflexão sobre as necessidades dos alunos com NEE com vista à mudança de paradigmas e atitudes face à deficiência.

Há uma pretensão firme de cada vez mais estreitar relações com as diversas respostas sociais e educativas que promovam a inclusão dos jovens com NEE na comunidade, sustentando a ação da escola no processo de transição para a vida pós-escolar.



7. Dos desafios às oportunidades



No contexto do debate sobre os princípios de uma educação mais inclusiva é determinante olhar para as oportunidades. Os desafios já os conhecemos. A transformação desses mesmos desafios em oportunidades, reside nas escolhas e ação de cada um de nós em contexto familiar, social e claro, nas escolas. A transformação acontece muito além dos decretos-lei e dos regulamentos das escolas.

Daí a importância de ouvir quem está no «chão da escola». A transformação acontece aí. À conversa, neste painel, estiveram como convidados um professor do ensino básico, uma auxiliar de educação, um terapeuta da fala, um pai e encarregado de educação e um trabalhador-estudante.

João Paulo Bico, professor do ensino básico e com vasta experiência no ensino especial, partilhou a sua perspetiva sobre o potencial da utilização das tecnologias em sala de aula como fator de inclusão, promoção de competências e consequentemente sucesso escolar: «Nos últimos anos, a tecnologia mudou radicalmente o mundo. Tudo acontece muito mais depressa. Ainda assim, continua a existir um desfasamento entre a realidade da escola e a tecnologia e, nesse sentido, não se deu uma grande transformação. Quando se fala de tecnologias na escola, não se deve falar apenas para a educação especial. A tecnologia pode ser o elemento diferenciador entre alguém participar e poder participar na sociedade, como vamos ouvir com o testemunho do Samuel Natário, ou ficar excluído.»

Durante o seu trabalho num centro de recursos para a educação especial percebeu a diferença que a tecnologia pode fazer na vida de uma pessoa: «a tecnologia pode ser a diferença entre o estar e o não estar.» Há alunos que em casa têm vários meios para explorar e que são atrativos, os computadores, tablets e telemóveis, mas quando chegam à sala de aula não encontram essa atratividade de meios para a aprendizagem. Sobre a importância da tecnologia para o acesso à aprendizagem numa perspetiva também de inclusão, João Paulo Bico conclui que «É um facto que com toda a tecnologia que temos disponível já poderíamos estar a fazer novas aprendizagens em sala de aula. Ainda assim, a escola é muito mais do que

as aprendizagens. A criação de relações saudáveis são a base para a inclusão.»

Sobre a importância da construção de relações saudáveis, Dina Pereira, assistente operacional do Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama, partilhou a sua perspetiva reforçando a importância do papel da assistente operacional como mediadora de inclusão e na comunicação entre a escola e a família. «Há crianças que o único abraço que recebem é na escola», por isso Dina Pereira considera que o papel da assistente operacional deve ser valorizado. Apesar de nunca lhe ter sido proporcionada formação técnica, mesmo quando trabalhou numa unidade de ensino estruturado, isso nunca foi motivo para baixar os braços: «Disseram-me que no terreno aprende-se muito mais do que com a formação. Nunca tive medo de perguntar e pesquisar. E a minha maior aprendizagem foi sem dúvida com as crianças. Foi com elas que aprendi quase tudo, incluindo a gestão dos desafios emocionais que sentimos perante uma criança que necessita de ajuda, a importância de ouvir e observar as necessidades da criança num momento específico. Todas são diferentes. Temos de conhecer a criança e a questão é encontrar sempre alternativas para evitar mais stress. Com paciência, persistência e sentido de oportunidade conseguimos chegar à criança. São elas que nos conduzem à forma como as devemos tratar. Há quem precise de tempo, outras precisam de espaço e algumas apenas de um afeto. Temos de respeitar sempre a sua individualidade.»

Dina Pereira considera que o reforço da comunicação entre pais e escola é determinante para o desenvolvimento socioafetivo da criança com impacto positivo nas suas aprendizagens. «A autonomia e os hábitos saudáveis de higiene e alimentação são alicerces para o sucesso das aprendizagens em contexto escolar ou familiar. Com alunos com dificuldades na alimentação já experimentei várias estratégias que funcionam. Um deles começou a diversificar a alimentação na escola

através de histórias que lhe contava com várias personagens de banda desenhada. Muitas vezes os pais não acreditam como conseguimos e, em vez de continuar o trabalho em casa, continuam a achar que é impossível. É possível e apenas com uma conciliação mais forte entre pais e escola, principalmente nas pausas letivas, através da continuação do trabalho iniciado na escola em casa e vice-versa. A partilha e o trabalho na mesma direção em torno do mesmo objetivo são essenciais para a criança.»

Sobre o seu trabalho com crianças do ensino especial, conclui que as melhores ferramentas que podem ser utilizadas por qualquer profissional são «o amor incondicional e o autoconhecimento. Estas crianças são apenas diferentes. Quantas vezes catalogamos e identificamos deficiências e esquecemo-nos de olhar para o seu interior, para a sua essência. Estas crianças imperfeitas são muito mais perfeitas que qualquer um de nós.»

João Torres, terapeuta da fala, reforça a importância da articulação e/ou acompanhamento terapêutico em contexto escolar. João Torres destaca a necessidade urgente de que a escola seja cada vez mais um contexto inclusivo para os seus alunos: «O espaço escola é por excelência um espaço de aprendizagem e crescimento onde o desenvolvimento de cada aluno é potenciado ao máximo, tendo como intervenientes todos os interlocutores presentes (professores, educadores, auxiliares, assistentes, terapeutas, entre outros). Uma terapia realizada em contexto escolar beneficia a real percepção das necessidades, barreiras, dificuldades e potencialidades de determinado aluno. Possibilita também um contacto direto entre todos os profissionais intervenientes no processo de aprendizagem e é na maioria das vezes um meio direto de acesso à informação relevante e atualizada. A inclusão de terapias dentro do contexto escolar proporciona que as estratégias sejam estabelecidas de forma mais uniforme, permitindo que todos os intervenientes colaborem

em equipa de forma mais efetiva e consciente. Tem sido notório o benefício da realização de terapias em contexto escolar para todos os envolvidos. Os pais sentem que a equipa funciona de forma efetiva, os educadores/professores evidenciam veementemente o apoio prestado e os terapeutas vêm reconhecido o seu trabalho e conseguem receber da comunidade educativa bastante informação importante do aluno.» Com base na sua experiência o terapeuta João Torres defende que numa escola inclusiva estas equipas multidisciplinares trabalham em conjunto e bidirecionalmente, incluindo igualmente o/a terapeuta, seja ele(a) do estabelecimento de ensino ou membro de uma organização externa à escola. E ainda é preciso abrir mais as portas da escola aos terapeutas que são de organizações externas à escola: «Enquanto profissional de saúde e membro da sociedade civil, importa-me que a inclusão seja mais do que uma política ou um procedimento legal existente, e que seja sim, algo que exista na prática dentro do contexto escolar com estratégias e procedimentos claros e definidos para cada aluno em específico.», conclui.

Paulo Anacleto é pai e encarregado de educação de um rapaz com perturbação do espectro do autismo. O Tiago é aluno do 2.º ano na Escola Básica n.º 12 das Amoreiras, em Setúbal e, apesar das partilhas e disponibilidade dos pais, terapeutas externos, considera que é preciso mais: «É preciso deixar que os alunos de educação especial não sejam mais os meninos da unidade. São os meninos e meninas da escola, como todos. É preciso ainda criar oportunidade para que o Tiago e outros experimentem as atividades curriculares e/ou extracurriculares. Sem discriminação. Se há recursos na escola, que se deixem as burocracias de lado e é preciso agir mais no superior interesse da criança, motivando e estruturando a sua participação com o coletivo da turma. Precisa-se mais solidariedade entre docentes, terapeutas, pessoal não docente e pais.» Paulo Anacleto e a equipa de terapeutas que acompanha o seu filho fora

da escola, sentem que a escola ainda não reconhece o seu potencial «por desconhecimento ou por medo da diferença.» Paulo Anacleto não hesita em declarar: «Preciso de uma escola que adote o Tiago.»

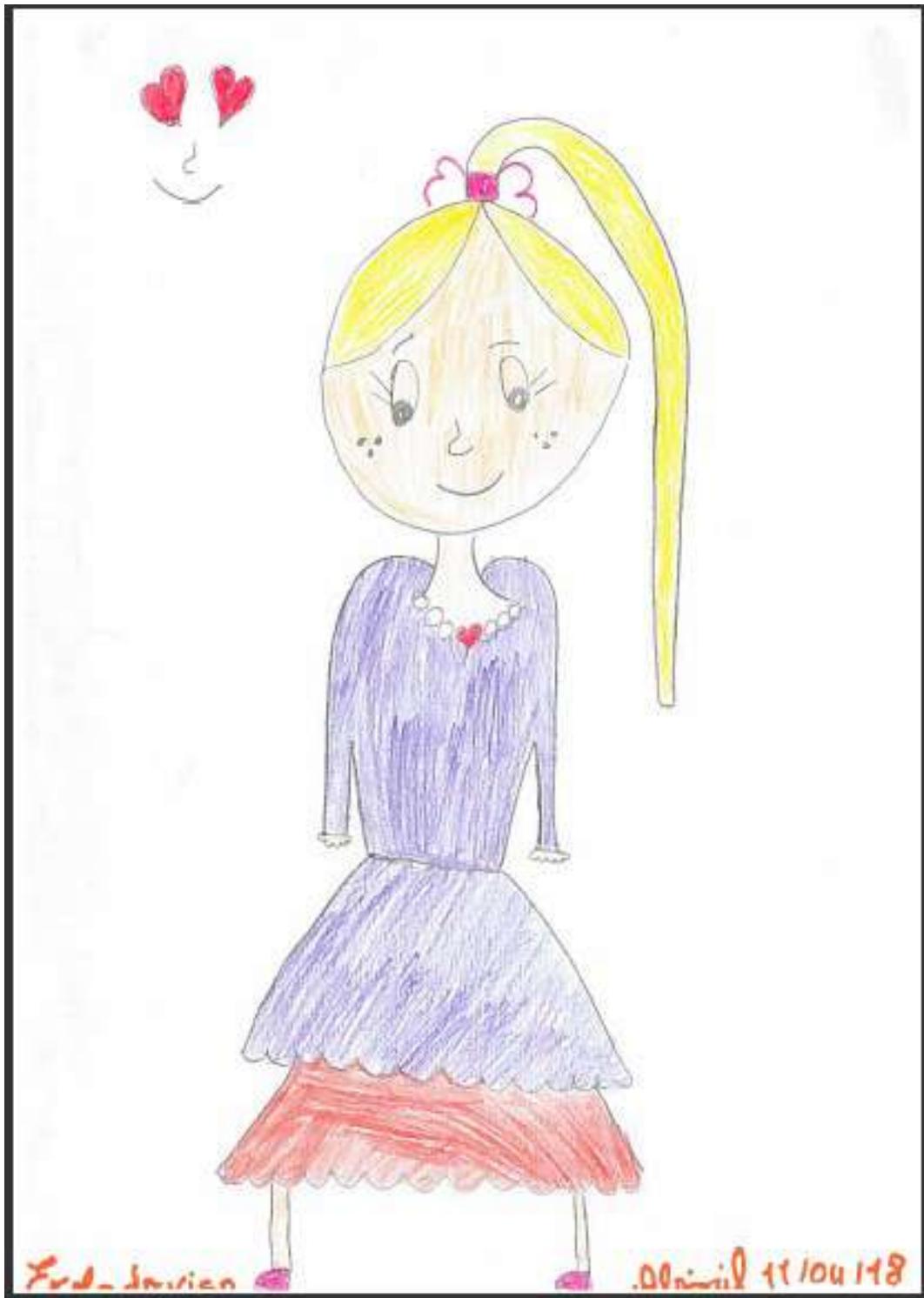
Samuel Natário, trabalhador-estudante é um exemplo de como o medo e a resistência à mudança não são opções perante as adversidades da vida. Com 27 anos, Samuel Natário cegou na sequência da remoção de um tumor benigno no cérebro. No contexto da inclusão da pessoa portadora de deficiência, Samuel Natário, hoje com 32 anos, refere que «a inclusão começa com o próprio indivíduo em aceitar a sua condição e descobrir novas oportunidades. O pior cego é aquele que não quer ver.» Durante o seu programa de reabilitação no Centro de Reabilitação Nossa Senhora dos Anjos, da Santa Casa da Misericórdia em Lisboa, o grande objetivo foi sempre a autonomia de mobilidade para retomar a vida profissional e, o mais importante, acompanhar o crescimento da sua filha. Na fase final da sua reabilitação, Samuel Natário ganhou um companheiro para a vida, o Yolo, um cão-guia. Através da Escola de Cães-Guia de Mortágua, fez um estágio de treino com o cão-guia nos Estados Unidos e a dupla ficou pronta para novos desafios. Há dois anos, Samuel regressou à empresa onde anteriormente era operador de produção, e onde atualmente desempenha funções num posto de trabalho adaptado, no departamento de comunicação da empresa, como assistente administrativo. Medos, limitações é algo que Samuel não conhece. Conta-nos que vai para o trabalho diariamente no transporte da empresa e ao final do dia segue para o ISCTE, em Lisboa, para as aulas do primeiro ano da licenciatura de Serviço Social. «Também tenho adequações e recebo o material de estudo adaptado de modo a que possa utilizar o sistema de leitura áudio NVDA. Não utilizo braille. O computador e o telemóvel são as minhas ferramentas de trabalho.» Conclui mencionando que «o regresso ao trabalho e às

rotinas são importantes porque nos desafiam e todos os dias aprendemos. Em casa não desenvolvemos. O mais importante é ter objetivos de vida bem traçados. Por isso, foi igualmente importante a entrada no curso. Já penso em como a minha experiência pode ser importante para o acompanhamento futuro de outras pessoas e famílias em situações semelhantes».

Perante a grande diversidade de perfis dos alunos e que é sinónimo da diversidade da nossa sociedade, impõe-se a urgência do ensino cada vez mais inclusivo e cada vez menos especial.

Moderadora: Vânia Guerreiro - Membro dos órgãos sociais da COSAP - Mãe, terapeuta educacional e gestora de comunicação

Participantes: Paulo Bico, Professor do Agrupamento de Escolas Lima de Freitas; João Torres, Terapeuta da fala da APPDA; Dina Pereira, Assistente Operacional do Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama; Paulo Anacleto, pai e encarregado de educação; Samuel Natário, trabalhador-estudante



8. Encerramento



8.1. Gina C. Lemos, Investigadora do CIEd, Universidade do Minho

Obrigada à COSAP, na pessoa do seu Presidente, Dr. Orlando Serrano, por nos lançar este desafio de síntese, pela segunda vez este ano. Honra-nos fazê-lo, sobretudo porque o que fica dito, em palavras, será sempre menor do que aquilo que a nossa vontade e a nossa ação podem alcançar.

A mensagem que desta manhã queremos que guardem envolve UM pedido, UMA explicação e UM convite.

O pedido:

Cruzem os braços, por favor. Cruzem! Agora descruzem e voltem a cruzar, mas colocando o braço que ficou por baixo, agora em cima. É estranho? Desconfortável? O modo como cruzamos os braços é algo que nos é inato. Ainda que fosse uma característica adquirida, ela seria sempre nossa, própria de cada um. É disso que cada um é feito. De características únicas. “*Singularidades*”, como

referia a Professora Lurdes Ferreira. “Particularidades”, nas palavras de Dina Pereira. Contrariá-las, escondê-las, apontar-lhes o dedo, ou fingir que não existem, é absurdo, um desrespeito.

A explicação:

Ao longo desta manhã tivemos a oportunidade de discutir – e “Portugal está a discutir a Educação”, tal como o Sr. Secretário de Estado João Costa comentava – como a educação pode deixar de ser especial e aceitar tornar-se inclusiva. Discutimos como pode ela despir-se desta aparente condição excepcional, quando a excepcionalidade da educação é, em si mesma, o poder dos que dela tomam parte. A UNESCO (2017) define a Educação Inclusiva como “o processo que fortalece a capacidade de o sistema educativo alcançar ou chegar a todos os alunos” (p. 7). De facto, a Missão da Educação é essa: harmonizar as experiências de aprendizagem e proporcionar oportunidades para que todos, sem exceção, possam ser bem-sucedidos na sua jornada educativa e formativa. E isto, numa qualquer sala de aula, que pode ser (como já é) no nosso Mercado do Livramento, na embarcação “Maravilha do Sado”, na nossa Serra da Arrábida, ... na nossa cidade educadora! A missão da nossa escola, da “Escola Comum” – vista pela lente de João Paulo Amaral –, é “tornar o futuro um sítio que queremos visitar”.

Ora, para isso, importa assegurar que: (i) conhecemos bem a realidade da nossa Escola – que se quer inclusiva –, (ii) cuidamos de nós próprios – da nossa capacitação para os desafios de agora e os sonhos por vir, e (iii) (importa garantir sobretudo que), mais do que um procedimento legal, feito de intenções e objetivos muito válidos (e até nobres), a inclusão é. A inclusão existe, porque é colocada em ação por nós; todos nós, no papel que aceitamos abraçar. Como professor/a, como pai/mãe, como encarregado/a de

educação como *Paulo Anacleto, Vânia Guerreiro*, como aluno/a, como assistente operacional como a *Dina Pereira*, como professor/a de educação especial como *Ana Paula Guerreiro, Lurdes Ferreira, João Paulo Amaral, Paulo Bico*, como técnico especializado (terapeuta da fala – *Rita Sousa, João Torres* –, psicólogo/a, psicomotricista, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, enfermeiro/a), como diretor/a de escola, como vereador, como chefe de divisão, como Secretário/a de Estado,... no papel em que nos reconhecemos.

Em Portugal, as estatísticas oficiais mais recentes, ainda que decerto desatualizadas (reportam-se a 2015/2016), são bastante elucidativas da dimensão das pessoas envolvidas neste âmbito:

- Desde o pré-escolar ao ensino secundário há 79,077 alunos ao abrigo do DL3/2008, ou seja, o correspondente ao estádio do Vitória e ao estádio da Luz, ambos completamente lotados;
- 99% destes alunos encontram-se matriculados nas escolas ditas regulares, e 87,4% estão em escolas públicas;
- 13% dos alunos não estão a tempo integral na sua turma: ou têm um Currículo Específico Individual ou são apoiados no contexto de uma unidade especializada (2087 alunos estão em Unidades de Multideficiência e Surdocegueira; e 1886 alunos, em Unidades de Ensino Estruturado para Apoio à Inclusão de Alunos com Perturbação do Espectro do Autismo);
- Há 6797 professores de educação especial; 834 técnicos e terapeutas das escolas públicas a apoiar crianças/jovens com NEE; 580 agrupamentos de escolas a serem apoiados pelos Centros de Recurso para a Inclusão; 2819 técnicos desses CRI; 368 docentes a desempenhar funções na Intervenção Precoce;

- 94,3% dos alunos têm apoio pedagógico individualizado; 87% têm adequações ao processo de avaliação; 46,7% têm adequações curriculares individualizadas; 17,3% têm CEI; 16,1% recorre a tecnologias de apoio; e 8,7% têm adequações ao processo de matrícula.

Estes são os números. Frios e crus; sobre *quantos* estão abrangidos, *quantos* estão envolvidos, *quantos* têm que medidas educativas.

Ora acontece que há dois anos, em 2016, os países da UNESCO comprometeram-se em mudar o foco do acesso à educação (um dos Objetivos Desenvolvimentais para o Milénio; MDG, 2014) para a qualidade da educação (um dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável; SDG, 2016).

Portanto, para conhecermos bem a realidade da nossa Escola, há que cuidar da *qualidade* do trabalho de todos os envolvidos, da *qualidade* do processo de aprendizagem, da *qualidade* da sua monitorização e acompanhamento,... há que cuidar (!), desde o processo de caracterização das capacidades e do nível de desempenho destas crianças/jovens, assente numa avaliação multidisciplinar clara, objetiva, rigorosa e criteriosa (*como destacou a Dra. Helena Fonseca, da DGE*), para então se avançar para a definição de um plano de intervenção que se quer estruturado e sistemático, feito de intencionalidade, fundamento e colaboração de todos os envolvidos (“*porque o trabalho só faz sentido quando é realizado COM TODOS*”, *como sublinhava a Dra. Carmen Cristino*), com olhos postos no superior interesse da criança/jovem. *Nas palavras da Dra. Emilia Baliza “A escola inclusiva somos todos nós”. Cuidar dos números.*

Além disso, há que cuidar de nós próprios. Fazermos-nos gente capaz de ir para além das “adequações”. O dicionário clarifica o significado da palavra “adequar”: “modificar ou modificar-se para determinado uso o que estava feito para outro uso”. Em Latim significa “tornar igual” e como diz Howard Gardner “A Educação que trata todos por igual é a mais injusta.” Sejamos, pois, capazes de definir, construir (e não adequar) objetivos, estratégias, métodos e recursos de avaliação, materiais pedagógicos, para cada aluno. Sejamos capazes de personalizar os contextos de aprendizagem de acordo com os pontos fortes e oportunidades de crescimento de cada aluno e de cada contexto, “*levando cada aluno ao limite das suas capacidades*” (Sr. Secretário de Estado João Costa), “*estando com o aluno nas suas aspirações e vontades*” (Dr. José Salazar). Colaborativamente, no trabalho sistemático e efetivo de equipas multidisciplinares, vamos mais longe. Cada um desempenha um papel significativo e crítico ao serviço de todos os alunos. E todos significa *todos*. Como alertava o aluno Bruno Silveira, “*na nossa escola precisamos incluir muitas, todas as crianças e jovens*”.

Por conhecermos bem a realidade da nossa escola e por cuidarmos de nós próprios, estaremos mais capazes de fazer acontecer a Inclusão. Estaremos mais capazes de apoiar cada criança/jovem na sua “forma, tamanho, cor e feitio” (Ruben Alves), para que “*cada um possa alcançar aquilo que cada um decide ser*” (João Paulo Amaral).

O convite:

Faço questão que tu, “mera coleção de partículas fundamentais da Natureza” (Stephen Hawking), aceites cada um assim, tal e qual como é. Que celebres a diversidade e contribuas para que cada um *faça parte e se sinta parte* do todo. Olha para o que ele é capaz; para cada pedacinho do que é capaz. Aprecia cada

partícula, cada passo, cada avanço, porque em espiral de crescimento, NADA é retrocesso. Faço questão que tu levantes a cabeça, abras o peito, e de mangas arregaçadas, abrases ser Inclusão.

Obrigada.

8.2. Pedro Florêncio, Associação de Pais da Escola D. João II



"Ser escola inclusiva não significa apenas dar uma resposta adequada a alunos NEE."

Muitas vezes, o termo inclusão é ele próprio diminuído por estas percepções erradas.

Ser inclusivo ou ser uma escola inclusiva significa dar uma resposta adequada a quem é diferente, portanto tendo em conta que não há ninguém igual, é importante que as escolas

desenvolvam mecanismos para adequar as suas metodologias à pluralidade da diferença.

É fundamental diversificar a dois níveis - criando ofertas específicas como PCA, CEF, PIEF,... e ao nível da sala de aula.

Mais do que falar sobre inclusão é passar à prática - agir com vista ao sucesso de todos e de cada um.

Gostava de referir a Declaração de Lisboa sobre Equidade Educativa (Congresso de Apoio Educacional Inclusivo, 8, 2015), a qual postula:

que [se] tomem medidas concretas, de forma a encorajar a participação e o sucesso na educação, a providenciar apoio inclusivo à aprendizagem, a respeitar e valorizar as diferenças e promover comunidades abertas, onde a aprendizagem com sucesso seja possível para todas as [...] crianças e jovens. (par. 4)

Concluo com a Declaração de Incheon (Fórum Mundial de Educação [FME], 2015) que reafirma "a visão do movimento global Educação para Todos" (p. 1) comprometendo-se a uma agenda de educação única e renovada até 2030, de forma a "assegurar a educação inclusiva e equitativa de

qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos" (FME, 2015, p. 1).

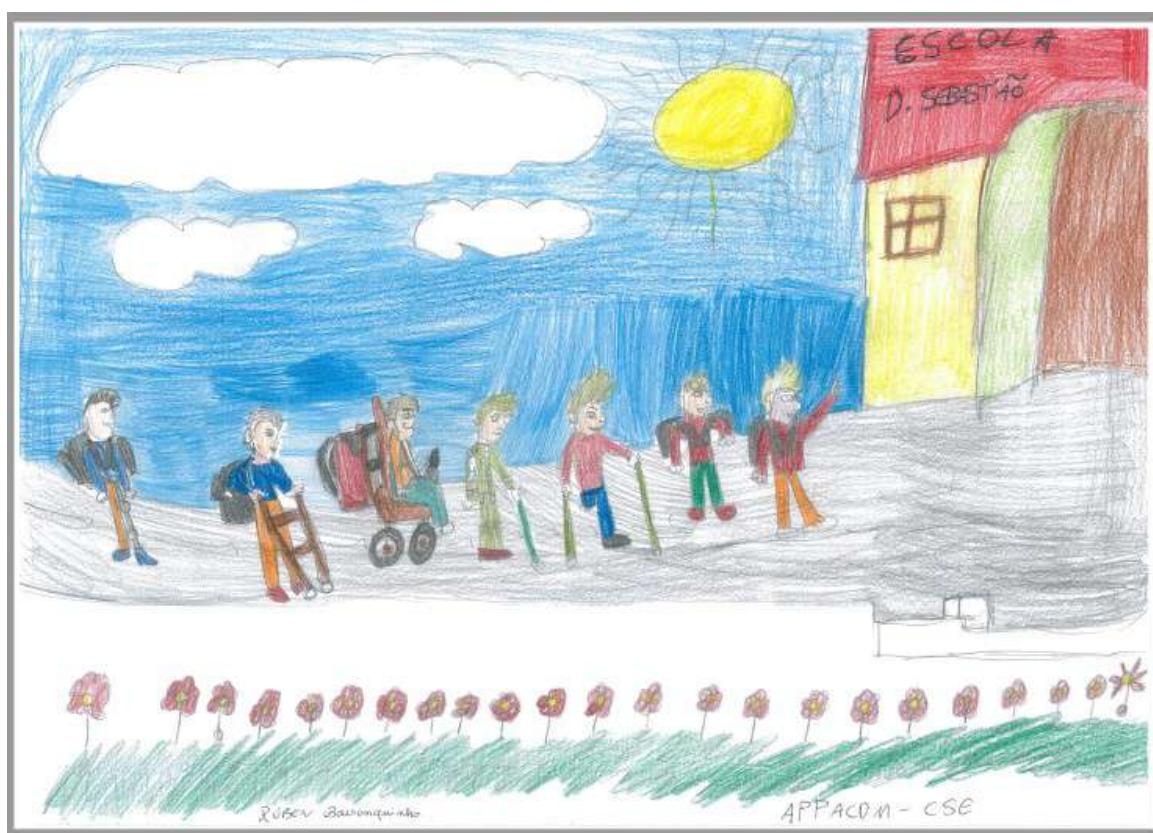
Não falemos então de escolas inclusivas; já que todas as escolas têm o dever de incluir!

Referências:

Congresso de Apoio Educacional Inclusivo, 8, Lisboa, 2015. (2015).

Declaração de Lisboa sobre Equidade Educativa, julho 2015. Recuperado de <https://pt.slideshare.net/jocola/declarao-de-lisboa-sobre-equidade-educativa-julho-de-2015~>

Fórum Mundial de Educação 2015, Incheon. (2015). *Declaração de Incheon: Educação 2030: Rumo a uma educação de qualidade inclusiva e equitativa e à educação ao longo da vida para todos.* Recuperado de <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000233137> por



8.3. Luís Barradas, FERSAP



Muito boa tarde a todas e a todos!

Em primeiro lugar e em nome da FERSAP, queria cumprimentar os restantes elementos da mesa e agradecer o convite que a COSAP nos endereçou, para participar nesta iniciativa de grande

importância, tendo em conta as exigências, em que a escola atual é desafiada a responder com efetividade às necessidades Educativas, de uma população escolar cada vez mais heterogénea.

O tema que nos traz hoje aqui, não é novo, mas é muito importante e carece de uma reflexão bastante cuidada, pois envolve escolas, professores, pessoal não docente, crianças e famílias.

Como é sabido a inclusão promove a diversidade e deve ser mais do que garantir o acesso dos alunos às instituições de ensino. O objetivo deve ser eliminar os obstáculos que limitam a aprendizagem e promover a participação de todos no processo educativo.

Esta Inclusão não pode ser construída com base na erradicação das diferenças, não tendo por base essas mesmas diferenças. Urge que essa diferenciação seja efetivamente tida em conta, pois é preciso conhecer e partir das diferenças, lidar com elas, não para as dissimular, mas para as orientar num determinado sentido.

Não se pretende somente uma escola inclusiva, mas também uma educação Inclusiva, que terá de se afastar cada vez mais de modelos de ensino/aprendizagem centrados no currículo, passando a dar relevância a

modelos centrados nos próprios alunos, em que a construção do ensino tenha em linha de conta as necessidades e características de cada um.

É claro que, para que tudo isto seja possível, são necessárias algumas alterações de fundo, não só ao nível dos profissionais de educação, mas também dos pais e encarregados de educação e outros serviços. Deve ser proporcionado aos professores, pais, e outros agentes educativos, a possibilidade de trabalharem em colaboração, num clima de partilha de decisões, recursos e apoios. As famílias e a comunidade, em conjunto com as escolas, devem estar de mãos dadas neste processo. É necessário que se conjuguem esforços e se valorize um paradigma de dinamização de todos os recursos humanos e materiais existentes, para que a escola tenha um lugar para todos, um espaço para cada criança, respeitando a sua personalidade, como única e insubstituível.

A educação de crianças e jovens de uma Escola Inclusiva, deve fazer parte de uma estratégia global de educação, não basta que os professores adotem este conceito e se disponham a prosseguir este objetivo. É indispensável disporem de recursos pedagógicos, de conhecimentos e formação específica, que lhes permitam, na mesma turma, ensinar crianças com vários perfis.

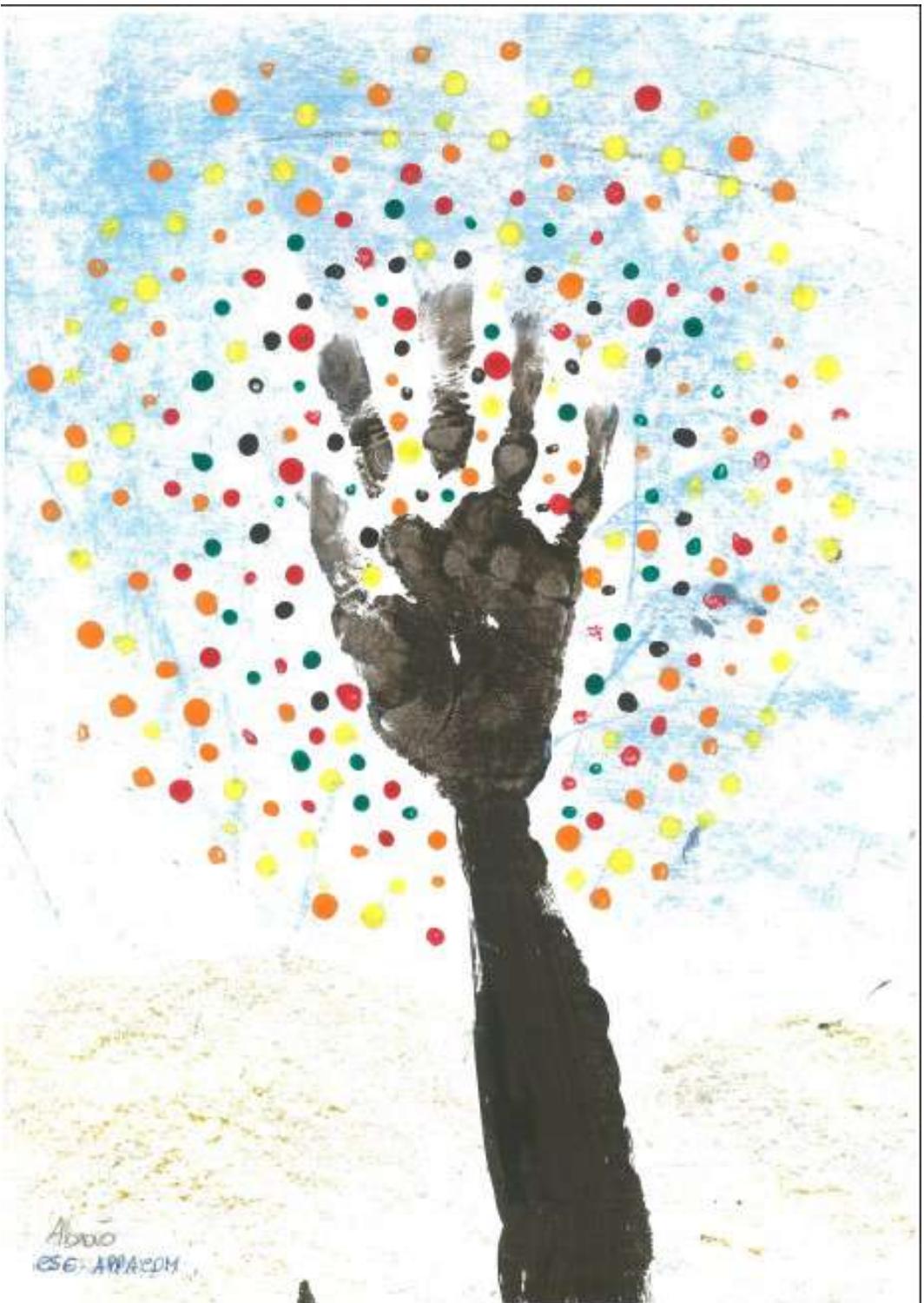
A ausência de formação em matéria de necessidades educativas especiais, por parte dos professores do regular e a formação dos professores especializados cria, por vezes, uma “barreira” entre ambos, diminuindo a sua interação. É nosso entendimento de que é extremamente importante, que ambos os professores trabalhem em estreita ligação. Ao professor do regular caberá a responsabilidade de ensinar todas as crianças e ao professor de apoio ou educação especial o papel de ajudar o professor a encontrar soluções para as diferenças que surjam na sala de aula

Nunca é demais reforçar a ideia, de que a inclusão traz vantagens para todos os alunos, porque para além da integração e formação académica de cada individuo, permite a interação entre alunos diferentes e promove atitudes de cidadania para com aqueles que são diferentes, promovendo assim, uma geração mais solidária.

Em Portugal, os princípios da inclusão têm vindo a ser tidos em conta na legislação existente, mas com pouca aplicação prática. Como é sabido, foi colocada à discussão até final de agosto de 2017, uma nova proposta de lei sobre esta matéria. É nossa expectativa, que esta lei depois de melhorada com os vários contributos, promova medidas efetivas e não limite as escolas aos mesmos constrangimentos anteriormente existentes, ou seja, não se continue a verificar a mesma falta de recursos, tanto materiais, como humanos, não esquecendo a tão importante formação de todos os envolvidos. Fazer mais e melhor com os mesmos recursos, é praticamente impossível.

É entendimento da FERSAP, que esta nova lei só será verdadeiramente potenciadora de uma educação inclusiva, se a mesma permitir efetivamente pôr em prática estes pressupostos, e se as famílias puderem realmente usufruir de um serviço de qualidade, que proporcione igualdade de oportunidades a todos os alunos durante o seu percurso escolar e na sua vida futura.

Obrigado!



Adrián
CSE-AWACOM

8.4. António Farto, CONFAP



Começo por cumprimentar o companheiro Orlando Serrano e agradecer o convite endereçado pela COSAP para estar aqui hoje em representação da CONFAP.

Uma escola inclusiva continua a ser um desafio. Com este Encontro concluiu-se que mais do que a legislação o que importa é a vontade de todos e também algum bom senso. Como nem sempre estes requisitos existem é necessário produzir legislação. Por vezes, é a própria legislação que acaba por apresentar lacunas e no mínimo deixar sempre dúvidas e desconfianças.

Apesar disso, constata-se que o diploma não pretende reduzir os apoios, pelo contrário pretende dar uma resposta mais equitativa para todo o tipo de necessidades particulares.

Acreditamos que a mesma permitirá a verdadeira inclusão de todas as crianças no sistema de ensino público. A proposta prevê a criação nas escolas de um Gabinete de Apoio à Aprendizagem com uma equipa multidisciplinar com professores, profissionais da saúde, da psicologia e do serviço social. Estas equipas terão a responsabilidade de em conjunto, com a família e com o Diretor da Escola, elaborarem um relatório detalhado e fundamentado sobre o diagnóstico e plano de trabalho com as crianças, sempre com o conhecimento antecipado dos pais.

Parece-nos que este Encontro irá contribuir para clarificar os desafios que se colocarão no futuro.

Relembro que a CONFAP continuará a contactar alguns especialistas de renome, com a possibilidade de, por todo o país, poder colaborar no

esclarecimento das comunidades do que se propõe e do que de todos se exige para a verdadeira inclusão de todas as crianças no sistema educativo português.

Reiteramos que a CONFAP mais uma vez colocou-se do lado da solução e não desiste de dar o seu contributo pela equidade de oportunidades para todas as crianças e jovens.

Muito obrigado.

É necessário educar todos e com todos

Já Jorge Ascenção defendeu que apesar de existirem muitos fatores positivos nos últimos anos na educação, ainda há um longo caminho a percorrer, mas que isso "só se alcança com todos e com tempo" afirmando ainda de forma perentória: "Sem família não há inclusão. Há muita hipocrisia quando se fala numa escola para todos e não se inclui a família no processo."



8.5. Ana Sofia Antunes, Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência



Boa tarde, agradeço estarem aqui ainda a esta hora e espero não defraudar as expetativas para quem ainda assim ficou. Eu queria começar por cumprimentar a COSAP por esta iniciativa e agradecer o convite para aqui estar presente, cumprimentar o Dr. Orlando, cumprimentar a professora Gina e começar por vos dizer que, depois de ter ouvido algumas intervenções dos responsáveis pelo painel anterior, parece que a intervenção surge quase como desnecessária. Quem ouve as palavras da Dina ou quem percebe aquilo que o professor Paulo Bico nos esteve a tentar transmitir sobre a forma como encara a sua profissão, a sua atividade, ou quem ouve na primeira pessoa as palavras do Samuel, consegue perceber que este quadro global que aqui estamos a analisar é muito mais complexo, mas que acima de tudo redonda numa coisa só, a capacidade que o ser humano tem ou não tem de aceitar o outro como ele é e de se dedicar ao outro para que ele consiga ser aquilo que é e aquilo que tem vontade e expetativa de ser.

Eu podia vir aqui falar-vos daquilo que tenho andado a fazer com o meu colega Secretário de Estado do Governo, João Costa, podia falar-vos do diploma que vai rever o Decreto-Lei 03/2008, de 7 de janeiro. Mas acho que esta manhã já referiram bastante este aspeto, certamente há aqueles que acham muito bem o projeto, há aqueles que acham muito mal, há aqueles que estão com muitas dúvidas e com muitos receios e que não sabem como é que isto se vai aplicar na prática. Eu acho que, se calhar, não é assim tão complicado. Quanto a este assunto, queria dizer que, quando preparamos esta alteração legislativa tivemos a consciência aguda que tínhamos um grande desafio pela frente, o Decreto-Lei 03/2008, de 7 de janeiro foi um diploma estruturante com um papel fundamental em determinado momento que, com o devido tempo, se foi cumprindo e ao cumprir-se também se foi esgotando. É importante que nós tenhamos a noção de que temos bons níveis de integração nas nossas escolas, esse é um êxito que já ninguém nos tira, a nós elementos que de alguma forma estamos envolvidos na integração de crianças com deficiência ou com algum tipo de necessidade especial.

Acontece que já não estamos tanto na fase de dizer que temos direito à educação, temos direito é à qualidade na educação, é o passo seguinte e em relação à inclusão é a mesma coisa, é o que diferencia integrar de incluir. Uma coisa é dizermos que estas crianças têm que estar nas escolas regulares e acabarmos com as escolas segregadas, outra coisa é dizermos que efetivamente estas crianças têm qualidade no ensino nas escolas do país e aí eu devo dizer que conheço o muito bom, do muito bom ao muito mau, não é uma realidade desconhecida. Tudo isto depende muito do empenho e do brio com que cada um de nós faz o seu trabalho diariamente. Quando trabalhámos este diploma quisemos que no seu pensar e no seu desenhar estivessem envolvidas pessoas com

pensamentos diferentes, não apenas doutrinários ou investigadores nesta área, mas também pessoas que lecionam, pessoas que sabem de educação especial, pessoas que vivem ou que viveram a educação especial em determinado momento da sua vida porque essas diferentes experiências são necessárias para que se faça o diploma.

Vão dizer que esse diploma é uma teoria depois a prática é outra coisa, isso é verdade, mas cabe a cada um de nós, com empenho e com a verdade, fazer daquela teoria uma prática o mais verdadeira possível. E isso é possível. Estas crianças com necessidades especiais ou com deficiência em casos mais declarados, uma criança com deficiência, seja lá qual for a deficiência, tem necessidade de um apoio diferente do que uma criança com necessidades que foi sinalizada ao abrigo do Decreto-Lei 03/2008, de 7 de janeiro e tem necessidade de um apoio pontual, são coisas diferentes e não consigo ainda hoje ver isto como um todo. Quando ao abrigo deste diploma, nós dizemos que não é possível que uma criança com deficiência passe pela escola sem ter uma certificação de algum tipo de evolução ao nível do seu conhecimento, não pode continuar a ser possível que existam currículos específicos. E isto é uma convicção que tenho e vou continuar a bater-me sempre, quando dizemos que temos de envolver cada vez mais todos os docentes no ensino destas crianças, estamos a partilhar responsabilidades e a envolver, a trazer o acolhimento destas crianças para um contexto mais alargado.



9. Anexos

9.1. Helena Fonseca – Caminhos para uma educação mais inclusiva

The poster features the logos of the Portuguese Republic Ministry of Education and the Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar (PNPSE). The title 'CAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO MAIS INCLUSIVA' is prominently displayed. Below it, details of the event: 'ENCONTRO COSAP "EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS NOSSAS ESCOLAS"', dated '21 de abril de 2018, Escola Secundária D. João II, Setúbal'. It is signed by 'Helena Fonseca, Estrutura de Missão do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar'. The central graphic shows a stylized tree with three yellow human figures standing under its branches. A blue circle above them contains the word 'Inclusão'. To the left is a pink arrow pointing right labeled 'Diversidade', and to the right is a purple arrow pointing left labeled 'Oportunidade'. The quote 'Todos os alunos são, igualmente, importantes (Unesco, 2017)' is written above the tree.

REPÚBLICA
PORTUGUESA
EDUCAÇÃO

P N P S E
Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar

CAMINHOS PARA UMA
EDUCAÇÃO MAIS INCLUSIVA

ENCONTRO COSAP "EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS NOSSAS ESCOLAS"
21 de abril de 2018, Escola Secundária D. João II, Setúbal

Helena Fonseca
Estrutura de Missão do Programa Nacional de Promoção do Sucesso Escolar

Todos os alunos são, igualmente, importantes
(Unesco, 2017)

Inclusão

Diversidade

Oportunidade

Princípios

- A. Base humanista
- B. Saber
- C. Aprendizagem
- D. Inclusão**
- E. Coerência e flexibilidade
- F. Adaptabilidade e ousadia
- G. Sustentabilidade
- H. Estabilidade



Perfil do Aluno



PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Educabilidade Universal

- Todos podem aprender

Equidade e Inclusão

- Acesso e participação

Diversidade e Personalização

- Diferenciação e planeamento com foco no aluno

Flexibilidade

- Gestão flexível

Envolvimento parental

- Direito à participação e informação

(artigo 3º, Princípios orientadores, da proposta de alteração do Decreto-lei n.º3/2008 de 7 de janeiro)

PARTICIPAÇÃO DOS PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Participar

- na elaboração e na avaliação do programa educativo individual

Solicitar

- a revisão do programa educativo individual

Consultar

- o processo individual do seu educando

Ter

- acesso a informação adequada e clara relativa à educação do seu filho ou educando.

(artigo 4º, Definições, da proposta de alteração do Decreto-lei n.º3/2008 de 7 de janeiro)

MEDIDAS DE GESTÃO CURRICULAR

Acomodações curriculares
(AC)

Adaptações curriculares não significativas
(ACNS)

Adaptações curriculares significativas
(ACS)

(artigo 2º, Definições, da proposta de alteração do Decreto-lei n.º3/2008 de 7 de janeiro)

DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM

Norteia-se por três princípios básicos:

(i) proporcionar múltiplos meios de representação;

(ii) proporcionar múltiplos meios de ação e de expressão e

(iii) proporcionar múltiplos meios de envolvimento

(Mitchell, 2014)

MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO



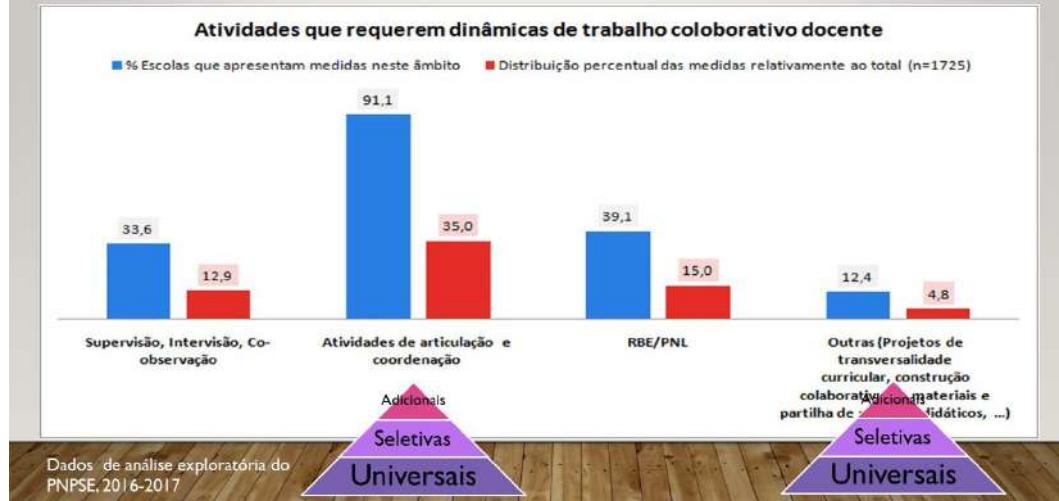
MEDIDAS DE SUPORTE À APRENDIZAGEM E À INCLUSÃO



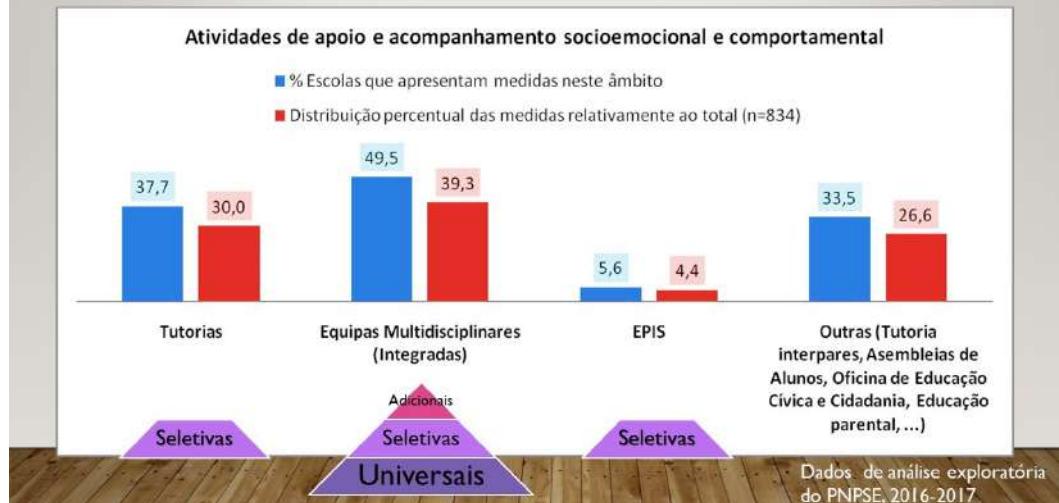
MEDIDAS PNPSE E ÁREAS DE INCIDÊNCIA



MEDIDAS PNPSE E ÁREAS DE INCIDÊNCIA



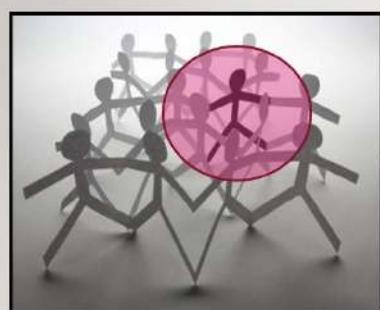
MEDIDAS PNPSE E ÁREAS DE INCIDÊNCIA



RECURSOS ORGANIZACIONAIS ESPECÍFICOS

(Artigos 11º a 13º da proposta de alteração do Decreto-lei n.º3/2008 de 7 de janeiro)

EQUIPAS MULTIDISCIPLINARES



CENTRO DE APOIO À APRENDIZAGEM



CERTIFICAÇÃO

(proposta de alteração do Decreto-lei n.º3/2008 de 7 de janeiro)

Progressão
(artigo 28.º)

- Normativo legal para a avaliação.
- Relatório técnico pedagógico e no programa educativo individual.

Certificação
(artigo 29.º)

- **Todos os alunos têm, no final do seu percurso escolar, direito a um certificado de conclusão da escolaridade obrigatória.**

Para uma Educação
mais Inclusiva

- Corresponsabilização
- Gestão estratégica
- Sustentabilidade
- Colaboração e Cooperação
- Envolvimento Ativo
- Monitorização e Avaliação
- Formação contínua



FORMAÇÃO INCLUSÃO
ARTICULAÇÃO INVESTIMENTO COMPROMISSO
INVESTIMENTO COMPROMISSO
PNPSE PROFESSORES
AMBENTES CONVERGÊNCIA SUCESSO ALUNOS
DIGITAIS LOCAL COMPETÊNCIAS EQUIDADE
DIVERSIDADE CURRÍCULO



OBRIGADA

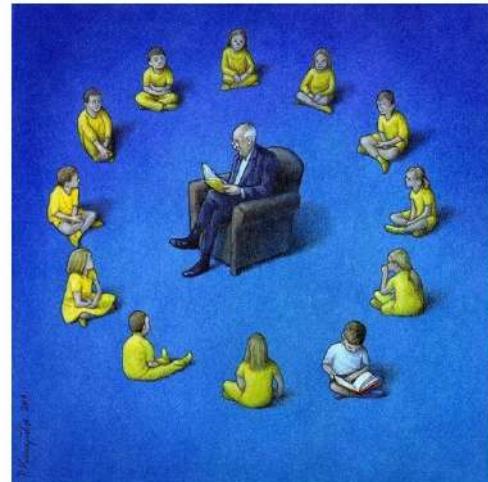
Helena Fonseca
EM-PNPSE

pnpse@pnpse.min-educ.pt

9.2. David Rodrigues – O elogio de uma certa imperfeição...

O elogio de uma certa imperfeição...

David Rodrigues



Um Zeitgeist...

- A vida como uma procura incessante (e forçosamente inacabada...) pela aproximação à justiça, à felicidade, à humanidade
- E não...
- Como uma desencanto passivo com a imperfeição (mesmo que disfarçada de ânsia de perfeição).

Um Zeitgeist...

- A desistência, perante processos que não são tão corretos quanto desejávamos é compreensível mas... diminui fortemente a possibilidade de os melhorar.
- Por vezes, esta demissão « *por as coisas estarem longe da perfeição* » pode até assumir contornos de comodismo. « *Só entro em processos que conduzam a um sucesso certo e próximo* »

A Educação como processo imperfeito

- Se a Educação tiver como preocupação inovar (não simplesmente repetir), educar todos (e não só alguns, ou mesmo a maioria...), ser relevante (e não « cumprir calendário »)

Terá que se desenvolver numa **lógica de possibilidade** e não numa **lógica de certeza**.

A Educação como processo imperfeito

- A lógica da possibilidade confronta-se com:
 - Heterocronia de processos (aluno, professores, famílias, conteúdos, oportunidades, etc,)
 - Incerteza temporal e de resultados
 - Com uma lógica de existencial (partir do que se tem) e não essencial (condicionar a ação ao que se considera imprescindível)

A Educação como processo imperfeito

Exemplos de imperfeição:

- A avaliação é holística, atempada, objetiva e justa?
- É feito tudo e a tempo para a participação e sucesso de todos os alunos?
- Consegiu-se reunir todo o conhecimento para atingir os objetivos?

Pensar a
Inclusão...

- A inclusão como a apropriação de instrumentos que permitam a participação e o sentido de pertença num determinado grupo.
- A lógica da Inclusão sustenta que é em contextos « ecologicamente válidos » isto é, que reproduzam as dinâmicas de valores e práticas que a inclusão floresce.
- Neste aspecto a Inclusão é não é só o fim mas também o melhor meio para chegar a esse fim.

Pensar a Inclusão...

- Tal como a Educação a Inclusão também é imperfeita...
- Sabemos que:
 - a) nem sempre se **sabe** o que fazer
 - b) nem sempre há **meios** para o fazer
 - c) nem sempre temos **recursos** – humanos e outros – para o fazer
 - d) Nem sempre temos **sintonia e acordo** para o fazer
 - e) nem sempre temos (e vamos a) **tempo** para o fazer
- Etc...

Caminhar de olhos abertos...

Caminhar de olhos abertos...

Nem ficar parado de olhos abertos

Nem andar com os olhos fechados.

A lógica da possibilidade é não só fazer « o melhor que se pode com o que se tem »

mas também lutar por meios, por conhecimento, por organização, por recursos que sejam necessários para avançar.

Trabalhar na lógica da possibilidade implica:

Colegialidade (opções de intervenção)

Aproveitamento (rentabilização do que se tem)

Conhecimento (reflexão sobre o que se faz e do que se precisa)

Caminhar de
olhos
abertos...

Talvez muito cansaço, desmotivação, desalento dos professores resida em não estarem preparados (e serem pouco apoiados) para serem atores principais em cenários de grande incerteza e de grande imperfeição.

Indubitavelmente estes cenários implicam uma grande resiliência, uma capacidade de incessantemente recomeçar, voltar atrás, repetir, convencer, argumentar, reconstruir,...

O espírito do
tempo...

- Por nos confrontarmos com processos inacabados, imperfeitos, « work in progress »... precisamos de reforços: de formação, de escolas aprendentes, de comunidades em que a maior preocupação de todos seja a aprendizagem, em que todos ensinem e todos aprendam...
- WHO CARES THE CARE GIVERS?
- QUEM CUIDA DOS CUIDADORES?

O espírito do
tempo...

- Por vazes também nos surgem os « false friends »...
1. Não era melhor categorizar?
 2. Não seria melhor retirar, excluir, proteger?
 3. Não seria melhor segregar primeiro para preparar a inclusão?
- Etc. etc. etc....

A encerrar...

- A promoção da qualidade da Educação e da Inclusão reside neste sentido de
 - a) Dar sentido a processos que ainda não sabemos como vão acabar
 - b) De trabalhar mesmo sem ter « tudo o que é preciso » (talvez fosse difícil chegar a este consenso...)
 - c) Saber que o que se faz é parte de um todo que quase sempre escapa ao nosso alcance. Algo que é importante, talvez mesmo decisivo, mas que não é tudo.

A encerrar...

- O empenho na perfeição é antes de mais trabalhar por ela.
- Aprofundar um limiar de sensibilidade que reconheça as aproximações à perfeição e não aquele que só é ativado se vir (o que se entende por) a perfeição.
- Avançamos através de práticas imperfeitas sem perder o farol, a utopia de uma Educação como processo equitativo, humano e um efetivo Direito Humano.

Thomas Jefferson

« Todo o ser humano deve ser olhado por aquilo que é capaz porque nenhum de nós é perfeito.
E se só amassemos quem fosse perfeito, o mundo seria um deserto para o nosso amor »

9.3. Ana Paula Guerreiro e Carla Simões – Unidade de Ensino Estruturado, Um apoio à Inclusão

ENCONTRO EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS NOSSAS ESCOLAS
Setúbal, 21 de abril de 2018



Unidade de Ensino Estruturado
Um Apoio à Inclusão

Ana Paula Guerreiro
Carla Simões



Perturbações do Espetro do Autismo (PEA)

A. Défices persistentes na comunicação social e na interação social, em contextos múltiplos.

Nota: Nestes critérios estão incluídas a comunicação verbal e não verbal, a partilha de emoções.

B. Padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades.

Nota: Nestes critérios estão incluídas as rotinas obsessivas, a hiper ou hipo sensibilidade sensorial, entre outros comportamentos.

DSM-5 (2013)

Interação social

- Evita olhar para os olhos de outrém;
- Prefere brincar sozinho;
- Não partilha interesses com os outros;
- Só interage para obter um determinado objectivo desejado;
- É inexpressivo ou tem expressões faciais não condizentes com a situação;
- Não comprehende os limites do seu espaço pessoal;
- Evita ou resiste ao contacto físico;
- Não é confortado por outros em situações de aflição;
- Tem dificuldade em entender os sentimentos dos outros ou falar dos seus.

Comunicação Social

- Atraso na fala e compreensão;
- Repetição corrente de palavras e frases (ecolália);
- Troca nos pronomes (ex. Diz "o" em vez de "Eu");
- Dá respostas sem nexo com as perguntas;
- Não aponta ou responde apontando;
- Usa poucos ou nenhum gestos (ex., não gesticula o "adeus");
- Fala de forma monocórdica, robotizada, ou cantada;
- Não sabe "fingir" (faz de conta) nos jogos;
- Não entende piadas, sarcasmo, ou provocações.

Interesses e Comportamentos Invulgares

- Brincar com brinquedos sempre da mesma forma
- Gosta de partes dos objectos (p.ex. rodas)
- É muito organizado
- Fica chateado com pequenas alterações
- Tem interesses obsessivos
- Tem de seguir certas rotinas
- Sacode as mãos, balança o corpo ou roda em círculos
- Ter reacções inesperadas a sons, cheiros, sabores, visual (cor/luminosidade) e tacto de coisas.

Hipersensibilidade Sensitiva

90% dos autistas sofrem de alterações sensório-perceptuais

Prevalência para as hipersensibilidades auditivas, visuais e táteis, assim como hiposensibilidade à dor.

(GOMES et all, 2008)

Unidades de Ensino Estruturado

Decreto Lei n.º 3 / 2008

Foi criada uma rede de Unidades de Ensino Estruturado para o Apoio à Inclusão de Alunos com Perturbações do Espetro do Autismo em escolas ou agrupamentos de escolas, com vista a concentrar meios humanos e materiais que possam oferecer uma resposta educativa de qualidade a estes alunos.

Unidade de Ensino Estruturado Escola Básica Luísa Todi



Unidade de Ensino Estruturado Escola Básica Luísa Todi

Fornecer uma informação clara e objetiva das rotinas Manter um ambiente calmo e previsível

Ensino estruturado

Atender à sensibilidade do aluno aos estímulos sensoriais Propor tarefas diárias que o aluno é capaz de realizar

PROMOVER A AUTONOMIA E A INCLUSÃO

Unidade de Ensino Estruturado Escola Básica Luísa Todi

- Área de Trabalho “Aprender”
- Área de Trabalho - “Trabalhar”
- Área do Brincar
- Área do Computador
- Cantinho da Leitura
- Área de Trabalho de Grupo
- Área da Reunião
- Área dos Artistas

Plano de Ação da UEE “Como Peixe na Água II”

Conteúdos

Identidade
Autonomia
Comunicação
Interação Social
Inclusão
Regras e Condutas Sociais
Família e Comunidade
Higiene e Saúde
Leitura e escrita
Matemática
Culinária

Projetos

“Que medo que susto”
S. Martinho
Natal
Dia de Reis
Dia do Pai
Páscoa
Dia da Criança
Boccia
Natção
Visitas de Estudo
No País da Poesia

Plano de Ação - Conteúdos

Identidade

Autonomia

Interação Social

Inclusão

Regras e Condutas Sociais

Família e Comunidade



Plano de Ação - Conteúdos

Comunicação



Higiene e Saúde



Culinária

Plano de Ação - Conteúdos

Leitura e escrita



Matemática



Expressão Plástica

Plano de Ação - Projetos

Carnaval



S. Martinho



Natal

Dia de Reis

Plano de Ação - Projetos

Dia do Pai



Páscoa

As estações do ano

Dia da Criança



Plano de Ação - Projetos

Boccia



Natação



Terapia Snoezelen

Plano de Ação - Projetos

Visitas de Estudo



No País da Poesia



Acções de Sensibilização

Centro de Recursos para a Inclusão (APPACDM de Setúbal)

Terapia da Fala

Psicologia

Terapia Ocupacional

Psicomotricidade

Centro Sócio Educativo
(CSE)

ENCONTRO EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS NOSSAS ESCOLAS

Setúbal, 21 de abril de 2018



Unidade de Ensino Estruturado

Um Apoio à Inclusão

Ana Paula Guerreiro
Carla Simões



9.4. Lurdes Raquel Ferreira - As Unidades de Apoio Especializado do Agrupamento de Escolas Ordem de Sant'Iago



*DO DISCURSO DA ESCOLA INCLUSIVA
ÀS BOAS PRÁTICAS:
AS UNIDADES DE APOIO
ESPECIALIZADO DO AGRUPAMENTO DE
ESCOLAS ORDEM DE SANT'IAGO*

Encontro Educação Inclusiva nas
nossas Escolas - COSAP

21 de abril de 2018



**AS UNIDADES DE APOIO ESPECIALIZADO
NO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS ORDEM
DE SANT'IAGO**

EB1/JI de Setúbal
EB1/JI N°5 de Setúbal
EBS Ordem de Sant'Iago

CONCEITOS...

Necessidades Educativas Especiais

Multideficiência

Unidades de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita

Inclusão

NECESSIDADES EDUCATIVAS ESPECIAIS

...limitações significativas ao nível da atividade e participação num ou vários domínios da vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais de carácter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, da aprendizagem, da mobilidade, da autonomia, do relacionamento interpessoal e da participação social" (Decreto-Lei 3/2008, Artigo 1º, ponto 1).

POSSÍVEIS CAUSAS DAS DIFICULDADES DOS ALUNOS...



MULTIDEFICIÊNCIA

..."[a multideficiência] é mais do que a mera combinação ou associação de deficiências, constituindo um grupo muito heterogéneo entre si, apesar de apresentarem características específicas/particulares".

(Nunes, 2001)

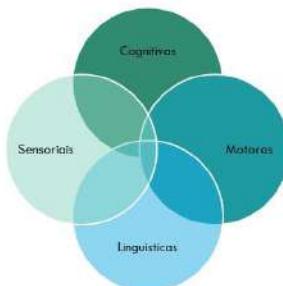
MULTIDEFICIÊNCIA

As crianças/jovens com multideficiência apresentam limitações no domínio cognitivo, associadas a limitações acentuadas no domínio motor e/ou no domínio sensorial (visão ou audição), e podem ainda necessitar de cuidados de saúde específicos. Estas limitações impedem a interação natural com o ambiente, colocando em grave risco o acesso ao desenvolvimento e à aprendizagem.

Amaral et al. (2004)

MULTIDEFICIÊNCIA

Limitações...



Condicionam...

- condicionam as suas experiências de vida;
- prejudicam o seu desenvolvimento e a sua aprendizagem e limitam as suas interações com o meio.

MULTIDEFICIÊNCIA

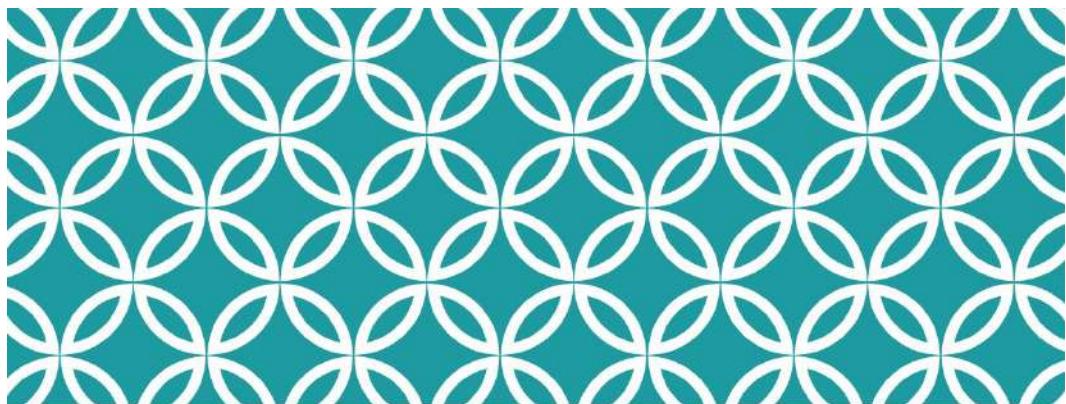
...são crianças/jovens que apresentam "necessidades educativas especiais de alta intensidade e baixa frequência, decorrentes de acentuadas limitações cognitivas associadas, a limitações nos domínios motor ou sensorial".

(Nunes,2005)

MULTIDEFICIÊNCIA

Limitações ao nível das...

Dificuldades em...



UNIDADES DE APOIO ESPECIALIZADO

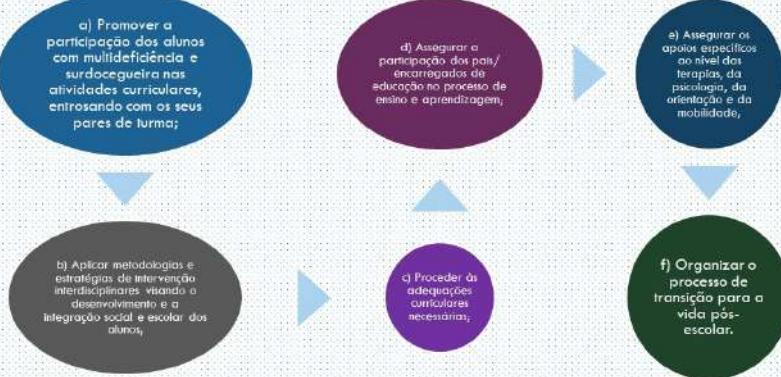
Para quê?

UNIDADES DE APOIO ESPECIALIZADO

A criação de unidades especializadas é justificada pela exigência de recursos humanos e materiais específicos, escassos e de difícil generalização para a educação de alunos com multideficiência, pela diversidade de competências dos alunos a que deve corresponder uma variedade de estratégias possibilitadoras da vivência de experiências de sucesso e a promoção do desenvolvimento do aluno, permitindo-lhe aceder à informação e a oportunidades para se envolver ativamente nas aprendizagens e nas interações sociais.

(DG/DC, 2005)

OBJETIVOS DAS UNIDADES DE APOIO ESPECIALIZADO



(DG/DC, 2008)

OBJETIVOS DAS UNIDADES DE APOIO ESPECIALIZADO

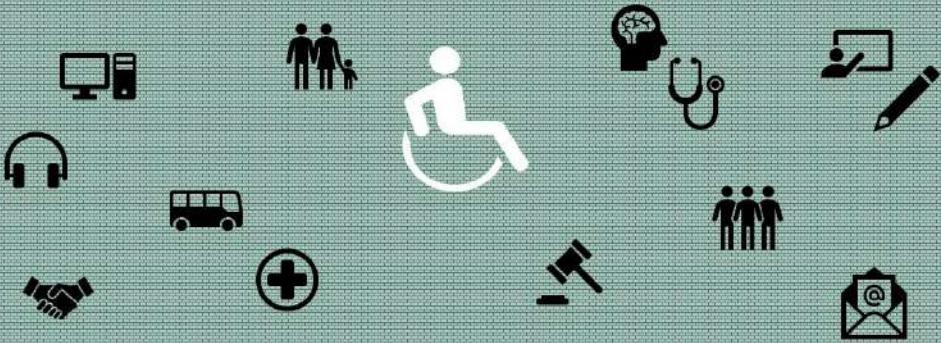
“Assegurar a criação de ambientes estruturados, securizantes e significativos para os alunos”.

(Decreto-Lei 3/2008, Artigo 26º, nº3, alínea c)).

UNIDADES DE APOIO ESPECIALIZADO



ARTICULAÇÃO



UAM 2 E 3



PROBLEMÁTICAS



RELAÇÃO AFETIVA

O principal fundamento é o estabelecimento de uma relação afetiva segura entre quem avalia e a criança.

"É necessário que o adulto se ajuste às emoções da criança/ jovem e ao nível de funcionamento cognitivo e comunicativo que apresenta."

(Amaral, et al. 2004)



DESENHO CURRICULAR

O currículo destes alunos deve ainda contemplar o desenvolvimento de competências referentes a diferentes áreas curriculares tais como a comunicação, a orientação e mobilidade, o desenvolvimento pessoal e social, a compreensão do meio que o rodeia e a sua relação com o mesmo.

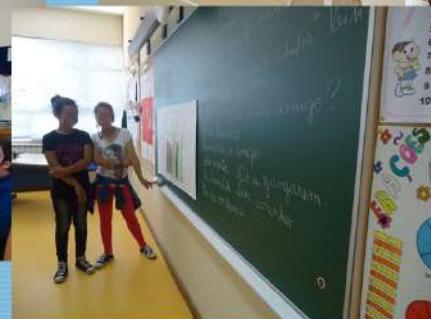
(Nunes, 2008)



CURRÍCULO

Nunes (2008) sublinha o facto de ser necessário implementar respostas educativas altamente flexíveis, que utilizem materiais e estratégias diversificadas e adequadas às características de cada aluno, de forma a minimizar as barreiras colocadas à sua aprendizagem, tornando-se premente que os ambientes de aprendizagem apoiem a sua educação e o desafiem a aprender.

INTERAÇÃO COM A TURMA



INTERAÇÃO COM A TURMA



INTERAÇÃO COM A TURMA



COLABORAÇÃO

A colaboração é definida por Paolucci- Whitcomb e Nevin (1986, cit. por Correia, 2008) como um “processo interativo, através do qual intervenientes, com diferentes experiências, encontram soluções criativas para problemas mútuos”.

COLABORAÇÃO

A colaboração deve ser voluntária, baseada na igualdade relacional e na confiança e respeito mútuos, e requer a partilha de recursos, objetivos e responsabilidade.

(Cook & Friend, 1993, cit. por Correia, 2008)

COLABORAÇÃO

Um clima colaborativo serve como suporte e incentivo aos professores para mudar as suas práticas, instituindo uma dinâmica de sala de aula conducente a práticas de cidadania democrática e de inclusão escolar e social.

(Caldeira, Paes, Micaelo & Vitorino, 2004)

ATIVIDADES



ATIVIDADES



ATIVIDADES



ATIVIDADES



ATIVIDADES



ROTINAS

São consideradas rotinas as atividades que:

- sejam **atividades funcionais**;
- ocorram a partir de **atividades significativas**;
- façam parte da **vida diária**;
- sejam **repetidas** frequentemente;
- sejam **previsíveis**;
- permitam o **desenvolvimento da capacidade de memorização**.



TÉCNICOS DO CRI



ASSISTENTES OPERACIONAIS



FAMÍLIA

O papel da família torna-se crucial na estruturação, organização e desenvolvimento do plano de ação, atendendo às necessidades atuais e futuras (criança e família), perspetivando a melhoria da sua qualidade de vida e o seu futuro.

(Nunes, 2008)

PIT

“No sentido de preparar a transição do jovem para a vida pós- escolar, o plano individual de transição deve promover a capacitação e a aquisição de competências sociais necessárias à inserção familiar e comunitária.”

Decreto-Lei 3/2008, de 7 de janeiro, Art.º 14º, ponto 3

ENCONTROS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: (DES)CONSTRUIR A ESCOLA INCLUSIVA



Existem ainda outros aspectos a considerar, nomeadamente a **dificuldade em reconhecer estas crianças/jovens como parceiros de comunicação** e a existência de **expectativas baixas** em relação às mesmas, devido à convicção de que elas não têm capacidade para aprender.

(Amaral et al., 2004)

BENEFÍCIOS



BENEFÍCIOS



INCLUSÃO

“A inclusão não é “misturar” alunos, é pelo contrário conhecer cada um deles para que melhor possam partilhar o que são e o que sabem.”

David Rodrigues - 2018

<https://www.publico.pt/2018/01/06/sociedade/opiniao/educacao-um-voto-para-2018-1797979>

INCLUSÃO

“...there is a need to ‘measure what we value’, rather than ‘value what we can measure’ (Ainscow et al., 2003), which is often what happens.”

(UNESCO, 2017)

INCLUSÃO

“The central message is simple:
every learner matters and matters equally.

The complexity arises, however, when we try to put this message into practice.”

(UNESCO, 2017)



MUITO OBRIGADO!



APPACOM - CSE

FILIPA FREITAS

9.5. Rita Sousa - Centro de Recursos para a Inclusão da APPACDM de Setúbal



Mais um passo na Inclusão

Escola Inclusiva e boas práticas

Centro de Recursos para a Inclusão da APPACDM de Setúbal

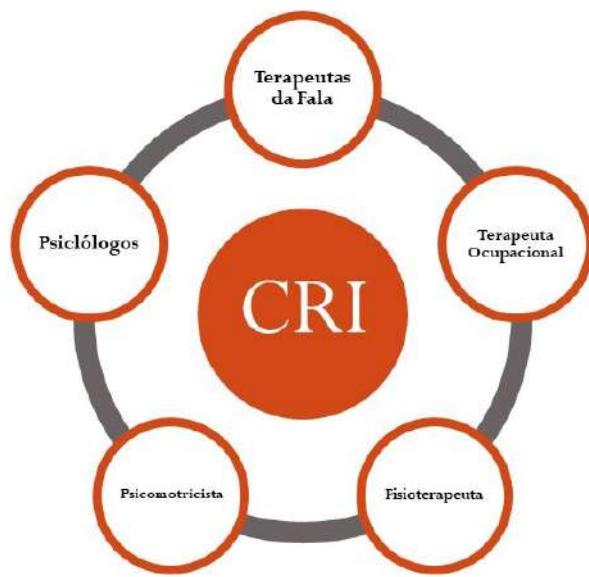
Rita Sousa

21 de Abril de 2018



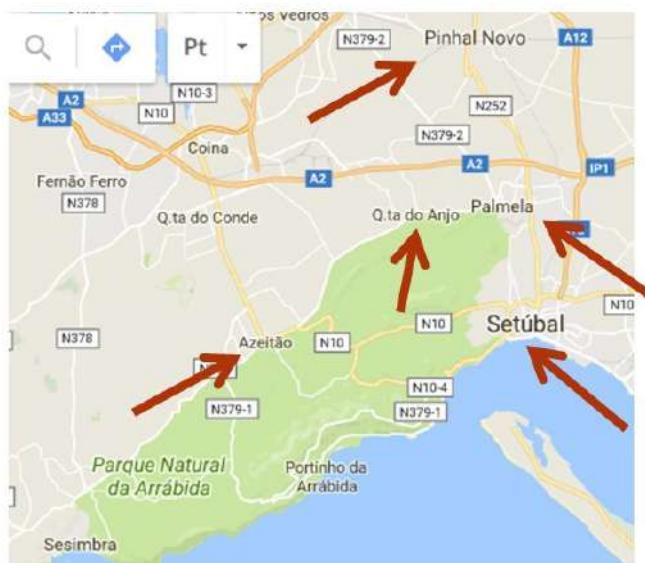
2

EQUIPA TÉCNICA



3

ÁREA GEOGRÁFICA



4

OBJETIVOS DO CRI



5

ESCOLA INCLUSIVA E BOAS PRÁTICAS

Reuniões de Equipa → Proximidade dos intervenientes com os alunos

Apoio aos PIT → aumento da resposta na comunidade

Ações sensibilização → Mais informação e reflexão

Proximidade com a escola → Aumento da comunicação

Articulação com outras valências → Enriquecimento do nível e qualidade de respostas

6

OBRIGADA PELA VOSSA ATENÇÃO!

7

RELATÓRIO DE

ATIVIDADES

SECRETARIADO

DA COSAP

ANO 2017/2018

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	173
II – RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	174
III – REPRESENTAÇÕES E FILIAÇÕES.....	182
IV – COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA (CAF)	182
V – MOVIMENTO ASSOCIATIVO PARENTAL.....	183
VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	184

I – INTRODUÇÃO

Este relatório apresenta as principais atividades desenvolvidas durante o ano do mandato (2017/2018).

Na sequência do plano de atividades que resultou da sessão de trabalho desenvolvida no dia 5 de julho de 2017 com vista à recolha de estratégias de ação no decorrer do presente mandato, os órgãos sociais da COSAP empenharam-se em gizar estratégias que permitissem dinamizar e desenvolver atividades envolvendo as associações de pais e encarregados de educação, os próprios pais e encarregados de educação, os alunos, os professores e a Escola no seu todo, com a finalidade de alcançar um maior comprometimento dos principais atores que protagonizam o fenómeno educativo, visando contribuir para que seja melhorada a qualidade da educação ministrada aos alunos.

Enquanto parceiros da escola, estabelecemos uma colaboração de forma voluntária e procurámos desenvolver um caminho de qualidade para a educação e o ensino, tendo sempre em vista o superior interesse das crianças e jovens do concelho de Setúbal.

Implementámos uma nova imagem que consideramos mais representativa do trabalho que temos vindo a desenvolver:



Julgamos que ao longo do mandato contribuímos para: UMA EDUCAÇÃO PARTICIPADA NO CONCELHO DE SETÚBAL. Este foi o nosso objetivo estratégico sempre presente nas diversas ações.

II – RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Apresentamos algumas das atividades e áreas de intervenção mais relevantes.

05 de julho de 2017 – Reunião de trabalho com vários elementos representantes da comunidade educativa do concelho de Setúbal, nomeadamente:

- Estudantes, funcionários das escolas, encarregados de educação, associações de pais.
- Diretores do agrupamento de Escolas Sebastião da Gama, Professora Fernanda Oliveira e Agrupamento de Escolas Luísa Todi, Professor António Batista.

Nesta dinâmica, os participantes reuniram-se em grupos de trabalho heterogéneos, tendo como tarefa sugerir estratégias possíveis de ação para a COSAP junto de diversos parceiros/públicos alvo (comunidade, pais, associações de pais, escola e alunos). Várias das estratégias sugeridas fizeram parte do plano de ação do presente mandato.



Em 12 de setembro de 2017, a COSAP reuniu com o Coordenador Local do Desporto Escolar José Rocha com o objetivo de organizar em conjunto o ano de 2017/2018.

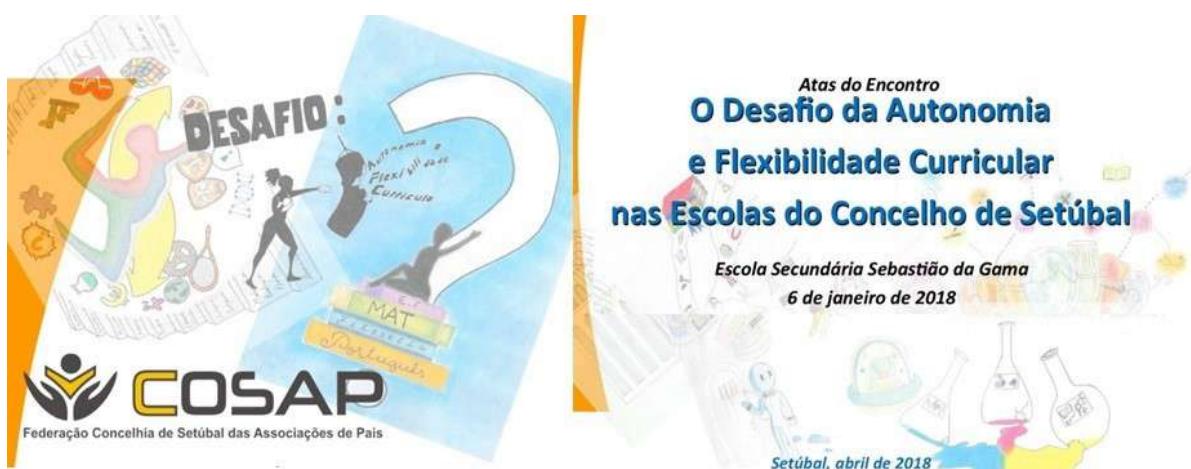


No início do ano letivo de 2017/2018 estabeleceu-se contacto com todos os diretores dos agrupamentos e escolas secundárias, Vereador da Educação da Câmara Municipal de Setúbal e Diretor do Centro de Formação de Professores da Ordem de Sant’Iago para apresentar os órgãos sociais da COSAP e a iniciativa da organização do Encontro “O Desafio da Autonomia e Flexibilidade Curricular nas Escolas”.

Este objetivo foi concretizado com a organização, no dia 6 de janeiro de 2018, do referido Encontro, que teve lugar no Auditório da Escola Secundária Sebastião da Gama, em Setúbal. Este evento teve como público-alvo toda a comunidade educativa e assumiu inegável oportunidade e importância na atualidade do sistema educativo nacional, ao abordar o enquadramento legal e a fundamentação do Projeto de Autonomia e Flexibilidade Curricular em relação com as escolas do concelho em fase de implementação do projeto. Alguns aspectos enriquecedores da temática foram a partilha de experiências e a reflexão sobre a flexibilidade curricular como instrumento potenciador de formas diferenciadas de organizar o ensino/aprendizagem, tendo em vista a promoção do sucesso educativo e a adequação ao contexto de cada comunidade escolar. O Encontro foi organizado em torno de dois painéis e uma mesa redonda, contando com a presença e participação de vários (as) diretores(as) de agrupamentos de escolas e de escolas secundárias, bem como de outros responsáveis educativos, nomeadamente de José Vítor Pedroso, Diretor-Geral da Educação e de Ricardo Oliveira, Vereador do pelouro de Educação da Câmara Municipal de Setúbal, e ainda de Gina Lemos, Investigadora do CIEd da Universidade do Minho, de elementos do movimento associativo parental, enquanto estruturas representativas dos pais/encarregados de educação, de docentes, de pais/encarregados de educação, de estudantes e outros. A participação no Encontro ultrapassou as melhores expectativas da organização, uma vez que a capacidade do Auditório ficou esgotada com alguma antecipação, e, infelizmente por essa razão, muito mais pessoas interessadas não tenham podido assistir ao mesmo.



O desejo de registar os momentos de partilha e reflexão que ocorreram durante o Encontro “O desafio da autonomia e da flexibilidade curricular nas escolas do concelho de Setúbal” levou à construção de um livro de atas em formato digital. Este trabalho resultou da combinação de vários momentos de dedicação por parte de todos os envolvidos, desde a fase de organização do Encontro até à concretização deste *ebook* e é uma das estratégias que permitem a concretização dos objetivos da Cosap – Federação Concelhia de Setúbal das Associações de Pais e Encarregados de Educação, possibilitando uma maior proximidade à comunidade educativa em geral, e aos pais e encarregados de educação em particular, com vista a melhoria da qualidade da educação das crianças e jovens do concelho de Setúbal. No contexto atual de mudança do sistema educativo, relacionado com o projeto de autonomia e flexibilidade curricular, os momentos de partilha de informação, de comunicação e de reflexão revestem-se de grande importância. Foi esta lógica que esteve subjacente à realização do Encontro, potenciando o envolvimento, partilha de experiências e reflexões de vários parceiros que protagonizam o fenómeno educativo e partilham responsabilidades neste âmbito: alunos, pais, professores, decisores políticos e outros especialistas em educação. Pela pertinência e atualidade do tema em foco, num contexto atual de mudança do sistema educativo nacional, o *ebook* “Atas do Encontro - O desafio da autonomia e da flexibilidade curricular nas escolas do concelho de Setúbal” reveste-se de grande interesse não só pelo conteúdo, mas também pela multiplicidade de perspetivas consideradas na análise do projeto educativo debatido.



Atas do Encontro estão disponíveis em:
<http://www.cosap.pt/atas2018jan06encontro.pdf>

Atas do Encontro da COSAP divulgadas no Boletim mensal NOESIS –
Notícias da Educação
em http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/boletim/ae_afc.pdf



A partir de fevereiro de 2018 promoveram-se contactos com todos os diretores dos agrupamentos e escolas secundárias, Vereador da Educação da Câmara Municipal de Setúbal e Diretor do Centro de Formação de Professores da Ordem de Sant'Iago para apresentar a iniciativa da organização do Encontro “Educação Inclusiva nas Nossas Escolas” decorrente das alterações legislativas sobre esta matéria para o próximo ano letivo.

Em 21 de abril de 2018, a COSAP organizou o referido Encontro na Escola Secundária D. João II, tendo conseguido, em tão pouco tempo, reunir toda a comunidade educativa em dois importantes momentos de reflexão, que só foram possíveis de concretizar pela estreita colaboração entre a escola e a família.

Neste Encontro refletiu-se sobre a inclusão, numa perspetiva de mudança (mudança de atitude e mudança de dinâmicas de ensino/aprendizagem). Salientou-se que, todos nós, pais, docentes, comunidade educativa em geral, somos responsáveis por levar a cabo essas ações de mudança, que passam por uma oferta de escola que saiba valorizar a singularidade de cada aluno, de modo a garantir a igualdade e a equidade. Não pode haver uma escola igual para todos, porque todos somos diferentes e todos necessitamos de estratégias adequadas à nossa melhor forma de aprender. Uma escola que oferece a mesma estratégia de aprendizagem para todos os alunos não pode ser considerada uma escola inclusiva porque nem todos aprendem da mesma maneira.



Neste Encontro lançámos o desafio à Câmara Municipal de Setúbal para proceder à entrega de um exemplar em papel do livro de atas do Encontro "O Desafio da Autonomia e Flexibilidade Curricular nas Escolas do Concelho de Setúbal" junto de todas as escolas do concelho de Setúbal, tendo a autarquia respondido ao pedido formulado.

Abaixo se apresentam algumas entregas do livro de atas do Encontro "O Desafio da Autonomia e Flexibilidade Curricular nas Escolas do Concelho de Setúbal" destinado a todas as bibliotecas escolares do concelho de Setúbal:



Em 1 de junho de 2018, a COSAP marcou presença nas comemorações do dia do Agrupamento de Escolas de Azeitão.

A COSAP esteve presente na 10ª edição "Há festa no parque", nos dias 2 e 3 de junho de 2018, no Parque do Bonfim, organizado pelo Setor de Ação Educativa e Pedagógica da Câmara Municipal de Setúbal, com exposições e atividades em família.



A COSAP, a convite da associação de pais e encarregados de educação da Escola Básica dos 2º e 3º Ciclos de Aranguez, esteve presente na ARANGUADA 2018, no dia 7 de junho.



Em 21 de junho de 2018, a COSAP foi convidada e esteve presente na sessão de abertura do 6.º Congresso Internacional das Ciências da Educação e Desenvolvimento no Fórum Municipal Luísa Todi em Setúbal.

Em junho de 2018, a COSAP foi promotora da candidatura ao Programa Academias do Conhecimento da Fundação Gulbenkian CIEE com o projeto “Clube de Inteligência Emocional na Escola” em parceria com as empresas Tempos Brilhantes e PSIquattro, para desenvolver as seguintes competências: autorregulação, adaptabilidade, pensamento criativo, resolução de problemas comunicação e resiliência. O projeto consiste em implementar 10 Clubes de Inteligência Emocional em Escolas de Setúbal abrangendo 180 alunos (3 aos 18 anos), realizados semanalmente durante

um ano letivo com o apoio de uma equipa especializada, sendo que para dar continuidade ao projeto está prevista a formação/capacitação de professores e/ou psicólogos das escolas, que darão continuidade e sustentabilidade ao projeto nas escolas envolvidas.



Em agosto de 2018, a COSAP, após pareceres favoráveis do Conselho Pedagógico e do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Sebastião da Gama, apresentou a candidatura à Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, na qualidade de entidade promotora, para a gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular em todas as escolas do 1º ciclo de escolaridade deste agrupamento, em parceria com as seguintes entidades: Teatro do Elefante, Teatro Estúdio Fontenova, Sociedade Musical Capricho Setubalense e Vitória Futebol Clube.





Em setembro de 2018 a COSAP participou na CONFERÊNCIA ANUAL DE EDUCAÇÃO DE SETÚBAL (Caminhos que se trilham: experiências locais de sucesso), com uma comunicação intitulada "COSAP para uma educação participada no concelho de Setúbal - cidade educadora".



As Atas do Encontro “Educação Inclusiva nas Nossas Escolas” estão em fase de conclusão, com o apoio da EDUGEP.



III – REPRESENTAÇÕES E FILIAÇÕES

Mantemos as representações e filiações seguintes:

- CONFAP - Confederação Nacional das Associações de Pais;
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Setúbal;
- Conselho Local de Ação Social de Setúbal;
- FERSAP - Federação Regional de Setúbal das Associações de Pais;

IV – COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA (CAF)



A COSAP assegurou a componente de apoio à família no agrupamento de Escolas Luísa Todi, para cumprimento do protocolo entre este agrupamento, a COSAP e a Câmara Municipal de Setúbal, abrangendo as pausas letivas e férias escolares.

V – MOVIMENTO ASSOCIATIVO PARENTAL

A COSAP reuniu com associações de pais e encarregados de educação, Direções de agrupamento, estruturas regionais e nacional do movimento associativo parental com o objetivo de promover a partilha, a apresentação de problemas comuns e/ou específicos e o debate de ideias.



VI – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste final de mandato consideramos que conseguimos construir laços com as direções dos agrupamentos e escolas, com as associações de pais e encarregados de educação do concelho de Setúbal, com a Câmara Municipal de Setúbal, e demais instituições parceiras que nos permitem consolidar e aumentar esta rede de trabalho em parceria no futuro.

Iniciámos este mandato com uma equipa renovada, com elementos que abraçaram o desígnio da COSAP, dinâmicos, pró-ativos e que possibilitaram o cumprimento do cronograma delineado no Plano de Atividades no início do mandato.

Pretendemos continuar a promover momentos de partilha de informação, de comunicação e de reflexão pois consideramos que estes se revestem de grande importância. Foi esta a lógica que esteve subjacente às atividades realizadas e que potenciaram o envolvimento, partilha de experiências e reflexões de vários parceiros que protagonizam o fenómeno educativo e que partilham responsabilidades: alunos, pais, professores, funcionários, decisores políticos e outros especialistas em educação.

Neste sentido, apontamos alguns dos desafios para o próximo ano de mandato:

- *ao nível organizacional:*

- revisão dos Estatutos da COSAP;
- reestruturação da Equipa COSAP, captando novas associações de pais;
- atualização do *Website*;

- *ao nível de projetos/temáticas:*

- Literacia Familiar – implementação de um projeto nesta área;
- Clubes de inteligência emocional – implementação do projeto em 10 escolas do concelho;
- Torneio de futebol da Família – convidar associações de pais a participar.

- *ao nível de novas parcerias:*

- Avaliar e melhorar a gestão das Atividades de Enriquecimento Curricular em todas as escolas do 1º ciclo de escolaridade deste agrupamento, em parceria com as seguintes entidades: Teatro do Elefante, Teatro Estúdio Fontenova, Sociedade Musical Capricho Setubalense e Vitória Futebol Clube;

- Escolas Amigas da Criança.
- *ao nível do conhecimento científico:*
 - Inteligência Emocional;
 - Educação para a Saúde nas Escolas e o envolvimento das famílias;
 - Escola a tempo inteiro.

Para além destes desafios, no início do novo ano e à semelhança do ano anterior, convidaremos mais uma vez, elementos representantes da comunidade educativa do concelho de Setúbal, para que, e em conjunto, possam fornecer contributos para o Plano de Atividades seguinte.

Com esta perspetiva futura esperamos incrementar o movimento parental promovendo também o contacto entre as Associações de Pais e a ligação a instituições do concelho e continuar a contribuir para UMA EDUCAÇÃO PARTICIPADA NO CONCELHO DE SETÚBAL!

Aprovado em 06 de novembro de 2018, pela Assembleia-Geral da COSAP



ATAS

ENCONTRO EDUCAÇÃO INCLUSIVA NAS NOSSAS ESCOLAS

Escola Secundária D. João II, Setúbal

Setúbal, 21 de abril de 2018

Junho de 2019

Apoio:



EDUGEPEP
ENRIQUECIMENTO CURRICULAR